

# O PERFIL DA POBREZA EM CABO VERDE

IDRF 2001/2002



# **O PERFIL DA POBREZA EM CABO VERDE**

**IDRF 2001/2002**

**Catálogo recomendada:**  
**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**  
O Perfil da Pobreza em Cabo Verde – IDRF 2001/2002  
2004 - 150 pág.

**Presidente**

Francisco Fernandes Tavares

**Editor**

Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do IDRF

Eng.º Claudio Martinez

Dra. Deolinda Reis

Dr. Francisco Rodrigues

Eng.º Francisco Tavares

Dra. Noemi Ruth Ramos

Dra. Verissimo Pinto

**Sede**

Av. Amílcar Cabral, CP 116

Cabo Verde

Telefone: 61.38.27

Fax: 61.16.56

E-mail: [inecv@ine.gov.cv](mailto:inecv@ine.gov.cv)

**Impresso**

Tipografia

**Tiragem:** 500 exemplares

**O INE na Internet:**

[www.ine.cv](http://www.ine.cv)

## **PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS**

### *SIGLAS, ABREVIATURAS E LEGENDAS*

<b>BAD</b>	Banco Africano de Desenvolvimento
<b>CV</b>	Cabo Verde
<b>DERP</b>	Documento Estratégico de Redução da Pobreza
<b>EBI</b>	Ensino Básico Integrado
<b>ECV</b>	Escudos cabo-verdianos
<b>EG</b>	Entropia Generalizada
<b>FAIMO</b>	Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra
<b>FGT</b>	Foster Greer Thorbecke
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IDRF</b>	Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>MPD</b>	Movimento para a Democracia
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>O. Ilhas</b>	Outras Ilhas
<b>PAICV</b>	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
<b>PAIGC</b>	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
<b>PALOP</b>	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
<b>PDSS</b>	Programa de Desenvolvimento do Sector Social
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIB pm</b>	Produto Interno Bruto a preços de mercado
<b>PLPR</b>	Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural
<b>PMA</b>	Países Menos Avançados
<b>PNLP</b>	Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>Pós-SEC</b>	Ensino Pós-Secundário
<b>PU</b>	Praia Urbana
<b>PRSP</b>	Poverty Reduction Strategy Paper
<b>R. Sant.</b>	Restante de Santiago
<b>SEC</b>	Ensino Secundário
<b>SN</b>	Sem Nível de Instrução
<b>US\$</b>	Dólares Americanos

## **ESCLARECIMENTOS SOBRE O TEMA**

✓ **Francisco Tavares** – Tel.: 61.38.27

e-mail: [francisco.tavares@ine.gov.cv](mailto:francisco.tavares@ine.gov.cv)

✓ **Deolinda Reis** – Tel.: 61.38.27

e-mail: [deolindar@ine.gov.cv](mailto:deolindar@ine.gov.cv)

✓ **Francisco J. Rodrigues** - Tel.: 61.81.33

e-mail: [franciscor@ine.gov.cv](mailto:franciscor@ine.gov.cv)

✓ **Noemi Lima** – Tel.: 61.38.27

e-mail: [nramos@ine.gov.cv](mailto:nramos@ine.gov.cv)

✓ **Veríssimo Pinto** – Tel.: 60.75.27

e-mail: [verissimop@gov1.gov.cv](mailto:verissimop@gov1.gov.cv)

✓ **Cláudio Martinez** – Tel.: 61.38.27

e-mail: [claudio.martinez@gmx.net](mailto:claudio.martinez@gmx.net)

**ÍNDICE SISTEMÁTICO**  
*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde*

	Ficha Técnica	
	Siglas, Abreviaturas e Legendas	
	Índice Sistemático	
	<b>SINTESE EXECUTIVA</b>	
	<b>Parte A – Considerações Gerais</b>	<b>07</b>
I	Introdução	08
II	Contexto	14
	<b>Parte B – A Pobreza em Cabo Verde</b>	<b>18</b>
<b>I</b>	<b>Características Sócio-Demográficas</b>	<b>19</b>
1	Repartição Espacial da População	20
2	Repartição por Sexo e Grupo Etário da População	22
3	Repartição por Estado Civil da População	24
4	Repartição por Nível de Instrução da População	26
5	Repartição Espacial dos Agregados	28
6	Repartição por Sexo, Grupo Etário e Estado Civil dos Chefes de Agregado	29
7	Repartição por Nível de Instrução dos Chefes de Agregado	32
8	Dimensão e Tipologia dos Agregados	33
<b>II</b>	<b>Características Económicas</b>	<b>37</b>
1	Condição na Actividade Habitual da População	38
2	Condição na Actividade Habitual dos Chefes de Agregado	50
3	Despesas dos Agregados	60
4	Receitas dos Agregados	74
<b>III</b>	<b>Habitação e Conforto</b>	<b>83</b>
1	Pobreza e Habitação	84
2	Principal Fonte de Energia para Iluminação	86
3	Condições Sanitárias dos Agregados	88
4	Pobreza e Fonte de Água do uso doméstico	90
5	Posse de Casa de Banho com retrete	91
6	Forma de Evacuação das Águas residuais	93
7	Fonte de Energia para Preparação dos Alimentos	95
8	Nível de Conforto	97
9	Posse de Meio de Transporte	99
<b>IV</b>	<b>Análise Nutricional</b>	<b>102</b>
1	Índice de Massa Corporal – Adultos de 18 a 60 anos	103
2	Crianças 0 a 5 anos com Deficiência Crónica de Energia	105
3	Crianças 0 a 5 anos com Atraso no Crescimento	108
4	Adequação do Consumo Alimentar	110
5	Ingestão Calórica dos setes Produtos Essenciais	114
5	Consumo Alimentar Per Capita	115
	<b>Parte C – Pobreza e Desigualdades</b>	<b>117</b>
1	A Dimensão Monetária da Pobreza	118
2	Desigualdade da Distribuição das Despesas Entre as Famílias	125
	<b>Parte D – Análise dos Determinantes da Pobreza</b>	<b>146</b>
1	Modelos Utilizados na Identificação dos Determinantes da Pobreza	147
2	Decomposição Estatística da Desigualdade das Despesas	148
3	O Modelo Logit	151
4	O Modelo Estimado	152
	<b>Parte E – Dinâmica da Pobreza</b>	
	<b>Anexos</b>	<b>155</b>
	Considerações Metodológicas	156
	Tabulação Suplementar	190

## **SÍNTESE EXECUTIVA**

Em 2002, residiam em Cabo Verde cerca de 95.000 agregados familiares, dos quais cerca de 27.000 são pobres, o que representa 28% destes. Dos 27.000 agregados familiares pobres, 13000 são muito pobres, o que representa cerca de 14% dos agregados familiares cabo-verdianos.

Dos cerca de 173.000 mil pobres residentes em Cabo Verde, cerca de 89.000 são mulheres e 84.000 são homens. A população pobre é muito jovem, com peso considerável de indivíduos dependentes, ou seja, de crianças menores de 15 anos de idade (49%) e de pessoas idosas com 65 anos e mais (6%). Assim, dos 173.000 pobres, cerca de 84.000 têm menos de 15 anos e cerca de 10.000 tem 65 anos ou mais.

Contudo, a pobreza tem menor incidência entre os agregados familiares dirigidos por gente mais idosa. À medida que aumenta a idade do chefe do agregado aumenta a percentagem de pobres, isto é, a taxa de incidência da pobreza cresce de forma regular com a idade do chefe passando de 17% para os agregados cujo chefe tem 15-24 anos, a cerca de 30% para os agregados cujo chefe tem 45 anos ou mais.

Cerca de 23% dos indivíduos com 15 anos ou mais não sabe ler nem escrever, ou seja, são analfabetos, enquanto que cerca de 30% dos pobres, desse grupo etário, o são.

A pobreza tem maior incidência entre as pessoas com menores níveis de instrução. Cerca de 85% dos pobres de idade igual ou superior a 4 anos não tem instrução, ou então tem apenas nível equivalente ao Ensino Básico. Dito de outro modo, dos 173.000 pobres existentes em Cabo Verde cerca de 155.000 têm idade igual ou superior a 4 anos e destes, cerca de 37.000 não tem instrução e 94.000 têm apenas o Ensino Básico.

A pobreza condiciona igualmente a frequência escolar. Apesar da universalidade e obrigatoriedade do Ensino Básico, pode-se constatar que, no universo dos indivíduos pobres que não frequentam nenhum estabelecimento de ensino, 13 em cada 100 ainda está em idade escolar, ou seja, tem entre 4 e 14 anos.

Contudo se considerarmos o nível de instrução dos chefes de agregado familiar concluímos que o investimento na educação nunca é desperdício, pois contribui de forma segura para a melhoria do nível de vida da população. Dos 95.257 chefes de agregado familiares, residentes

no país, 28% não possui qualquer nível de instrução, ou seja nunca frequentaram um estabelecimento de ensino.

No entanto dos 27.000 agregados familiares pobres cerca de 26.000, ou seja, cerca de 98%, são chefiados por pessoas sem qualquer nível de instrução (42%) ou com apenas o Ensino Básico (56%), enquanto que entre os agregados familiares não pobres, apenas 23 de cada 100 são chefiados por pessoas sem instrução e 56% por gente com o nível equivalente ao Ensino Básico.

Segundo os dados do IDRF, a população activa habitual nos 12 meses anteriores ao inquérito era de aproximadamente 166 mil indivíduos, sendo 89 mil do sexo masculino (54%) e 77 mil do sexo feminino (46%).

Dos activos, cerca de 130 mil encontravam-se empregados e 36 mil desempregados. Existem mais homens empregados (72 mil) do que mulheres empregadas (58 mil) e mais mulheres desempregadas (19 mil) do que homens desempregados (17 mil).

Das 274.000 pessoas de 15 anos ou mais, cerca de 88.000 são pobres e destes, 42% estavam ocupados, 20% no desemprego e 38% eram inactivos.

Aproximadamente 1/3 da população activa é pobre. Entre a população desempregada, a proporção de pobres e de não pobres é praticamente idêntica, ou seja 49% são pobres e 51% não são pobres.

A taxa de desemprego é naturalmente superior para os pobres. Enquanto que para o conjunto da população, segundo o IDRF, a taxa de desemprego habitual era de 22%, para os pobres essa taxa era de 33%, o dobro da verificada para os não pobres (16%). Dos cerca de 130 mil empregados, 37 mil eram pobres e 93 mil não pobres.

A grande maioria (81%) dos indivíduos habitualmente empregados e 76% dos indivíduos pobres habitualmente empregados trabalhavam a tempo completo, pelo que os baixos salários são de facto um fenómeno de massa e não apenas ocorrências pontuais em determinados sectores. Com os níveis salariais existentes dificilmente se poderá reduzir a pobreza de forma drástica. Aparte do aumento do nível médio dos salários, a política de redução da pobreza

deverá passar necessariamente pela qualificação, ou seja pela promoção do acesso dos pobres à formação e pela da promoção do emprego de qualidade (20% dos pobres é desempregado).

Santo Antão é a ilha com maior incidência da pobreza, pois nessa ilha, cerca de 54% da população vive com menos de 43.250 escudos por ano. A pobreza afecta cerca de 20% da população da cidade da Praia e cerca de 49% da população residente no resto de Santiago.

Contudo, dos 173.000 pobres, cerca de 95.000, ou seja 55 em cada 100 vivem na ilha de Santiago, sendo cerca de 22.000 na cidade da Praia e 73.000 no resto de Santiago. Em Santo Antão vivem cerca de 16% dos pobres e seguem-se-lhe as ilhas São Vicente e do Fogo que contribuem em 11 e 10% respectivamente para a população pobre do país.

A pobreza continua a incidir de forma mais vincada no meio rural do que no meio urbano. Assim, cerca de 51% da população rural é pobre enquanto que 25% da população urbana o é. Dos 173000 pobres cerca de 108000 ou seja (62%) vivem no meio rural e os restantes no meio urbano.

Como dissemos anteriormente, em Cabo Verde, a incidência da pobreza (P0) é de cerca de 28% entre os agregados familiares. No entanto a profundidade da pobreza (P1) é de 10%. Significa que para se erradicar a pobreza seria necessário distribuir aos pobres no mínimo 10% do montante da linha da pobreza monetária. A variabilidade do consumo entre os pobres (P2) é de 5%.

Segundo os dados do IDRF, 10% da população mais pobre tem apenas 1% do rendimento. Os primeiros sete decis (70% dos agregados familiares) representam apenas 28% da despesa per capita, enquanto que o último decil sozinho (os 10% mais ricos) representa 47% da despesa total. Esses valores falam por si e traduzem o nível de concentração da riqueza em Cabo Verde.

O índice de Gini para Cabo Verde é de 0,57, o que demonstra a elevada desigualdade e concentração do rendimento em Cabo Verde.

Em Cabo Verde, os 10% dos agregados com maiores despesas per capita, tem um nível de despesas 12 vezes superior aos dos 10% mais pobres.

As despesas dos 20% mais ricos é 5 vezes superior às despesas dos 20% mais pobres.

Dos 95.257 agregados familiares registados no âmbito do ultimo IDRF, 81.747, vivem em casa individual. Dos 26.693 agregados familiares pobres residentes em Cabo Verde, 24.176 vivem também em casa individual e 1.732 em parte de casa. São Vicente é a ilha onde os pobres têm piores condições de habitação, pois ali cerca de 23% destes moram em barraca ou em parte de casa. Na cidade capital é neste tipo de habitação que vivem cerca de 14% dos agregados familiares pobres.

A electricidade é hoje a principal fonte de energia para a iluminação que as famílias têm. Com efeito, dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, 55.836 têm energia eléctrica, ou seja, a maioria (59%).

O petróleo e a electricidade são as principais fontes de energia para a iluminação que os agregados familiares pobres utilizam. Dos 26693 agregados familiares pobres, apenas 8550 ou seja 32% têm electricidade enquanto que 69% dos agregados familiares não pobres têm acesso a essa fonte de energia. Cerca de 13742 agregados familiares pobres (51%) utilizam principalmente o petróleo para a iluminação.

Dos 95.257 agregados familiares residentes no país, 72.483 ou seja a grande maioria (76%) têm acesso a água potável. Neste particular Cabo Verde já realizou a meta 10 dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento – OMD.

Quer os agregados pobres quer os não pobres utilizam, - na sua maioria, água potável, muito embora em proporções sempre não favoráveis aos pobres. É o esforço que os pobres fazem para obter água que faz diferença profunda com os não pobres. A nível nacional apenas 11 de cada 100 agregados pobres estão ligados à rede pública de água, enquanto que 41% dos agregados familiares não pobres têm essa facilidade. Assim, a nível nacional, de cada 100 agregados familiares com ligação à rede pública de água, apenas 9 é pobre.

Dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, apenas 42.670, ou seja 45% têm casa de banho e retrete. A posse de casa de banho com retrete é sobretudo um privilegio dos agregados familiares não pobres. Em geral a grande maioria (88%) dos agregados pobres

não possui casa de banho com retrete, enquanto 58% dos agregados familiares não pobres o possuem.

Dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, 70.919, ou seja, três em cada quatro dão destino impróprio às águas residuais isto é deitam-nas no redor da casa ou então atiram-nas na natureza.

A evacuação imprópria das águas residuais é também um dos sintomas da pobreza. Com efeito dos 26.693 pobres, 25.299 ou seja 95% atiram as águas residuais em redor da casa (17544) ou na natureza (7755). Contudo os não pobres não marcam diferença expressiva, neste particular, pois cerca de 67% dos agregados não pobres também dão destino impróprio as águas residuais.

Hoje, o gás e a lenha são praticamente os únicos combustíveis utilizados na cozinha. Dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, 91.276, ou seja cerca de 96%, utilizam esses tipos de combustíveis e destes, 59.960 utilizam principalmente o gás.

A introdução do gás na cozinha é sim uma das conquistas da independência. Contudo, alguma ameaça continua a pairar sobre a cobertura vegetal, pois 1/3 dos agregados familiares continuam a utilizar principalmente a lenha na cozinha.

Contudo, a lenha é, por excelência, o combustível dos pobres, pois, em geral, os agregados familiares não pobres utilizam predominantemente o gás na preparação dos alimentos.

Dos 26.693 agregados familiares pobres, 16.598, ou seja 62% utilizam principalmente a lenha na preparação dos alimentos, enquanto que cerca de 74% dos agregados familiares não pobres utilizam principalmente o gás.

Os pobres constituem 37% da população residente em Cabo Verde mas absorvem apenas cerca de 10% do total das despesas de consumo final das famílias. Os pobres consagram a maioria das suas despesas à alimentação. Assim, cerca de 53% das despesas de consumo final das famílias pobres vai para a alimentação, enquanto que os não pobres consagram

apenas 36% da sua despesa à alimentação. A habitação é a segunda rubrica de despesa dos pobres (29%) e seguem-se os transportes.

Dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, 46.868, ou seja quase um em cada dois tem nível de conforto baixo ou muito baixo, 14.093, ou seja 15% tem nível de conforto médio e 34.296, ou seja 35% tem nível de conforto alto ou muito alto.

O nível de conforto distingue também os agregados pobres dos não pobres. Dos 26.693 agregados familiares pobres 21.920 ou seja, 82% têm nível de conforto baixo ou muito baixo. Entre os não pobres, cerca de 48% dos agregados familiares têm um nível de conforto alto ou muito alto e apenas 36% têm nível de conforto baixo ou muito baixo.

Em Cabo Verde, cerca de 22% da população de 18 anos ou mais tem sobrepeso e 6 em cada 100 são obesos. A maioria (65%) dessa população tem peso normal. Entre as crianças com 0 – 5 anos, 5 em cada 100 tem deficiência crónica de energia, com maior realce entre as crianças de famílias pobres (7%) do que entre as de famílias não pobres (4%). Da mesma forma, segundo o IDRF, cerca de 14% das crianças desse grupo etário tem atraso de crescimento, sendo 16% entre as crianças pobres e 12% entre as não pobres.

O arroz tornou-se no principal alimento de base dos cabo-verdianos, sejam pobres ou não pobres. Assim, - por exemplo, cada pobre consome anualmente, e em média, 50 quilos de arroz, 33 de milho, 19 de trigo, 22 de feijões, 19 de peixe, 9 de óleo, 9 de carne, 7 de açúcar, 7 de aves e 4 de leite.

Entre os cabo-verdianos, cerca de 79% das calorias provem do arroz, do milho, do trigo, dos feijões, do óleo, do açúcar e do leite. Os pobres tiram desses produtos, 85% das calorias, sendo 77% para os não pobres.

## PARTE A - CONSIDERAÇÕES GERAIS

## I. INTRODUÇÃO

Dispõe o artigo 23º da *Constituição da Republica de Cabo Verde* que «... Todos os cidadãos tem igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas e convictos políticas ou ideológicas...».

Contudo, todo sistema social comporta hierarquias, e é feito de componentes, com respectivos papeis e o acesso aos bens, serviços e oportunidades é desigual, pois não ha sociedade perfeita.

A origem social, as oportunidades que se tem na vida e o respectivo aproveitamento, conferem às pessoas o seu papel na sociedade. A orientação familiar, a formação e as oportunidades de realização profissional e social determinam que uma pessoa seja pobre, ou seja tenha um nível vida abaixo do padrão do momento da sociedade em que vive, ou então desfrute de um nível de vida adequado a esse padrão, sendo assim não pobre. O nível de riqueza de um Pais e o grau de inclusão e de justiça social se conjugam para conferir maior ou menor oportunidades as pessoas.

À medida que se realizam melhorias das condições sanitárias, do acesso a educação e a actividade económica, - que no essencial conferem capacidades para aceder a oportunidades, é suposto que diminua a pobreza, isto, na medida em que o aumento da riqueza nacional ocorra em condições de elevada justiça social que permita a que aos frutos do desenvolvimento tenha acesso numero cada vez maior de indivíduos.

Contudo pode ocorrer que o aumento da riqueza nacional seja feita com o aumento das desigualdades e muitos indivíduos não se apropriem o suficiente dos frutos do desenvolvimento e não acompanhem a elevação do nível de vida, continuando ou então tornando-se pobres.

Em 27 anos de independência e numa situação de inexistência de recursos naturais clássicos o Produto Interno Bruto (PIB pm) de Cabo Verde multiplicou-se por oitenta, ou seja passou de cerca de 950 mil contos no ano da independência a aproximadamente 75 milhões de contos em 2002. Cresceu a riqueza nacional mas também as condições de vida melhoraram consideravelmente. Após esses anos, Cabo Verde é um Pais onde a população tem vida mais longa e mais saudável, mas também é mais culta e com maiores facilidades de acesso ao conhecimento. Nos últimos 12 anos o Índice de Desenvolvimento Humano cresceu cerca de 14% passando de 0,587 em 1990 a 0,670 em 2002.

Em 1993, o Banco Mundial realizou o primeiro estudo sobre a pobreza, com recurso aos dados sobre as despesas das famílias provenientes do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 1988/89. Segundo esse estudo, 30% da população cabo-verdiana era pobre e 14% era muito pobre ou seja viviam com menos de 26.000 e 18.000 CVE por ano respectivamente. A pobreza tinha particular incidência entre as famílias chefiadas por desempregados, por mulheres ou então residentes no meio rural.

Na década de noventa, a economia cresceu cerca de 6,1% ao ano, mas também progressos consideráveis foram realizados nos domínios da educação nomeadamente com a expansão do ensino secundário e da saúde entre outros como atesta aliás a evolução da esperança de vida à nascença. A liberdade de imprensa, e a expansão do acesso as novas tecnologias de informação e comunicação melhoraram consideravelmente o acesso a informação.

Nesse período (1989-2002), o nível geral dos preços no consumidor cresceu cerca de 86%. Os hábitos de consumo mudaram, novos produtos e serviços ganharam a preferência dos consumidores.

Em boa parte por causa de anos seguidos de seca, muitas pessoas migraram do meio rural para o meio urbano e em especial para as cidades da Praia e do Mindelo e para a ilha do Sal. Assim, em 2000, a maioria da população vivia no meio urbano.

Com o financiamento do Banco Mundial o Instituto Nacional de Estatística realizou em 2001/2002, um Inquérito as Despesas e Receitas Familiares/Condições de vida das famílias (IDRF) visando, entre outros, actualizar os indicadores sobre o perfil da pobreza.

Propõem as autoridades cabo-verdianas concluir em Marco de 2004, o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) que criará as condições de acesso ao credito de redução da pobreza, nova modalidade de financiamento que o Banco Mundial propõe implementar.

*O presente perfil da pobreza é assim a base essencial de informação para a fixação das metas e da estratégia nacional de luta contra a pobreza, para a selecção das políticas publicas mas também para o direccionamento dos recursos.*

O documento Compreende 5 partes:

Na Parte A apresenta-se o contexto económico, político e internacional, assim como uma resenha da metodologia utilizada na elaboração do perfil da pobreza.

A Parte B é consagrada à análise das características socio-demográficas da população e dos agregados familiares, bem como das características económicas da população, do orçamento familiar e da situação nutricional

Na parte C é desenvolvida a análise da pobreza e das desigualdades, procurando designadamente melhor informar sobre a incidência, a profundidade e a gravidade da pobreza e a concentração do rendimento.

A parte D é consagrada à análise do nível de satisfação das necessidades essenciais, e nomeadamente as alimentares, fornecendo assim uma outra medida do bem-estar, menos subjectiva e potencialmente mais útil para o processo de promoção do bem-estar.

A Parte E é consagrada à análise dos determinantes directos da pobreza, análise essa que permite isolar os factores que mais determinam o nível de vida das famílias, isto em termos de relação causalidade, visando apoiar as autoridades nacionais e parceiros na selecção das políticas e medidas com melhor impacto na redução da pobreza.

Este documento constitui um exercício de análise mas também de pesquisa que se quer útil, pelo que as escolhas metodológicas e organizacionais tendem sobretudo a fornecer informação facilmente compreensível, mas também utilizável para o conhecimento, para a planificação e para a acção.

Muito nos honra, a leitura interessada, crítica e construtiva deste documento que não fará senão contribuir para compensar o nosso esforço e encorajar a pesquisa mas sobretudo para o aprofundamento do conhecimento da pobreza, das desigualdades e das condições de vidas das famílias cabo-verdianas.

Instituto Nacional de Estatística na Praia Cabo Verde, Janeiro de 2004.

## 1. Contexto

### *Evolução histórica*

A República de Cabo Verde é um arquipélago de 10 ilhas, nove das quais habitadas e oito ilhéus, todos de origem vulcânica perfazendo uma superfície terrestre de 4033 km<sup>2</sup>. Situadas na costa ocidental africana, a cerca de 500 quilómetros a oeste do Senegal, as ilhas de Cabo Verde estendem-se entre os paralelos 17° 12,5' e 14° 48' de latitude norte e os meridianos 22° 44' e 25° 22' de longitude oeste de Greenwich.

As ilhas são de origem vulcânica, de tamanho relativamente reduzido, dispersas e estão numa zona de elevada aridez meteorológica. Três das ilhas habitadas são relativamente planas sendo as outras montanhosas. A sua linha de costa é relativamente grande, preenchida de praias de mar de areia branca e negra.

O clima é propício para o desenvolvimento de actividades «outdoors» e a oferta de sol e praia é objecto de exploração turística. A escassez de recursos naturais é a característica marcante. A zona económica exclusiva estende-se por cerca de 700.000 km<sup>2</sup>.

A capital do País é a cidade da Praia situada no extremo sul da ilha de Santiago e albergando cerca de ¼ da população residente, sendo simultaneamente a capital económica e política .

O escudo cabo-verdiano é a moeda nacional, ancorada ao Euro, moeda relativamente à qual é convertível nos termos de um acordo de cooperação cambial celebrado com Portugal, na segunda metade da década de noventa. O escudo cabo-verdiano tem cambio fixo em relação ao euro valendo 1 euro 110,265 unidades da moeda nacional.

A economia de Cabo Verde é hoje uma economia de serviços a aferir pela contribuição destes na formação do PIB (75,3% em 2002) como também na geração de emprego (55%).

País saheliano, Cabo Verde tem um clima tropical seco, com um período de chuvas que se estende de Julho a Outubro frequentemente repartidas de forma irregular.

Independente desde 5 de Julho de 1975, Cabo Verde viveu durante os primeiros quinze anos sob a égide do PAIGC-CV, em regime de partido único. Em 1990 procedeu-se à abertura política e em 1991, com a realização de eleições livres e multipartidárias, o Movimento para Democracia – MPD venceu as eleições, o que consumou o fim da primeira Republica e o inicio da segunda tendo esse partido governado o pais durante 10 anos. Em 2001, o PAICV venceu as eleições legislativas e governa o Pais desde então.

Em 1992 foram realizadas as primeiras eleições autárquicas, sendo os mandatos de quatro anos. Desde então foram realizadas com regularidade as eleições autárquicas, tendo a quarta e última ocorrido em Março de 2004. As eleições autárquicas criaram condições mais propícias ao desenvolvimento do poder local cuja dinâmica reivindicativa, associativa e organizativa constitui hoje uma das boas práticas da democracia cabo-verdiana, designadamente pela aproximação do poder às populações.

Os órgãos do poder local já são parceiros importantes na fixação e execução da estratégia de luta contra a pobreza, como também agentes incontornáveis na promoção do desenvolvimento. Desde 1992, realizaram-se também de forma regular as eleições presidenciais e as alternâncias políticas, a nível presidencial, nas legislativas como nas autárquicas se processaram em ambiente de paz social e de aprofundamento do exercício da democracia. Com a reforma do parlamento, saíram reforçadas as condições para que aquele desempenhe efectivamente as funções de centro do poder.

Pais de emigração, Cabo Verde tem uma população residente de cerca de 452714 habitantes (2002), dos quais pouco mais de metade (52%) são mulheres, muito jovem, pois cerca de 53% da população tem menos de 20 anos e as crianças (zero aos 17 anos) representam cerca de 48% da população residente.

A trajectória de Cabo Verde é deveras marcante, nomeadamente, se atendermos ao facto de que em 29 anos de independência, e numa situação de inexistência de recursos naturais clássicos, o País já ter deixado o grupo dos Países Menos Avançados (PMA), passando a pertencer ao grupo dos Países de Desenvolvimento Médio.

Com a mudança do regime a partir de 1991 e a adopção de uma nova Constituição em 1992, o País enveredou-se pelo sistema de economia de mercado de base privada. Nesse período, privatizou-se a maioria e as mais rentáveis empresas públicas, como deu-se início à criação de condições propícias ao desenvolvimento da iniciativa e do sector privado. Fortes investimentos na infra-estruturação económica foram realizados quanto na promoção do ambiente empresarial. O sector empresarial conheceu uma dinâmica marcante e, sobretudo, o País tornou-se num destino do investimento externo, em especial no domínio do turismo. Cabo Verde tornou-se também num destino turístico muito procurado, tendo o número de turistas que demandam os hotéis passado de cerca de 37000 em 1997 a cerca de 163.000 em 2001 e cerca de 178.000 em 2003. Cerca de 2/3 das empresas existentes em Cabo Verde em 1998 nasceram após 1990.

Em consequência a economia cresceu em média cerca de 6% ao ano. No período de uma década, o Produto Interno Bruto multiplicou-se por 3 e o PIB/capita passou de 902 US \$ em 1990 a 1281 US \$ em 2000 e 1796 US \$ em 2003.

### ***Contexto político***

Em 2001, após as eleições legislativas o novo governo relançou a reflexão sobre os desafios do país de que resultaram as Grandes Opções do Plano aprovadas pela Assembleia Nacional

As grandes Opções do Plano compreendem assim:

- a boa governação que vai exigir a reforma do Estado, a intensificação da democracia e o reforço da cidadania;
- o alargamento da base produtiva assente na capacidade empreendedora, competitividade e crescimento;
- a capacitação humana em áreas prioritárias do desenvolvimento;
- a política global de desenvolvimento social que privilegie o combate à pobreza e o reforço da coesão e da solidariedade;
- a infra-estruturação básica e económica assente em planos de ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005 constitui o documento de referência da estratégia de desenvolvimento do país para o período em referência. Na sua elaboração utilizou-se uma metodologia participativa, com o envolvimento de diversas estruturas da administração pública de actores sociais da sociedade civil e de técnicos especializados, abordagem essa que contribui seguramente para uma maior apropriação da estratégia de desenvolvimento do país.

Assumiu-se então que o PND 2002-2005 não é um documento definitivo, deixando assim em aberto o aprofundamento da estratégia de redução da pobreza no quadro da elaboração do PRSP.

### ***Luta contra a pobreza. Uma constante das políticas públicas***

Contudo, reconhece-se que nas últimas décadas, a aplicação de políticas públicas em Cabo Verde evidencia-se pelas preocupações no combate à pobreza que assumem um papel central na definição e na implementação de estratégias de desenvolvimento e de crescimento económico. O peso da educação e da saúde no âmbito do orçamento dos sucessivos orçamentos do Estado é disto testemunho. Foi possível reduzir de forma considerável o analfabetismo como também aumentar o nível médio de escolarização como a qualificação da população activa. Ao mesmo tempo ganhos expressivos em matéria de saúde foram possíveis, com um nível de mortalidade infantil que hoje ronda os 31/1000 e uma esperança de vida de cerca de 71,8 anos (2004).

***Em 1999 o governo iniciou a implementação do primeiro programa de luta contra a pobreza com o financiamento do Banco Mundial, do PNUD e do BAD.***

O PNLP propôs-se a actuar de forma descentralizada e participada, integrando a luta contra a pobreza nos objectivos do desenvolvimento local. Esta orientação baliza-se na crença de que o nível local constitui o melhor quadro de identificação das reais necessidades das populações e sua mobilização para a assunção da luta contra a pobreza.

O Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) insere-se na estratégia do Governo de Cabo Verde com vista a reduzir de forma sustentada e duradoura a pobreza e assenta-se nos seguintes princípios orientadores, reduzir a pobreza de forma durável e sustentável, combater a pobreza no quadro descentralizado e promover a participação e a coordenação dos esforços. O PNLP tinha como alvo a população pobre e principalmente as mulheres, especialmente as chefes de família, os desempregados (sobretudo os jovens sem emprego), os grupos em situação de vulnerabilidade e os trabalhadores das FAIMO.

As estratégias e as medidas de política implementadas tiveram em vista:

- Melhorar a capacidade produtiva dos pobres;
- Combater a pobreza no seio das mulheres através da sua autopromoção;
- Reforçar a capacidade institucional para planificar, coordenar e empreender actividades de luta contra a pobreza a nível central, municipal e local;
- Melhorar as infra-estruturas económicas e sociais das comunidades pobres a fim de criar as condições para a sua inserção no processo de desenvolvimento;
- Corrigir desequilíbrios na prestação dos serviços sociais de base, favorecendo o acesso à educação, saúde e nutrição, água potável, saneamento e habitat;

Em 2003, realizou-se, com recurso a entidade externa e independente uma avaliação do programa na óptica dos beneficiários.

Segundo os beneficiários as intervenções conduzidas no quadro do PNLP são altamente relevantes no combate à pobreza. Uma maioria expressiva dos beneficiários (85%) consideram que as intervenções realizadas, de facto, são muito importantes para a redução da pobreza e correspondem efectivamente às reais e prioritárias necessidades manifestas pelas comunidades.

Essa percepção é mais favorável em relação as intervenções conduzidas no quadro do PLPR (92%) do que as do PDSS (82%). Entretanto, denota-se que o envolvimento e a participação das comunidades nas actividades do PNLP são percebidas como sendo relativamente fracas.

Uma larga maioria, ou seja 69% dos beneficiários não participaram nas intervenções implementadas. A maior participação registou-se na fase de identificação (11%), seguido da fase de implementação (9%).

Nas fases de concepção e planificação a participação não ultrapassou os 6%. A falta de tempo (24%), o desinteresse (15%) e a falta de convite (14%) figuram como as principais razões evocadas para a não participação.

Embora as contribuições tenham sido fracas, a prestação de serviços como voluntários (11%) assume proporções significativas, podendo constituir indicador de abertura e disponibilidade à participação/cooperação. No entanto, enquanto que para o PLPR os beneficiários entendem que houve medidas de políticas específicas para a integração diferenciada das mulheres nas actividades do Programa, o mesmo não se verifica em relação ao PDSS.

Este facto pode ser explicado pela natureza dos trabalhos gerados no quadro do PDSS, ou seja, obras de construção civil, onde o emprego é mais favorável aos homens

Da análise comparativa da evolução do PIB com a evolução do número dos pobres, constata-se que a evolução verificada na economia cabo-verdiana não se traduziu na redução do efectivo dos pobres, mas antes no aumento da pobreza relativa com o aprofundamento das desigualdades, muito embora a pobreza absoluta tenha reduzido o que reforça a ideia de que não basta o crescimento económico para que o combate à pobreza seja uma realidade. Na verdade a pobreza é um fenómeno complexo e requer uma abordagem integrada das políticas sociais.

Esta discrepância põe em relevo a necessidade de se melhorar e reforçar as políticas por forma a permitir superar os constrangimentos que dificultam um maior envolvimento das populações pobres na vida social e económica do país, conduzindo a uma melhor distribuição da riqueza. Para o efeito, a par de políticas tendentes a satisfazer as condições básicas da população, impõe-se capacitar os pobres através da educação, da formação profissional e da mobilização social por forma a criar empregos produtivos e remuneradores.

*Elevou-se o padrão de vida dos cabo-verdianos, as expectativas são diferentes, e assim novas privações em relação ao início da década de noventa, como também a percepção das populações em relação as suas condições de vida.*

Segundo os resultados dessa mesma avaliação, uma proporção expressiva dos beneficiários (41%), considera a falta de emprego como um dos principais factores determinantes da pobreza, seguida de falta de recursos/meios (17%) e baixo padrão de vida (11%). Os beneficiários residentes nas ilhas onde a taxa de desemprego tem sido das mais elevadas (Fogo e S. Vicente), são aqueles que associam com maior frequência a falta de emprego à pobreza, com 53% e 50%, respectivamente contra 31% na ilha de Santo Antão. Os resultados por concelho mostram que os valores mais elevados (57%), são registados no Tarrafal, em contraposição aos Concelhos da R. Grande e S. Domingos com as proporções mais baixas, em relação ao total nacional, 25% e 29%, respectivamente.

Não se verificam diferenças significativas na percepção da pobreza quando se considera o sexo, o grupo etário ou o nível de instrução dos beneficiários.

### ***Contexto estatístico***

O Sistema Estatístico de Cabo Verde encontra-se em processo de reforma, iniciada em 1996 com a adopção de nova lei do Sistema Estatístico Nacional. O primeiro Plano de Actividade Estatística foi executado 1998 a 2001, tendo permitido um avanço considerável do sistema, tanto do ponto de vista da disponibilidade de informação estatística quanto da notoriedade do sistema, mas também do aumento do volume e da complexidade da procura.

Neste quadro foram realizados em 1998, o primeiro Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva e o primeiro Recenseamento Empresarial. Em 2000 foi realizado o IIIo Recenseamento Geral da População e Habitação.

O primeiro inquérito as despesas e receitas familiares teve lugar em 1988-89, pelo que logo após o Censo 2000 preparou-se e realizou-se de Outubro de 2001 a Outubro de 2002, o Inquérito as Despesas e Receitas Familiares-Condições de vida das famílias 2001-2002. Este

ultimo tinha como principais objectivos actualizar o perfil da pobreza em Cabo Verde, assim como disponibilizar os dados para a mudança do ano de base das contas nacionais e mudança dos ponderadores e do cabaz do Índice de Preços no Consumidor. Estas operações estatísticas decorreram em ambiente de progressiva integração estatística, na perspectiva da comparabilidade da universalidade das estatísticas oficiais, que se consubstanciam na adopção de nomenclaturas nacionais como a Classificação de Actividades Económicas de Cabo Verde, inspirada na ultima revisão da CITI Rev 3, da Classificação do Consumo Individual por Objectivos inspirada na ultima versão da COICOP, mas também na adopção do Código Geográfico Nacional , entre outros classificadores.

Assim, graças ao Inquérito as Despesas e Receitas Familiares-Condições de vida das famílias 2001-2002 de que o presente perfil da pobreza é uma das grandes aplicações, esta em curso a montagem do novo indice de precos no consumidor, bem com a utilizacao dos dados no âmbito da reforma das contas nacionais. A base de dados do IDRF 2001-2002 foi também utilizada para o estudo sobre a incidência fiscal sobre as famílias. A base de dados deste inquérito esta sendo utilizado pela Agencia Nacional de Segurança Alimentar – ANSA, para a realização de estudos sobre o consumo de produtos alimentares, como também pelo Banco Mundial, no âmbito dos estudos para a reforma das pensões. Igualmente vários estudantes de estatística nacionais e estrangeiros estão realizando trabalhos de investigação utilizando os dados deste inquérito.

A avaliação do estado do SEN realizada em 2001 concluiu que apesar dos avanços, o SEN funcionava a ritmo muito variável, pois a maioria dos órgãos produtores de estatísticas sectoriais não conheceu avanços consideráveis, não obstante os projectos previstos no plano.

Muito recentemente o INE e os OPES realizaram, com apoio do PNUD, uma avaliação da disponibilidade e da qualidade das estatísticas disponíveis, com vista a elaboração do relatório do país quanto a realização dos Objectivos do Milénio e das responsabilidades do sistema com relação aos OMD. Esta avaliação recente do estado do SEN conclui que, não obstante os avanços, não estão ainda criadas todas as condições de sustentabilidade do sistema estatístico.

Assim, e entendimento a nível do SEN que este deve procurar no novo ciclo de actividades, aprimorar o exercício de planeamento por forma a que a produção estatística possa atender com elevado grau de eficácia, as necessidades da agenda de desenvolvimento do País e procurar a racionalidade e o rigor designadamente pelo reforço da coordenação técnica quanto de objectivos.

Nestes termos, o INE e os OPES decidiram dotar-te para o novo ciclo de uma agenda estatística que compreenda um plano de actividade estatística, um plano de formação dos recursos humanos do SEN, e um plano de reforço de capacidades. Estes deverão permitir a produção das estatísticas prioritárias, garantir adequada acessibilidade mas também a criação de condições de sustentabilidade pelo reforço dos recursos humanos, e uma realização de através do qual serão mobilizados recursos para que consumara.

Neste novo ciclo que cubra o período 2004-2007, o Sistema Estatístico Nacional deve dar continuidade a reforma iniciada em 1996 mas sobretudo:

**1. Apostar** no desenvolvimento do capital humano, na afirmação da sua autoridade, no reforço da sua coordenação. O desenvolvimento dos recursos humanos do SEN devesse ter em perspectiva as necessidades do plano de actividade estatística para o período 2004-2007, mas sobretudo, a formação de estatísticos e sobretudo de especialistas em demografia, econometria, sistema de informação geográfica, gestão de sistema de informação entre outras áreas de especialidade, visando o reforço da capacidade de pesquisa aplicada, mas também de concepção e desenvolvimento da actividade estatística. A afirmação da autoridade estatística exige a garantia progressiva de maior consistência e credibilidade das estatísticas oficiais, designadamente com a utilização de boas praticas como o GDDS. A coordenação estatística será um instrumento fundamental na racionalização da utilização dos recursos de todo o SEN, para a cobertura de áreas estatísticas importantes mas menos desenvolvidas. A coordenação devesse ainda contribuir para a complementaridade, a integração e a consistência da produção estatística dos diversos Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais e sobretudo para a comparabilidade e a universalidade das estatísticas oficiais.

**2. Dotar-se** de numa agenda de produção estatística capaz de garantir com pertinência e elevada eficácia a satisfação das necessidades prioritárias dos agentes de desenvolvimento do

Pais. O plano de actividade estatística para o período 2004-2007 devera priorizar o a reforma das contas nacionais e o reforço de outras estatísticas económicas necessárias a boa governação, mas sobretudo a produção de estatísticas consideradas prioritárias para o seguimento e a avaliação da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – (PRSP - Poverty Reduction Strategy Paper), para o seguimento dos OMD bem como as necessárias ao reforço da competitividade das empresas e, em geral, da economia de Cabo Verde. O Inquérito Anual de Seguimento da pobreza, as grandes operações estatísticas como o Segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva de 2004-2005, o Inquérito as Despesas e Receitas Familiares-Condições de vida das famílias de 2007, os inquéritos anuais ao emprego, o desenvolvimento do sistema de informação sanitária, como as operações do programa de desenvolvimento das estatísticas agrícolas devem ser garantidos.

**3. Desenvolver** a acessibilidade da informação estatística oficial. Enquanto projecto de interesse comum a todo do SEN, a Base de Dados de Estatísticas Oficiais será a plataforma comum para a difusão, mas também para garantir a transparência, a integração técnica mas também a credibilidade das estatísticas oficiais. Nesses termos deve ser concluída a BDEO bem como o portal de estatísticas oficiais de Cabo Verde.

**4. Promover** a cultura estatística e a utilização da informação estatística para a gestão do desenvolvimento. Para aumentar a disponibilidade das estatísticas oficiais, mas também a utilidade das mesmas, necessário se torna que seja promovida a cultura estatística, ou seja a utilização efectiva e correcta das mesmas, mas também a predisposição dos informantes para a prestação de informação para fins estatísticos. Pata tanto, devera o Sistema Estatístico Nacional e em especial o INE, oferecer soluções formativas, que propiciem a literata estatística, mas também a propensão para o consumo da informação estatística.

**5. Garantir** um ambiente institucional propicio ao desenvolvimento da ciência estatística e a melhoria da cobertura das actividades estatísticas. A valorização do investimento na actividade estatística pressupõe o desenvolvimento de boas praticas capazes de contribuir para o desenvolvimento da ciência estatística. Neste particular, deverão ser criadas as condições para a investigação aplicada, designadamente com o envolvimento das universidades bem como de participação em grupos tecnicos de trabalho a nível das nações unidas, bem assim em outros fora internacionais do domínio da estatística.

Cabo Verde é o 18º país membro do Afristat, tendo aderido a 24 de Setembro de 2002. As intervenções de Afristat centram-se nas contas nacionais, mas também no domínio da conjuntura. Cabo Verde aderiu em Fevereiro do corrente ano ao GDDS e neste quadro beneficia de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional no domínio das estatísticas dos preços, das estatísticas das finanças públicas como também de um acompanhamento dos trabalhos de reforma das contas nacionais por aquela instituição. Enquanto País membro da CEDEAO, participamos no programa estatístico da CEDEAO ainda em fase de arranque e centrada na comparabilidade das estatísticas dos preços no consumidor, das contas nacionais e das estatísticas do comércio externo. Cabo Verde participa igualmente no Programa de Comparação Internacional para a África – PCI – África, programa esse em fase de arranque e coordenado pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Cabo Verde é membro efectivo da Comissão de Estatística das Nações Unidas tendo sido eleito em 2003 para um mandato de 4 anos.

Um conjunto de reformas estão em curso, designadamente no domínio fiscal tendente a uma progressiva e decisiva clarificação do papel do Estado. Assim, no domínio fiscal, várias reformas tiveram lugar na década de noventa que se traduziram numa progressiva simplificação da estrutura e alargamento da base tributária. Um novo sistema de contabilidade pública está em fase de implementação, nomeadamente no quadro do CFAA.

O presente perfil da pobreza foi assim elaborado em momento muito especial da vida do País. Por um lado por constituir a base informacional essencial para a elaboração do primeiro Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (PRSP). Ocorre em momento de maior disponibilidade de estatísticas de vários sectores, e em especial de aumento da procura de informação estatística, em volume como em complexidade. Por outro lado porque, ocorre no momento de recentragem da estratégia de desenvolvimento do País no combate à pobreza. Por fim este documento consoma uma grande parceria entre o Banco Mundial e o Sistema Estatístico de Cabo Verde, através do seu órgão central, o Instituto Nacional de Estatística.





## **PARTE B – A POBREZA EM CABO VERDE**

# I - CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

## I - CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

### 1. *Repartição Espacial da População*

De acordo com os dados do IDRF, em Cabo Verde residem cerca de 470.687 indivíduos, sendo 55% no meio urbano e 45% no meio rural

Santiago continua sendo a ilha mais populosa, albergando cerca de 54% da população de Cabo Verde. S. Vicente, Santo Antão e Fogo são as outras ilhas com maior percentagem de residentes, 13% e 11%, respectivamente. É de realçar que na Praia Urbano (na capital do País) residem ¼ da população.

Com base no limiar da pobreza, 172.727 indivíduos são considerados como pobres, isto é, têm uma despesa anual de consumo igual ou inferior a 43.250\$ escudos. Representando 36,7% da população total, os pobres residem na sua maioria no meio rural (62%).

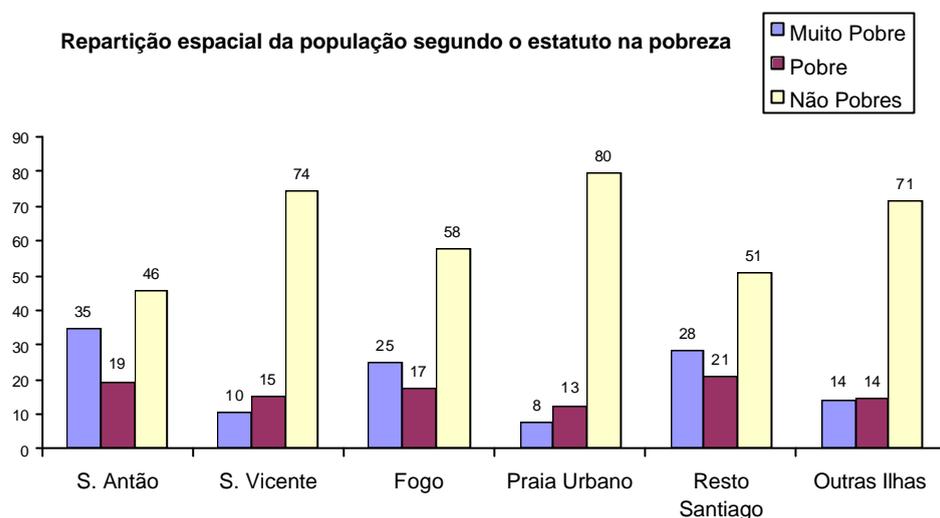
De entre os pobres, pode-se ainda isolar os considerados muito pobres (92.828 indivíduos com nível de despesa igual ou inferior a 28.833\$00), que representam 86% dos pobres, e que equivale em termos nacionais a 20% da população total. Igualmente pode-se constatar que estes residem na sua maior parte no meio rural (68%).

População de Cabo Verde segundo o estatuto na pobreza por meio de residência e grupo de ilhas						
	Total	Muito Pobre	Pobre	Não Pobre Baixo	Não Pobre Médio	Não Pobre Alto
CABO VERDE	470.687	92.828	79.899	227.197	47.141	23.622
Urbano	259.321	29.739	35.043	134.542	38.509	21.488
Rural	211.366	63.089	44.856	92.655	8.632	2.134
S. Antão	50.623	17.553	9.861	19.993	2.442	774
S. Vicente	71.446	7.372	10.868	38.909	8.482	5.815
Fogo	41.235	10.262	7.101	20.873	2.237	762
Praia Urbano	106.595	8.246	13.391	54.866	19.375	10.717
Resto Santiago	149.379	42.083	31.306	64.576	9.249	2.165
Outras Ilhas	7.312	7.372	27.980	5.356	3.389	51.409

Considerando as ilhas uma por uma, verifica-se que S. Antão é a ilha onde a incidência da pobreza é maior, com 54% da população a viver abaixo do limiar de pobreza. De realçar que 64% destes são considerados muito pobres, percentagem essa equivalente a 35% da população desta ilha. Contudo os pobres de S. Antão representam somente 16% do total dos pobres.

Segue-se o resto de Santiago com 49% e a ilha do Fogo com 42% da população a ser considerada pobre. De outro modo, é importante frisar que mais de metade dos pobres concentram-se na Ilha de Santiago, sendo 43% no interior (Resto de Santiago) e 13% na Praia Urbano.

A incidência da pobreza é menor nos dois maiores centros urbanos, Praia Urbana (20%) e S. Vicente (26%).

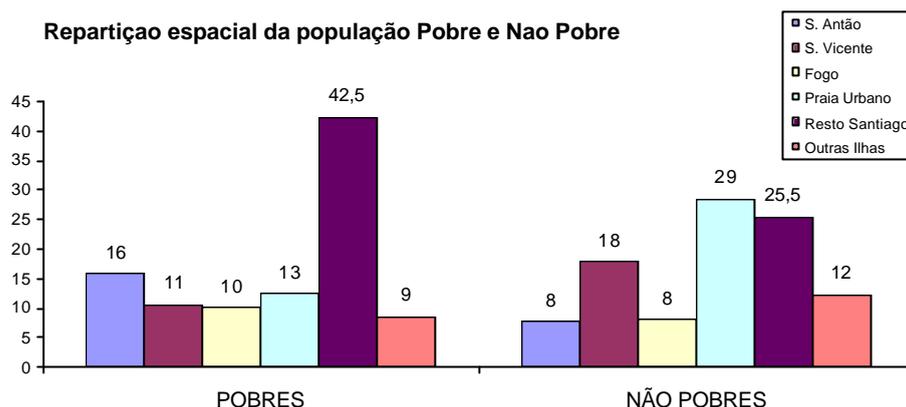


No entanto, podemos concluir que apesar de S. Antão ser a ilha onde a maioria dos residentes são pobres, esta não é a ilha que alberga a maior parte dos pobres de Cabo Verde.

A maior concentração da população pobre é no Resto de Santiago (43%), sendo 57% destes considerados muito pobres. Segue-se a ilha de S. Antão com cerca de 16% dos pobres e a ilha do Fogo com 11%. A população pobre residente nas outras ilhas (S. Nicolau, Sal, Boavista, maio e Brava) representam somente 9% do total dos pobres de Cabo Verde.

Contudo, a maior parte dos indivíduos com um nível de despesas acima do limiar, principalmente os considerados “Não Pobres – Alto”, concentram-se na sua maioria, na ilha de Santiago, sendo 29% na Praia Urbano e 26% no resto de Santiago.

Daqui pode-se inferir que Santiago seja uma ilha de contrastes, onde a desigualdade social possa ser mais visível.

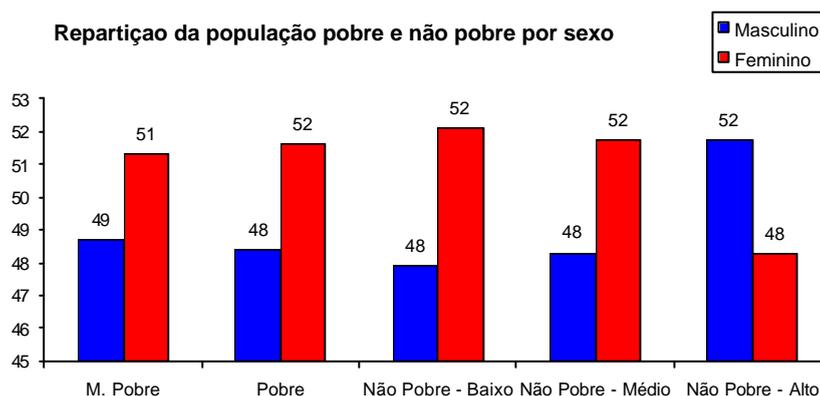


## 2. Repartição por sexo e grupo etário da população

A população residente em Cabo Verde é maioritariamente feminina (52%) e jovem, pois 35% tem menos que 15 anos e 18% tem entre 15-24 anos.

Contudo, a supremacia das mulheres não se verifica em todas as faixas etárias. Se aos zero anos, as meninas constituem a maioria, a partir de 1 ano até aos 24 anos de idade os homens são a maioria. A partir dos 65 anos as mulheres constituem quase 60% da população.

De acordo com o gráfico, constata-se que igualmente a maior parte da população pobre é do sexo feminino (51%). Esta proporção mantém-se praticamente sem diferenças significativas em todas as sub-populações, de acordo com o estatuto da pobreza, com exceção no universo dos “Não Pobres – Alto”, indivíduos com nível de despesas mais elevados, onde a supremacia é dos homens (52%).



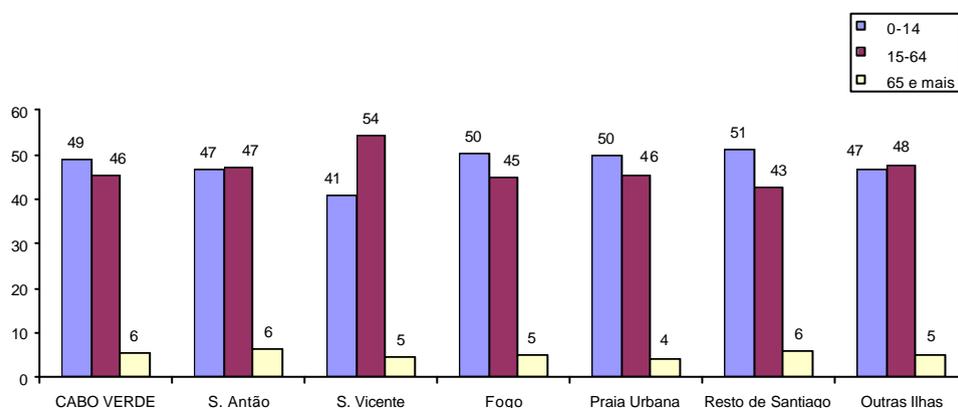
Da análise por ilhas observa-se que, quer a repartição da população total, quer das populações pobres, ou não pobres, não apresenta diferenças significativas, mantendo a supremacia das mulheres, com exceção da Ilha de S. Antão e das Outras Ilhas, cuja proporção é inversa, isto é, a população é maioritariamente masculina..

Repartição espacial da população segundo o sexo e estatuto na pobreza									
	TOTAL			POBRES			NÃO POBRES		
	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem
CABO VERDE	470.687	227.624	243.063	172.727	83.858	88.869	297.960	143.766	154.194
S. ANTÃO	50.623	25.824	24.799	27.414	14.173	13.241	23.209	11.651	11.558
S. VICENTE	71.446	34.531	36.915	18.240	8.559	9.681	53.206	25.972	27.234
FOGO	41.235	20.307	20.928	17.363	8.417	8.946	23.872	11.890	11.982
PRAIA URB	106.595	50.636	55.959	21.637	10.180	11.457	84.958	40.456	44.502
RESTO SANTIAGO	149.379	70.458	78.921	73.389	35.170	38.219	75.990	35.288	40.702
OUTRAS ILHAS	51.409	25.868	25.541	14.684	7.359	7.325	36.725	18.509	18.216

No que diz respeito á repartição por idade podemos observar que a população pobre é muito jovem., com uma percentagem elevada de indivíduos dependentes, ou seja, de crianças menores de 15 anos de idade (49%). A proporção de crianças vai diminuindo á medida que o nível de despesa vai aumentando.

Os idosos, classe igualmente dependente, representa 6% da população pobre, um ponto percentual a menos da proporção verificada nos Não pobres.

**Repartição espacial da população pobre por grupo etário**



Fogo e Santiago são as ilhas onde praticamente metade dos pobres são crianças. De realçar a ilha de S. Vicente onde o peso das crianças nos pobres é a mais baixa, 41%. Nas restantes ilhas e em S. Antão, apesar das crianças com menos de 15 anos terem um peso significativo (cerca de 47%), este é menor do que a nível nacional.

Relativamente aos idosos, indivíduos com mais de 65 anos, não existem diferenças significativas do peso entre as ilhas, contudo S. Antão é a com maior percentagem de idosos na população pobre (6,4%) seguido do interior de Santiago (6%). Praia Urbano e S. Vicente as percentagens de idosos são as menores (cerca de 4%).

Repartição da população segundo o estatuto na pobreza por grupos etários												
GRUPO ETÁRIO	TOTAL POPULAÇÃO			ESTATUTO FACE A POBREZA								
				M. Pobre			Pobre			Não Pobre		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
TOTAL	227.624	243.063	470.687	45.198	47.630	92.828	38.660	41.239	79.899	143.766	154.194	297.960
0 ANOS	4.421	4.529	8.950	1.031	1.030	2.061	918	965	1.883	2.472	2.534	5.006
1-4	23.084	21.349	44.433	5.656	5.238	10.894	4.391	4.029	8.420	13.037	12.082	25.119
5-9	34.616	31.804	66.420	8.604	8.029	16.633	6.942	6.085	13.027	19.070	17.690	36.760
10-14	38.255	37.732	75.987	8.985	8.838	17.823	6.805	6.694	13.499	22.465	22.200	44.665
15-24	50.117	47.551	97.668	9.986	7.866	17.852	8.586	8.211	16.797	31.545	31.474	63.019
25-44	47.377	56.220	103.597	6.587	9.728	16.315	6.574	8.094	14.668	34.216	38.398	72.614
45-64	17.121	25.042	42.163	2.475	4.080	6.555	2.441	4.210	6.651	12.205	16.752	28.957
65 e mais	12.633	18.836	31.469	1.874	2.821	4.695	2.003	2.951	4.954	8.756	13.064	21.820
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
0 ANOS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
1-4	10	9	9	13	11	12	11	10	11	9	8	8
5-9	15	13	14	19	17	18	18	15	16	13	12	12
10-14	17	16	16	20	19	19	18	16	17	16	14	15
15-24	22	20	21	22	17	19	22	20	21	22	20	21
25-44	21	23	22	15	20	18	17	20	18	24	25	24
45-64	8	10	9	6	9	7	6	10	8	9	11	10
65 e mais	6	8	7	4	6	5	5	7	6	6	9	7

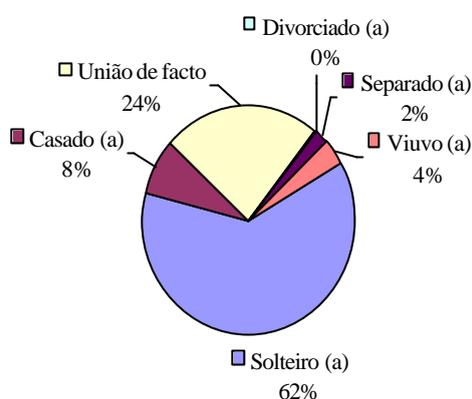
### **3. Repartição por estado civil da população**

O estado civil é analisado exclusivamente para a população de 12 anos ou mais, que é de cerca de 319.787 indivíduos. A população cabo-verdiana, talvez por ser muito jovem, é maioritariamente solteira (57%).

Dos que alguma vez viveram em união, 27% encontra-se a viver em união de facto e 10% são casados legalmente. Este facto, leva-nos a concluir que a opção de viver em união tende mais para a união sem formalizações legais.

Contudo, pode-se aferir que a condição de solteiro expõe mais os indivíduos à pobreza, tende em conta que 62 em cada 100 pobres são solteiros.

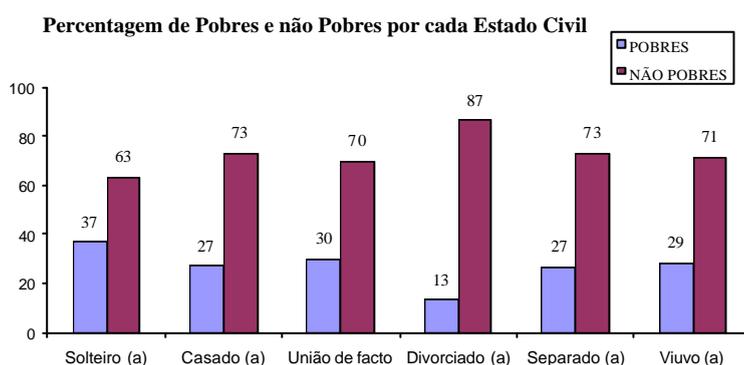
Repartição da população Pobre com 12 anos e mais segundo o Estado Civil



Igualmente verifica-se que os pobres preferem mais a união de facto como forma de viver em união (24%) do que o casamento legal (8%).

Analisando estado por estado civil, verifica-se que em cada 100 solteiros 37 é considerado pobre. A percentagem de pobres no conjunto dos indivíduos casados (27%) é menor que a nos vivendo em união de facto (30%), facto que pode ser justificado pela estabilidade do casamento, factor que permite melhores condições para trabalhar em prol do bem estar do agregado. **Esta reduzida percentagem de pobres nos casados pode dever-se igualmente ao facto da maioria dos que casam serem indivíduos com níveis de instrução elevado, com melhores empregos, e serem melhores remunerados.????**

No que diz respeito às situações de ruptura de união, destaca-se o divórcio onde somente 13 em 100 destes são pobre. No conjunto dos viúvos 29 em cada 100 são pobre.



Esta situação não é o apanágio de uma ou outra ilha do País. Com efeito, em todas as ilhas em análise, a grande maioria dos pobres são solteiros.

Contudo da análise por sexo conclui-se que esta supremacia dos solteiros verifica-se com maior intensidade nos pobres do sexo masculino (66%) do que nos do sexo feminino (59%).

Relativamente à vivência em união, dos pobres, é de realçar que, apesar de, em ambos os sexos a percentagem de indivíduos a viverem em união ser a mesma (32%), a preferência de união já é bastante diferente quando se analisa por sexo. Enquanto que 28% das mulheres pobres vivem em união, somente 20% dos homens o fazem. Enquanto que 12% dos homens pobres são casados, somente 4% das mulheres vivem nesse tipo de união.

Não é de estranhar que as mulheres sejam mais pobres, se considerarmos que estas apresentam maior proporção de separadas/divorciadas (4%) e de viúvas (6%), relativamente ao conjunto dos homens pobres (1% de divorciados/separados e 1% de viúvos)

População de 12 anos e mais segundo o sexo e estatuto na pobreza por estado Civil									
Estado Civil	POPULAÇÃO 12 ANOS E MAIS			POBRE			NÃO POBRE		
	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem
Solteiro (a)	57	61	53	62	66	59	54	58	50
Casado (a)	10	15	4	8	12	4	11	17	5
União de facto	27	21	32	24	20	28	28	21	34
Divorciado (a)	0	0	1	0	0	0	1	0	1
Separado (a)	3	1	4	2	1	3	3	2	4
Viuvo (a)	4	1	7	4	1	6	5	1	7
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

#### **4. Repartição por nível de instrução da população**

A educação constitui a pedra fundamental no processo de desenvolvimento de qualquer país. Vários estudos sobre a educação e o desenvolvimento têm demonstrado que o desafio da sociedade contemporânea será o de elevar o nível de instrução, melhorar as capacidades de adaptação da mão-de-obra para acrescentar a competitividade nacional e lutar contra exclusão social, fenómeno directamente relacionado com a pobreza.

O nível actual de instrução da população cabo-verdiana é sobretudo o resultado da aposta dos sucessivos governos do País na educação a partir da independência. Assim entre as gerações que viveram a adolescência (a idade escolar) antes e depois da independência existem diferenças profundas no que diz respeito ao nível de instrução.

De acordo com os dados do IDRF, a população de 4 anos e mais era de 430.353 indivíduos, sendo 52% do sexo feminino e 48% do sexo masculino. A frequentar um estabelecimento de ensino encontravam-se cerca de 178.231 indivíduos, ou seja cerca de 41% da população com 4 anos e mais.

**O nível de instrução é medido ultimo nível frequentado ou a frequentar**, independentemente de o ter concluído ou não. Entre a população de 4 anos ou mais, cerca de 20% não tem nenhum nível, e a maior parte tem o nível do EBI, Ensino Básico Integrado (55%). Somente cerca de 3% da população tem nível do pós secundário.

Cerca de um quarto (23%) dos indivíduos com 15 anos ou mais não sabe ler nem escrever, ou seja, são analfabetos, sendo a maioria destes do sexo feminino (73%).

Pode-se concluir, a partir dos quadros e gráficos abaixo, que o impacto da educação no nível vida (medido pelo nível de despesas), é forte e inversamente proporcional, isto é, á medida que vai aumentando o nível de instrução menor é a incidência da pobreza.

Assim, enquanto que, 25% dos muito pobres não tem instrução somente 8% dos indivíduos pertencente ao grupo «Não Pobre – Alto» (despesa anual de consumo superior a 288.333\$00) não tem instrução. A nível do Pós-secundário, são notórias as discrepâncias á medida que o nível de despesa aumenta, apesar de, somente 3% da população total de 4 anos e mais ter esse nível de ensino. Enquanto que na população que vive abaixo da linha da pobreza somente 0,1% tem esse nível, na população com maior nível de despesa, “Não Pobre Alto”, 26% já atingiu esse nível.

População com 4 anos e mais segundo o Estatuto na Pobreza por nível de instrução						
Nível de Instrução	TOTAL	MUITO POBRE	POBRE	NAO POBRE BAIXO	NAO POBRE MEDIO	NAO POBRE ALTO
<b>CABO VERDE</b>						
Sem Instrução	20	25	23	19	13	8
EBI	55	61	60	55	45	29
Secundário	23	14	17	25	35	37
Pós Secundário	3	0	0	1	6	26
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	100	100	100
<b>MASCULINO</b>						
Sem Instrução	15	21	18	14	9	6
EBI	57	63	65	57	46	31
Secundário	24	15	17	27	37	33
Pós Secundário	3	0	0	1	8	30
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	100	100	100
<b>FEMININO</b>						
Sem Instrução	23	28	27	23	16	11
EBI	52	59	56	53	45	27
Secundário	22	12	16	24	34	41
Pós Secundário	2	0	0	1	5	22
Sem Resposta	0	0	0	0	0	0
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Independentemente do nível de despesa, isto é, quer nas populações pobres quer nas não pobres, a mulher é a mais afectada no que diz respeito à educação, pois a percentagem de mulheres sem instrução é sempre maior à dos homens, com diferenciais que variam entre 10 pontos percentuais quando se trata do escalão Pobre, a 5% no escalão dos «Não Pobre – Alto» .

A pobreza condiciona igualmente a frequência escolar. Apesar da universalidade e obrigatoriedade do EB, que tem a duração de 6 anos, e onde é permitida a entrada de crianças dos 6 aos 15 anos, ainda pode-se constatar que, no universo dos indivíduos pobres que não frequentam nenhum estabelecimento de ensino, 13 em cada 100 indivíduos ainda está na idade escolar, ou seja, tem entre 4 e 14 anos. Neste último grupo os rapazes são a maioria (51%)

Percentagem da população de 4 anos e mais segundo o estatuto na pobreza por frequência escolar									
GRUPO ETARIO	TOTAL			POBRE			NÃO POBRE		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
<b>ESTÁ A FREQUENTAR</b>									
4-14 anos	77	75	76	85	84	84	73	69	71
15 a 24 anos	21	22	21	15	15	15	24	26	25
25 a 44 anos	2	3	3	0	1	1	3	5	4
45 a 64 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
65 e mais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>NÃO ESTÁ A FREQUENTAR</b>									
4-14 anos	9	7	8	15	11	13	6	5	5
15 a 24 anos	27	21	24	33	23	28	24	20	22
25 a 44 anos	39	40	39	31	36	34	43	41	42
45 a 64 anos	15	18	17	12	17	15	16	19	18
65 e mais	11	14	13	9	12	11	12	15	13
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

### **5. Repartição espacial dos agregados familiares**

Segundo os dados extrapolados do IDRF, relativos ao período do inquérito, a sociedade cabo-verdiana contava cerca de 95.257 agregados familiares cuja repartição espacial não difere de forma expressiva da repartição da população cabo-verdiana, como se pode constatar no quadro abaixo.

A maioria (55%) continua a residir no meio urbano, e Santiago é a ilha onde concentra mais de metade dos agregados com cerca de 24% na Praia Urbano e 29% no Resto de Santiago. S. Vicente segue-se com 17% dos agregados. De salientar que nas Outras ilhas (S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava) residem apenas 12% do total dos agregados familiares.

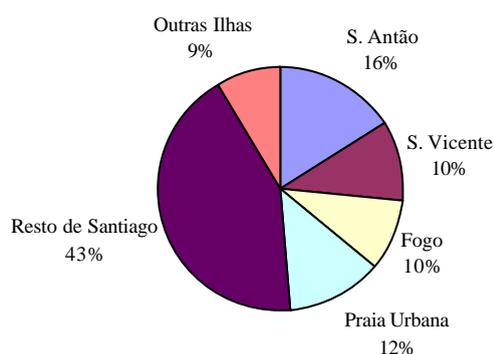
Repartição espacial dos Agregados Familiares segundo o estatuto na pobreza								
	EFFECTIVOS				PERCENTAGENS			
	TOTAL	MUITO POBRES	POBRES	NÃO POBRES	TOTAL	MUITO POBRES	POBRES	NÃO POBRES
<b>CABO VERDE</b>	95.257	13.369	13.324	68.564	100	100	100	100
Urbano	<b>54.303</b>	<b>4.019</b>	<b>5.481</b>	<b>44.803</b>	<b>57</b>	<b>30</b>	<b>41</b>	<b>65</b>
Rural	<b>40.954</b>	<b>9.350</b>	<b>7.843</b>	<b>23.761</b>	<b>43</b>	<b>70</b>	<b>59</b>	<b>35</b>
<b>S. Antão</b>	10.269	2.450	1.850	5.969	11	18	14	9
<b>S. Vicente</b>	15.757	1.006	1.790	12.961	17	8	13	19
<b>Fogo</b>	7.597	1.420	1.144	5.033	8	11	9	7
<b>Praia Urbana</b>	22.370	1.230	2.078	19.062	24	9	16	28
<b>Resto de Santiago</b>	27.918	6.151	5.270	16.497	29	46	40	24
<b>Outras Ilhas</b>	11.346	1.112	1.192	9.042	12	8	9	13

De acordo com os dados do IDRF, cerca de 26.693 agregados (28%) vivem abaixo do limiar de pobreza (43.250\$00), dos quais, 13.369 são muito pobres, representando 14% do total dos agregados cabo-verdianos.

A grande maioria dos agregados pobres (cerca de 17.193) residem no meio rural, contudo no meio urbano residem 26% dos agregados pobres.

Os agregados pobres concentram na sua maioria na ilha de Santiago, 12% na Praia Urbana e 43% no Resto de Santiago. Segue-se as ilhas de S. Antão com 16% e S. Vicente com 11%. As outras ilhas (S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava) albergam somente 9% dos agregados familiares pobres.

**Repartição espacial dos agregados pobres**



**6. Repartição por sexo, grupo etário e estado civil do chefe do agregado familiar.**

Embora a população seja maioritariamente feminina, cerca de 53.528 agregados familiares (cerca de 56%) são chefiados por homens. O interior de Santiago (Resto de Santiago) é um caso de excepção, pois nessa parte do território onde residem 29% dos agregados, as mulheres lideram a chefia dos mesmos (52%). Este facto não é novo, pois assim era em 2000 e deve-se pelo menos em parte a emigração maioritariamente masculina, em especial nas décadas de setenta e oitenta.

O estatuto na pobreza, globalmente não contraria esta tendência, pois em cada 100 agregados familiares pobres 52 são chefiados por homens.

Esta supremacia não se mantém quando se considera o meio de residência, pois, enquanto no meio urbano, 53% dos agregados pobres são chefiados por mulheres, no meio rural a tendência é inversa, diminui para 47%.

A supremacia das mulheres na chefia dos agregados familiares pobres é visível em S. Vicente, Praia Urbana e Resto de Santiago (55%, 52% e 54%, respectivamente).

**De realçar o facto de nas outras ilhas, a maior parte dos agregados com níveis de despesa superior ao limiar é chefiado por mulheres.**

GRUPO DE ILHAS	TOTAL AGREGADOS			ESTATUTO FACE A POBREZA					
				POBRE			NÃO POBRE		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
<b>CABO VERDE</b>	56	44	100	52	48	100	58	42	100
Urbano	58	42	100	48	52	100	60	40	100
Rural	54	46	100	53	47	100	55	45	100
<b>S. Antão</b>	69	32	100	72	28	100	66	34	100
<b>S. Vicente</b>	59	42	100	45	55	100	62	39	100
<b>Fogo</b>	59	41	100	56	44	100	66	34	100
<b>Praia Urbana</b>	56	44	100	48	52	100	60	40	100
<b>Resto de Santiago</b>	48	53	100	46	54	100	58	42	100
<b>Outras Ilhas</b>	61	39	100	50	50	100	49	51	100

Como se pode aferir do quadro abaixo uma percentagem significativa dos agregados cabo-verdianos é chefiado por indivíduos com idade compreendida entre os 25 e 44 anos (45%). Este fenómeno não varia muito com o nível de despesas. No entanto podemos realçar que à medida que aumenta a idade aumenta a percentagem de pobres, isto é, a taxa de incidência da pobreza cresce de forma regular com

a idade do chefe passando de 17% para os agregados cujo chefe tem 15-24 anos, a cerca de 30% para os agregados cujo chefe tem 45 anos ou mais.

Este perfil mantém-se, independentemente do sexo do chefe, muito embora a incidência seja maior entre os agregados chefiados por mulher de 24 aos 64 anos.

GRUPO DE ILHAS	TOTAL AGREGADOS			POBRES			NÃO POBRES		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
<b>CABO VERDE</b>	53.528	41.729	95.257	13.769	12.924	26.693	39.759	28.805	68.564
15-24	1.751	2.008	3.759	310	323	633	1.441	1.685	3.126
25-44	27.193	18.582	45.775	6.501	5.906	12.407	20.692	12.676	33.368
45-64	14.082	12.433	26.515	3.816	4.227	8.043	10.266	8.206	18.472
65 e mais	10.502	8.706	19.208	3.142	2.468	5.610	7.360	6.238	13.598
<b>CABO VERDE</b>	56	44	100	52	48	100	58	42	100
15-24	47	53	100	49	51	100	46	54	100
25-44	59	41	100	52	48	100	62	38	100
45-64	53	47	100	47	53	100	56	44	100
65 e mais	55	45	100	56	44	100	54	46	100
<b>CABO VERDE</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100
15-24	3	5	4	2	3	2	4	6	5
25-44	51	45	48	47	46	47	52	44	49
45-64	26	30	28	28	33	30	26	29	27
65 e mais	20	21	20	23	19	21	19	22	20

No que diz respeito ao estado civil dos chefes de agregado constata-se que, quer a nível da população total, quer a nível da população pobre, a maioria vive em união (61% na população total, e 62% na população pobre). No entanto, é de realçar o facto de que, enquanto não existem diferenças entre a proporção de chefes de agregado familiar casados e os vivendo em união de facto no grupo «Não Pobre», no grupo «Pobre» a preferência recai sobre a união de facto (34%) em detrimento do casamento (28%).

Do total dos agregados pobres, 22% são chefiados por solteiros, no entanto é importante analisar este fenómeno por sexo, tendo em consideração que existem diferenças significativas. Enquanto que 42% das mulheres chefes de agregado são solteiras, somente 5% dos homens com o estatuto de chefe de agregado familiar tem este último estado civil. O mesmo acontece quando os chefes já alguma vez viveram em união, pois enquanto que, 1% dos chefes, homens, estão divorciados/separados, 12% das mulheres divorciados/separados assumem a chefia do lar. Enquanto que, somente 2% dos chefes, homens, são viúvos, 18% das mulheres o são. Em síntese as mulheres com estatuto de chefe da

agregado familiar são solteiras, ou então estão em situação de ruptura de união, sejam divorciadas/separadas ou então por morte do cônjuge.

GRUPO DE ILHAS	TOTAL AGREGADOS FAMILIARES			ESTATUTO FACE A POBREZA					
				POBRES			NÃO POBRES		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
<b>CABO VERDE</b>	53.528	41.729	95.257	13.769	12.924	26.693	39.759	28.805	68.564
Solteiro (a)	5.647	14.269	19.916	619	5.322	5.941	5.028	8.947	13.975
Casado (a)	22.152	5.869	28.021	5.867	1.588	7.455	16.285	4.281	20.566
União de facto	22.742	7.309	30.051	6.861	2.094	8.955	15.881	5.215	21.096
Divorciado (a)	351	902	1.253	0	157	157	351	745	1.096
Separado (a)	1.389	4.712	6.101	123	1.416	1.539	1.266	3.296	4.562
Viuvo (a)	1.247	8.668	9.915	299	2.347	2.646	948	6.321	7.269
<b>CABO VERDE</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Solteiro (a)	11	34	21	5	41	22	13	31	20
Casado (a)	41	14	29	43	12	28	41	15	30
União de facto	43	18	32	50	16	34	40	18	31
Divorciado (a)	1	2	1	0	1	1	1	3	2
Separado (a)	3	11	6	1	11	6	3	11	7
Viuvo (a)	2	21	10	2	18	10	2	22	11
<b>CABO VERDE</b>	56	44	<b>100</b>	52	48	100	58	42	<b>100</b>
Solteiro (a)	28	72	<b>100</b>	10	90	100	36	64	<b>100</b>
Casado (a)	79	21	<b>100</b>	79	21	100	79	21	<b>100</b>
União de facto	76	24	<b>100</b>	77	23	100	75	25	<b>100</b>
Divorciado (a)	28	72	<b>100</b>	0	100	100	32	68	<b>100</b>
Separado (a)	23	77	<b>100</b>	8	92	100	28	72	<b>100</b>
Viuvo (a)	13	87	<b>100</b>	11	89	100	13	87	<b>100</b>

### *7. Repartição por nível de instrução do chefe do agregado familiar*

Dos 95.257 chefes de agregado familiares, residentes no país, 28% não possui qualquer nível de instrução, ou seja nunca frequentaram um estabelecimento de ensino. A maior incidência recai sobretudo nos chefes femininos onde 41 em cada 100, não tem instrução.

Dos que chegaram a frequentar um estabelecimento de ensino, ou ainda estão a frequentar, a maioria (56% ) atingiu ou concluiu o Ensino Básico. Apenas 16% dos chefes de agregado familiar atingiram o nível secundário ou superior.

Pela análise do quadro seguinte, concluímos que Cabo Verde não foge a regra, ou seja, o investimento na educação nunca é desperdício, pois contribui de forma segura para a melhoria do nível de vida da população.

Assim, na população dos agregados familiares pobres 98% são chefiados por pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, portanto, sem instrução (42%) ou tem somente o EBI (56%). Este perfil é mais acentuado quando o chefe é mulher, pois 52 em cada 100 chefes de agregado familiar do sexo feminino não tem instrução e 46 em cada 100 têm o nível do EBI. A percentagem de mulheres, chefes de agregado, com nível pós-secundário é praticamente nula, no entanto 2% tem o nível secundário.

No caso dos chefes de agregados, homens, a diferença reside principalmente no facto de apresentar percentagens menores nos sem instrução (32%), e maiores nos outros níveis de ensino, a destacar o nível secundário e pós secundário, com 3%.

Agregados Familiares segundo o estatuto na pobreza por nível de instrução									
Nível de Instrução	TOTAL			ESTATUTO NA POBREZA					
				POBRE			NÃO POBRE		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Sem Instrução	9.517	16.982	26.499	4.349	6.742	11.091	5.168	10.240	15.408
EBI	32.642	20.567	53.209	8.994	5.939	14.933	23.648	14.628	38.276
Secundário	6.986	3.112	10.098	406	243	649	6.580	2.869	9.449
Pós Secundário	4.383	1.048	5.431	20	0	20	4.363	1.048	5.411
<b>TOTAL</b>	<b>53.528</b>	<b>41.729</b>	<b>95.257</b>	<b>13.769</b>	<b>12.924</b>	<b>26.693</b>	<b>39.759</b>	<b>28.805</b>	<b>68.564</b>
Sem Instrução	18	41	28	32	52	42	13	36	23
EBI	61	49	56	65	46	56	60	51	56
Secundário	13	8	11	3	2	2	17	10	14
Pós Secundário	8	3	6	0	0	0	11	4	8
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Sem Instrução	36	64	100	39	61	100	34	67	100
EBI	61	39	100	60	40	100	62	38	100
Secundário	69	31	100	63	37	100	70	30	100
Pós Secundário	81	19	100	100	0	100	81	19	100
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>44</b>	<b>100</b>	<b>52</b>	<b>48</b>	<b>100</b>	<b>58</b>	<b>42</b>	<b>100</b>

A análise por ilhas, permite aferir que este perfil é válido a nível de todas as ilhas em maior ou menor proporção. Em todas as ilhas mais de 80% dos agregados familiares pobres é chefiado por pessoas que nunca frequentaram ou que tem o nível do EBI. Em todas as ilhas a incidência da pobreza diminui de forma considerável com o nível de instrução.

## 8. Dimensão e Tipologia dos Agregados

### Dimensão dos agregados familiares

O quadro seguinte informa sobre a variação da pobreza com o tamanho do agregado. Cabo Verde não é uma excepção a regra. Os agregados pequenos estão menos expostos ao risco da pobreza, de outro modo, quanto maior o tamanho, maior a probabilidade de ser pobre. A incidência da pobreza passa de 4% nos agregados unipessoais a 46% nos com dimensão superior a 5 membros.

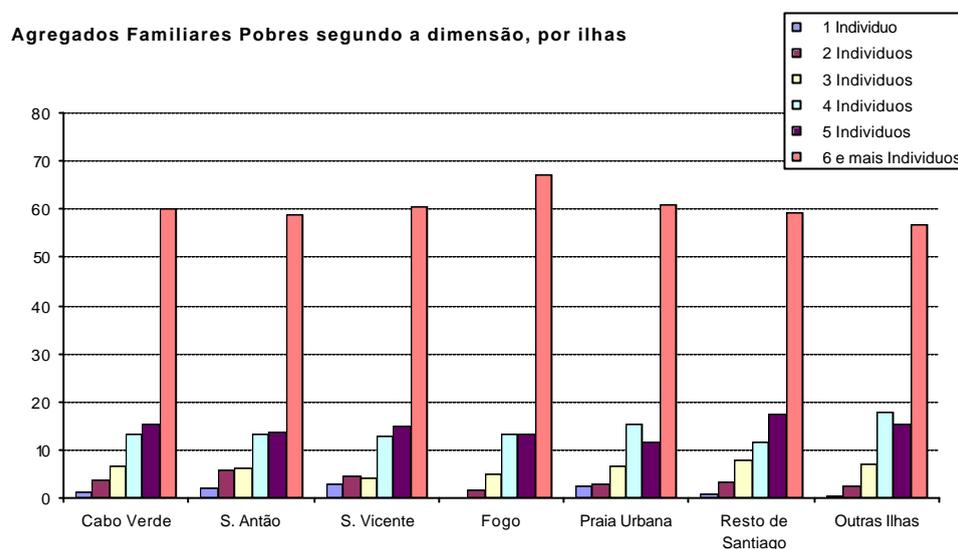
Isto pode dever-se ao facto de agregados com mais gente acarretar mais encargos, e se o rendimento não evoluir no mesmo sentido, diminuem as possibilidades de manter nível adequado de consumo. Pode também dever-se ao facto de, agregados menores serem os cujos chefes são mais jovens, mais instruídos, e por isso com maiores possibilidades de planear a procriação, assim como são os com ocupações melhor remuneradas.

Esta tendência não se altera de forma significativa entre os sexos. Assim, pelo menos 3 de cada 4 agregados familiares pobres tem 5 membros ou mais. Esta tendência é mais forte entre os agregados pobres chefiados por homens, pois entre estes pelo menos 81 de cada 100 tem 5 membros ou mais, enquanto que nos agregados chefiados por mulheres 70 em cada 100 tem 5 membros ou mais.

Em contrapartida, somente 1% dos agregados pobres são unipessoais. A percentagem de agregados pobres vai aumentando à medida que aumenta o número de pessoas por agregado.

DIMENSÃO DOS AGREGADOS	TOTAL POPULAÇÃO RESIDENTE			POBRES			NÃO POBRES		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
<b>CABO VERDE</b>	<b>53.528</b>	<b>41.729</b>	<b>95.257</b>	<b>13.769</b>	<b>12.924</b>	<b>26.693</b>	<b>39.759</b>	<b>28.805</b>	<b>68.564</b>
1 Indivíduo	5.204	2.950	8.154	217	118	335	4.987	2.832	7.819
2 Indivíduos	3.967	5.253	9.220	452	492	944	3.515	4.761	8.276
3 Indivíduos	6.008	6.710	12.718	472	1.304	1.776	5.536	5.406	10.942
4 Indivíduos	8.747	7.012	15.759	1.481	2.041	3.522	7.266	4.971	12.237
5 Indivíduos	8.719	6.033	14.752	1.884	2.168	4.052	6.835	3.865	10.700
6 e mais Indivíduos	20.883	13.771	34.654	9.263	6.801	16.064	11.620	6.970	18.590
<b>CABO VERDE</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
1 Indivíduo	10	7	9	2	1	1	13	10	11
2 Indivíduos	7	13	10	3	4	4	9	17	12
3 Indivíduos	11	16	13	3	10	7	14	19	16
4 Indivíduos	16	17	17	11	16	13	18	17	18
5 Indivíduos	16	15	16	14	17	15	17	13	16
6 e mais Indivíduos	39	33	36	67	53	60	29	24	27

A correlação positiva entre a dimensão do agregado familiar e a pobreza é visível em todas ilhas, sendo a grande maioria dos agregados pobres, em qualquer das ilhas, de dimensão elevada (com mais de 6 indivíduos).



### Tipologia dos agregados familiares

Agregado familiar não significa família, mas regra geral, os agregados familiares não deixam de ser reagrupamentos de pessoas provenientes da mesma família ou ligadas pelo casamento e a descendência formando a célula geradora da família. Pode-se distinguir os agregados familiares segundo critérios ligados à co-residência do conjuge e à presença ou não dos seus filhos e outros membros com outros laços de parentesco em relação ao chefe.

Assim, um agregado pode ser constituído de uma só pessoa, por um casal, um casal mais os filhos, casal mais os pais de um dos cônjuges, etc. Foi a partir desta diversidade de composição que se definiu a tipologia dos agregados familiares cabo-verdianos, estruturando-a em torno de três grandes categorias: *agregados unipessoais*, agregados de uma só pessoa, *agregados conjugais*, que inclui todos os agregados constituídos por um casal (o chefe e o respectivo cônjuge) isolados ou incluindo outras pessoas com relação ou não de parentesco e *agregados não conjugais*, agregados cujo cônjuge do chefe não pertence ao agregado, mais pessoas com laços ou não de parentesco.

Tanto a categoria de agregados conjugais como a de agregados não conjugais compreendem vários tipos. No entanto para facilitar a análise consideraremos somente alguns dos tipos, agregando os restantes, dentro de cada categoria, denominando-os de *Outros Não Conjugais* e *Outros Conjugais*.

A análise do quadro seguinte evidencia o facto da maioria dos agregados familiares cabo-verdianos serem do tipo conjugal (51%), isto é, são agregados constituídos pelo chefe, pelo respectivo cônjuge e os filhos e/ou os enteados (28%), na sua maior parte, ou são agregados com a mesma composição da anterior mas com outros elementos com relação ou não de parentesco (21%). Somente 3% dos agregados são constituídos somente por casais isolados.

Essa distribuição não é de todo diferente quando se analisa a população pobre. Igualmente a maior parte dos agregados pobres são do tipo conjugais, sendo 27% agregados conjugais nucleares, 25% outros tipos de agregados conjugais e 1% casais isolados.

Pode-se aferir que a tipologia do agregado familiar é fortemente determinada pelo sexo do chefe, independentemente do seu estatuto na pobreza. Pois, enquanto que as mulheres, na sua grande maioria (86%), chefiam agregados do tipo não conjugais, os homens chefiam agregados do tipo conjugais (90%).

Daí que pode-se deduzir o porquê da maior incidência da pobreza nos agregados chefiado pelas mulheres, vistos estas na sua maioria serem responsáveis por agregados, na sua maior parte numerosos, e constituídos por um numero considerável de crianças. Elas na maioria, chefiam agregados cuja composição é diversificada, incluindo filhos e/ou enteados, e outras pessoas que podem ou não ter relações de parentesco. Igualmente, uma grande proporção destas vivem somente com os filhos e/ou enteados (38%).

No caso dos homens constata-se que a maior parte dos agregados que chefiam, são conjugais, e, sendo 46% agregados nucleares, que incluem ainda o cônjuge e os filhos e/ou enteados, 43% agregados conjugais mas com a presença de outras pessoas como ou sem relação de parentesco e 2% são casais isolados.

*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde  
IDRF 2001/2002*

TIPOLOGIA DOS AF	TOTAL AGREGADOS			ESTATUTO FACE A POBREZA					
				POBRES			NÃO POBRES		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
<b>CABO VERDE</b>	<b>53.528</b>	<b>41.729</b>	<b>95.257</b>	<b>13.769</b>	<b>12.924</b>	<b>26.693</b>	<b>39.759</b>	<b>28.805</b>	<b>68.564</b>
Unipessoais	5.270	3.007	8.277	217	137	354	5.053	2.870	7.923
Casais Isolados	2.426	295	2.721	205	0	205	2.221	295	2.516
Agregados conjugais nucleares	23.325	3.064	26.389	6.261	1.017	7.278	17.064	2.047	19.111
Outros Agregados Conjugais	17.217	2.265	19.482	5.967	683	6.650	11.250	1.582	12.832
Monoparental nuclear	2.045	15.040	17.085	467	4.861	5.328	1.578	10.179	11.757
Outros Agregados não conjugais	3.245	18.058	21.303	652	6.226	6.878	2.593	11.832	14.425
<b>CABO VERDE</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Unipessoais	10	7	9	2	1	1	13	10	12
Casais Isolados	5	1	3	2	0	1	6	1	4
Agregados conjugais nucleares	44	7	28	46	8	27	43	7	28
Outros Agregados Conjugais	32	5	21	43	5	25	28	6	19
Monoparental nuclear	4	36	18	3	38	20	4	35	17
Outros Agregados não conjugais	6	43	22	5	48	26	7	41	21

## **II - CARACTERÍSTICAS ECONÓMICAS**

### **1. Condição na actividade habitual da população**

Segundo os dados do IDRF, a população activa habitual nos 12 meses anteriores ao inquérito era de aproximadamente 166 mil indivíduos, sendo 89 mil do sexo masculino (54%) e 77 mil do sexo feminino (46%). Dos activos, cerca de 130 mil encontravam-se empregados e 36 mil desempregados. Existem mais homens empregados (72 mil) do que mulheres empregadas (58 mil) e mais mulheres desempregadas (19 mil) do que homens desempregados (17 mil).

Estas proporções não revelam diferenças significativas entre os sexos. No entanto existem diferenças substanciais na proporção da mulheres inactivas (48%) quando comparadas com os homens inactivos (30%).

**População com 15 anos e mais segundo o Estatuto da Pobreza e Sexo por Condição na Actividade Habitual**

Situação na Actividade	Pobre			Não Pobre			Total		
	Sexo			Sexo			Sexo		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Empregado	20.213	16.578	36.791	51.606	41.810	93.416	71.819	58.388	130.207
Desempregado	8.437	9.432	17.869	8.886	9.419	18.305	17.323	18.851	36.174
Inactivo	11.839	21.938	33.777	25.783	48.340	74.123	37.622	70.278	107.900
<b>Total</b>	<b>40.489</b>	<b>47.948</b>	<b>88.437</b>	<b>86.275</b>	<b>99.569</b>	<b>185.844</b>	<b>126.764</b>	<b>147.517</b>	<b>274.281</b>

Aproximadamente 1/3 da população activa é pobre. Entre a população desempregada a proporção de pobres e de não pobres é praticamente idêntica, ou seja 49% são pobres e 51% não são pobres. Em ambos os casos as diferenças entre os sexos são residuais.

O desemprego afecta de forma bastante mais acentuada os pobres do que os não pobres. Na verdade, enquanto que 20% dos pobres estão no desemprego, entre os não pobres essa proporção é de 10%. Neste particular, a diferença entre os sexos não é significativa, sendo de apenas 1 ponto percentual em ambos os casos.

A taxa de desemprego é naturalmente superior para os pobres. Enquanto que para o conjunto da população, segundo o IDRF, a taxa de desemprego habitual<sup>1</sup> era de 22%, para os pobres essa taxa era de 33%, o dobro da verificada para os não pobres (16%).

---

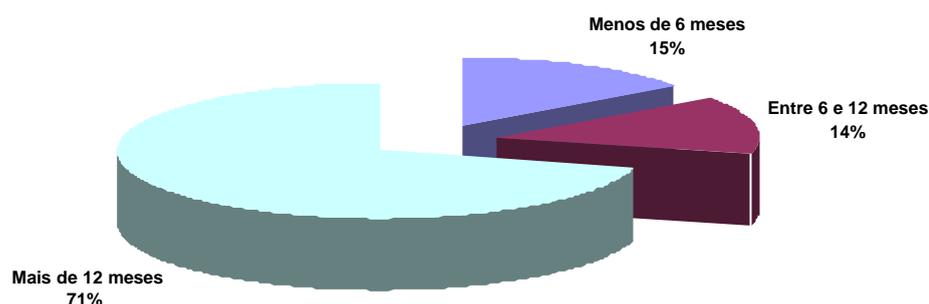
<sup>1</sup> A taxa de desemprego habitual é calculada a partir da população activa habitual, isto é, a população activa nos últimos 12 meses anteriores ao momento da entrevista. Por contraponto à actividade habitual tem-se a actividade actual (ou corrente), referente aos últimos 7 dias antes do momento da entrevista. Para mais detalhes, ver notas metodológicas.

Situação na Actividade Habitual	Pobre			Não Pobre			Total		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
População Activa	28.650	26.010	54.660	60.492	51.229	111.721	89.142	77.239	166.381
% Ocupados	50	35	42	60	42	50	57	40	47
% Desempregados	21	20	20	10	9	10	14	13	13
% Inactivos	29	46	38	30	49	40	30	48	39
Tx. Desemprego Habitual (Lato)	29	36	33	15	18	16	19	24	22
% de Pobres/Não Pobres na Pop. Activa	32	34	33	68	66	67	100	100	100
% de Pobres/Não Pobres na Pop. Ocupada	28	28	28	72	72	72	100	100	100
% de Pobres/Não Pobres na Pop. Desempregada	49	50	49	51	50	51	100	100	100
% de Pobres na Pop. Inactiva	31	31	31	69	69	69	100	100	100

Embora a taxa seja superior nas mulheres, a diferença em relação aos homens não é excessiva, sendo na população pobre de 7 pontos percentuais e na população não pobre de 3 pontos. Na verdade, as mulheres desempregadas têm mais probabilidades de serem pobres do que os homens desempregados.

Acresce ainda o facto das mulheres serem aquelas mais afectadas pelo desemprego de longa duração (mais de 12 meses), que afecta cerca de 71% dos pobres habitualmente desempregados. As mulheres representam 58% dos desempregados de longa duração contra 42% dos homens.

**Distribuição Percentual da População Pobre Habitualmente Desempregada segundo a Duração no Desemprego**

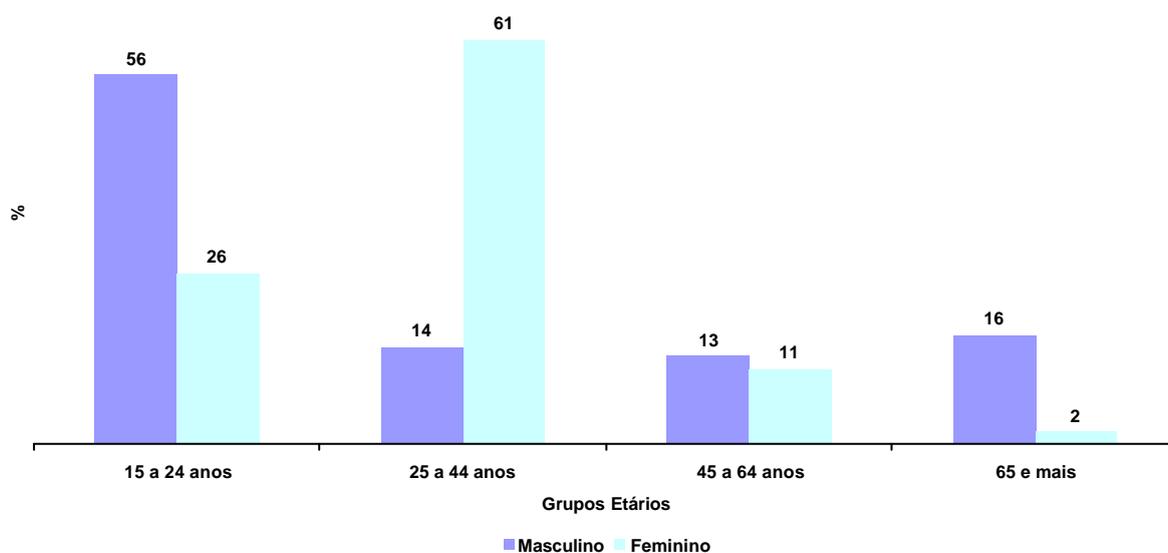


A ausência de rendimentos alternativos ou de prestações sociais significativas tornam a situação de desemprego uma situação fortemente instável em termos de rendimento entre os pobres, tanto mais que devidos aos fracos níveis salariais o consumo da poupança arrecadada é improvável.

As mulheres são igualmente as mais desencorajadas<sup>2</sup> na procura de emprego. Entre os pobres habitualmente desempregados, as mulheres desencorajadas representam cerca de 58% contra 47% dos homens (53% para o total nacional).

56% dos homens desencorajados (26% das mulheres) têm entre 15 e 24 anos e 61% das mulheres desencorajadas têm entre 25 e 44 anos (14% dos homens), o que revela uma estrutura susceptível de levantar várias preocupações na medida em que essa proporção de mulheres desencorajadas concentra-se nas idades de maior potencial activo, o que as exclui do mercado de trabalho e de serem produtivas e, conseqüentemente melhorarem os rendimentos da família. Nos homens essa proporção significativa na faixa etária mais baixa justifica-se pelo facto de ser coincidente com o início da idade activa e, eventualmente, com a necessidade de se concluir uma escolarização mais elevada.

Distribuição Percentual da População Pobre Habitualmente Desempregada e Desencorajada

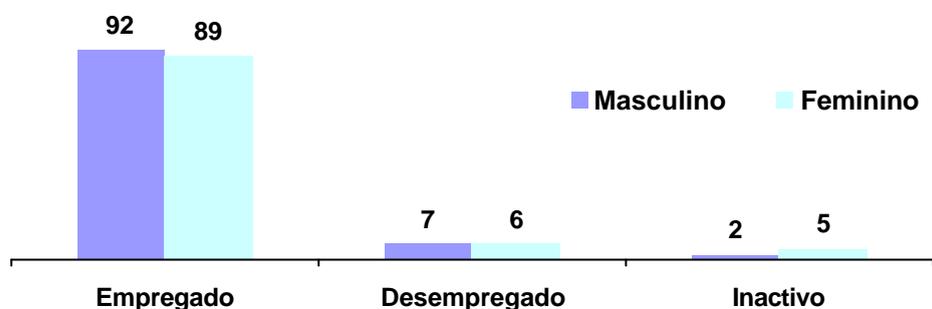


Dos cerca de 130 mil empregados, 37 mil eram pobres e 93 mil não pobres. Os pobres eram 28% dos empregados, a proporção nos sexos é idêntica. Estes pobres que habitualmente estiveram empregados nos 12 meses anteriores ao inquérito estiveram na sua esmagadora maioria empregados na semana do inquérito. Isto é cerca de 91% (92% para os homens e 89% para as mulheres) dos pobres habitualmente ocupados estavam a trabalhar na semana anterior ao inquérito e trabalharam mais de 26 semanas durante o ano anterior.

---

<sup>2</sup> Por desencorajados entende-se os desempregados de longa duração (mais de 12 meses) que não efectuaram nenhuma diligência activa para procurarem um emprego.

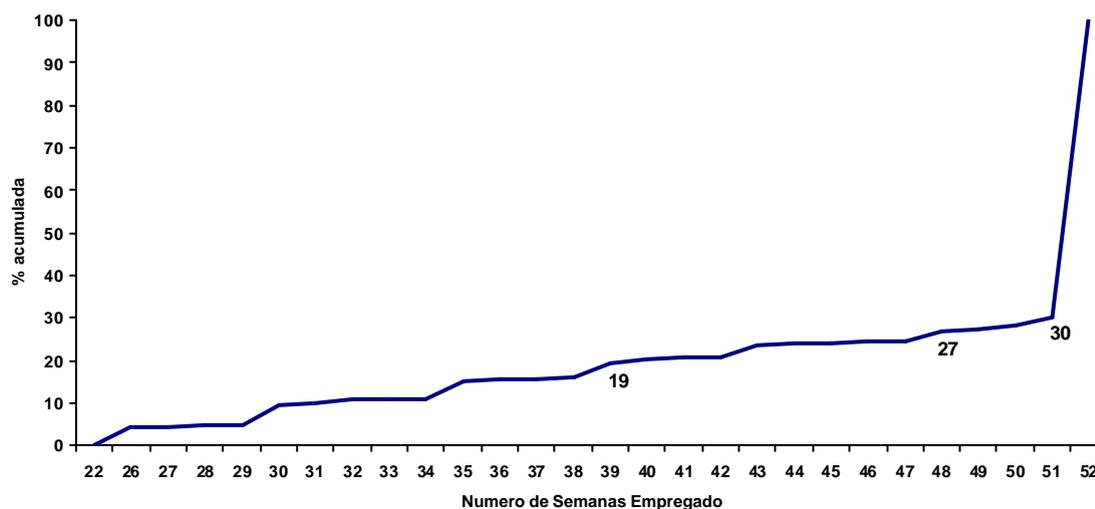
Distribuição Percentual da População Habitualmente  
Empregada Pobre segundo a Condição na Actividade Corrente  
(actual) por Sexo



Destes pobres habitualmente ocupados, 6% estavam desempregados e 3% estavam inactivos na semana anterior ao inquérito (actividade actual).

A grande maioria (70%) da população pobre que esteve empregada a maior parte do ano trabalhou as 52 semanas do ano. Cerca de 20% esteve ocupada menos de 40 semanas, ou seja estiveram 1/3 do ano (o equivalente a cerca de 3 meses, seguidos ou não) em situação de desemprego ou de inactividade. Estes valores são muito semelhantes independentemente do sexo. Seguem ainda o mesmo padrão quer se trate de trabalhadores não qualificados quer se trate de trabalhadores do sector agrícola.

Distribuição Percentual Acumulada da População Pobre Habitualmente Ocupada segundo o Numero de  
Semanas em que Esteve Empregada nos 12 meses Anteriores ao Inquérito



Embora a maior parte dos pobres tenha estado empregado nos últimos 12 meses, estes representam apenas 42% do conjunto da população pobre. Ou seja, 58% dos pobres estavam em situação de

desemprego ou de inactividade. Assim, embora não se possa falar numa situação de extrema precariedade do emprego (92% dos homens e 89% das mulheres habitualmente empregadas estavam de facto empregadas no momento da entrevista), pode-se afirmar que a precariedade é sobretudo salarial.

Pode-se constatar que cerca de 81% dos indivíduos habitualmente empregados em geral e 76% dos habitualmente empregados pobres trabalhavam a tempo completo, pelo que os baixos salários são de facto generalizados e não apenas pontuais em determinados sectores.

Com os níveis salariais existentes dificilmente se poderá reduzir a pobreza de forma drástica. Aparte do aumento do nível médio dos salários, a política de redução da pobreza deverá passar necessariamente pela promoção do emprego (20% dos pobres é desempregado).

De notar que o desemprego afecta particularmente as mulheres, tal como podemos constatar no quadro que se segue, em que 77% das mulheres pobres que estavam no desemprego na semana da entrevista eram habitualmente desempregadas, mais 6 pontos percentuais que os homens pobres.

Homens Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	18.550	1.324	339	20.213
	Desempregado	3.207	4.784	446	8.437
	Inactivo	366	642	10.831	11.839
	Total	22.123	6.750	11.616	40.489

Mulheres Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	14.756	1.066	756	16.578
	Desempregado	2.946	5.627	859	9.432
	Inactivo	716	573	20.649	21.938
	Total	18.418	7.266	22.264	47.948

Homens Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	92	7	2	100
	Desempregado	38	57	5	100
	Inactivo	3	5	91	100
	Total	55	17	29	100

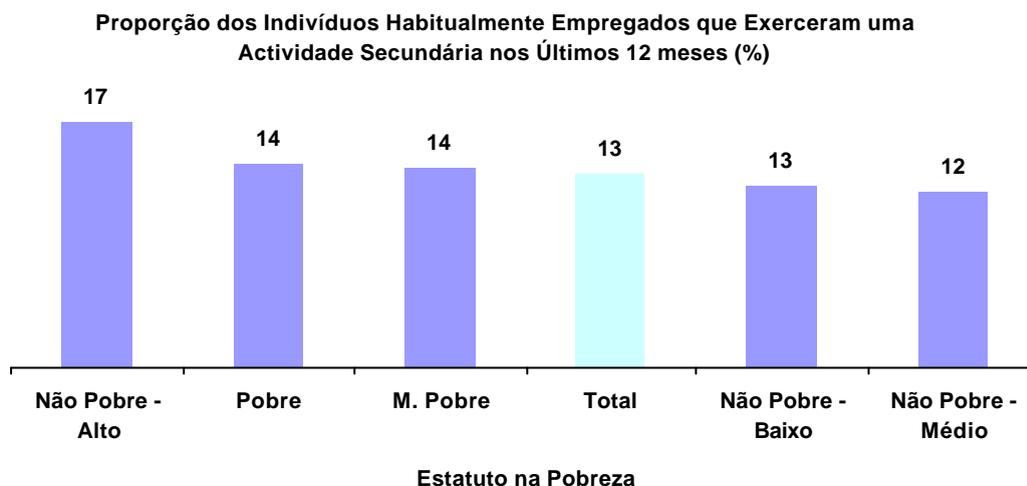
Mulheres Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	89	6	5	100
	Desempregado	31	60	9	100
	Inactivo	3	3	94	100
	Total	38	15	46	100

Homens Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	84	20	3	50
	Desempregado	14	71	4	21
	Inactivo	2	10	93	29
	Total	100	100	100	100

Mulheres Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	80	15	3	35
	Desempregado	16	77	4	20
	Inactivo	4	8	93	46
	Total	100	100	100	100

Mesmo o exercício de uma actividade secundária não garante rendimento suficiente para que os pobres deixem de o ser. Na verdade, com excepção dos escalões mais altos de rendimento, o exercício de uma segunda profissão nos últimos 12 meses está repartido de forma muito homogénea entre os diferentes grupos (entre 12% e 14%). Apenas no escalão mais alto dos não pobres é que essa proporção é um pouco superior (17%).



O exercício de uma actividade secundária não é suficiente porque normalmente quando acontece em número significativo, ela é exercida habitualmente dentro da mesma profissão. 59% dos indivíduos que exerceu uma actividade secundária eram trabalhadores não qualificados, certamente para encontrarem fontes alternativas de rendimento para suprir os habituais baixos rendimentos que auferem. No entanto, destes, 3 em cada 4 exerceu esta actividade dentro da sua própria categoria profissional habitual, isto é, executando trabalhos que não exigem nenhuma qualificação específica.

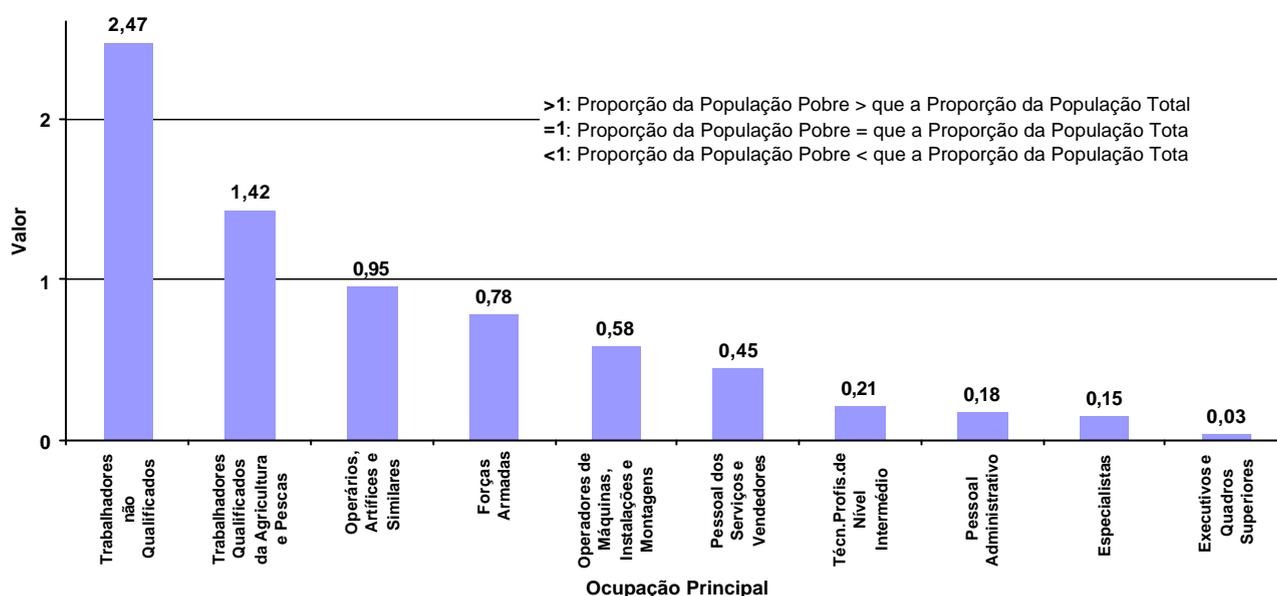
Têm ainda peso importante os profissionais qualificados da agricultura e pescas e os operários, artífices e similares. 17% e 15%, respectivamente, exerceram uma actividade secundária nos últimos meses. No entanto, enquanto que 58% dos primeiros exerceram a mesma ocupação que habitualmente, entre os segundos esta proporção é de apenas 7%. No entanto, os operários e artífices exerceram preferencialmente a segunda actividade na agricultura. Ou seja, aparentemente torna-se difícil romper o círculo dos baixos salários porque as actividades secundárias são exercidas nas mesmas actividades que habitualmente.

As actividades que os indivíduos habitualmente exercem determinam de forma substancial a sua propensão para serem pobres. Se considerarmos a relação logística<sup>3</sup> para medir essa proporção podemos constatar que é entre os trabalhadores não qualificados e os qualificados da agricultura e pescas que existe maior propensão para se ser pobre.

---

<sup>3</sup> O cálculo das relações de peso entre a população pobre habitualmente empregada e a população total habitualmente empregada por ocupação principal foi baseado na utilização da relação logística, isto é, na seguinte fórmula:  $[(p*(100-q)) / (q*(100-p))]$ , em que **p** é a o peso da população pobre e **q** é o peso da população total, em cada profissão.

**Relação entre a População Pobre Habitualmente Empregada e a População Total Habitualmente Empregada por Ocupação Principal**

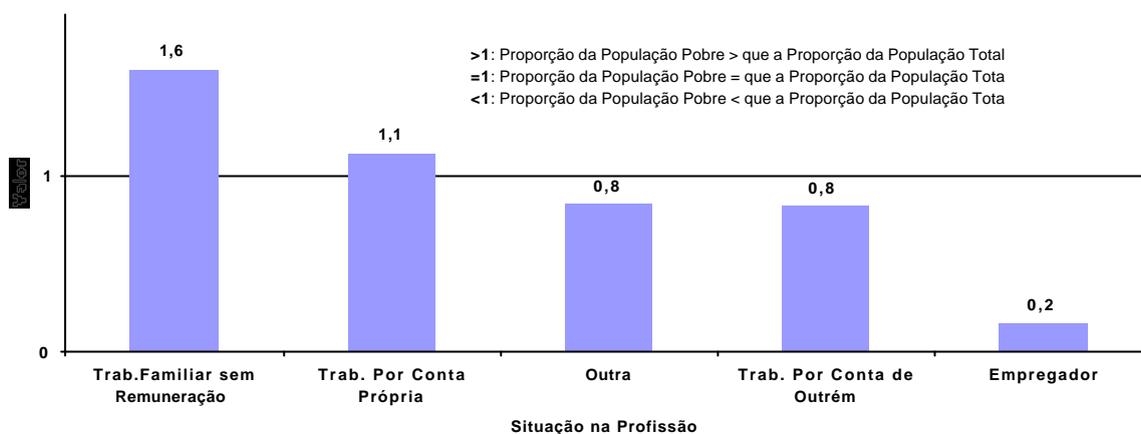


Em todas as restantes profissões existem proporcionalmente menos pobres do que no conjunto dos empregados.

Naturalmente, é entre os executivos e quadros superiores e os especialistas é que existe menor propensão de se ser pobre. Confirma-se assim que quanto mais qualificada for a ocupação maior é o nível de rendimento e menor a propensão de ser pobre, o que é coerente com a mesma relação existente com o nível de instrução.

Considerando a mesma relação para a situação na profissão pode-se constatar que a propensão para se ser pobre é superior para os trabalhadores familiares sem remuneração, o que confirma que a ausência de rendimento é determinante para se ser pobre. Igualmente, embora o valor seja muito próximo do equilíbrio, existem proporcionalmente mais pobres entre os trabalhadores por conta própria do que na população total, o que pode ser explicado pelo facto de muitos trabalhadores por conta própria exercerem em número significativo actividades bastante precárias.

**Relação entre a População Pobre Habitualmente Empregada e a População Total Habitualmente Empregada por Situação na Profissão**



Pode-se constatar que os trabalhadores familiares sem remuneração pobres trabalham praticamente todos na agricultura e pescas, o que explica que sejam aqueles que têm maior propensão a serem pobres. Igualmente relevante é o facto de, embora os empregadores sejam os indivíduos com menor propensão de serem pobres, entre a população pobre, os empregadores situam-se em 84% no sector agrícola e pescas, o que por si só é suficiente para se considerar que o facto de se trabalhar nesse sector é fortemente determinante de se ser pobre.

Importante ainda é o facto de 25% dos trabalhadores pobres por conta de outrem trabalharem para a administração pública. Esse facto é resultado de 2/3 desses trabalhadores exercerem actividades relacionadas com as frentes de trabalho público.

Praticamente igual proporção (25%) dos indivíduos pobres que habitualmente trabalham por conta própria trabalham para o sector do comércio, ou seja, são pequenos proprietários de lojas e mercearias, cujo rendimento gerado é precário e irregular, não os garantindo o suficiente para deixarem de ser pobres.

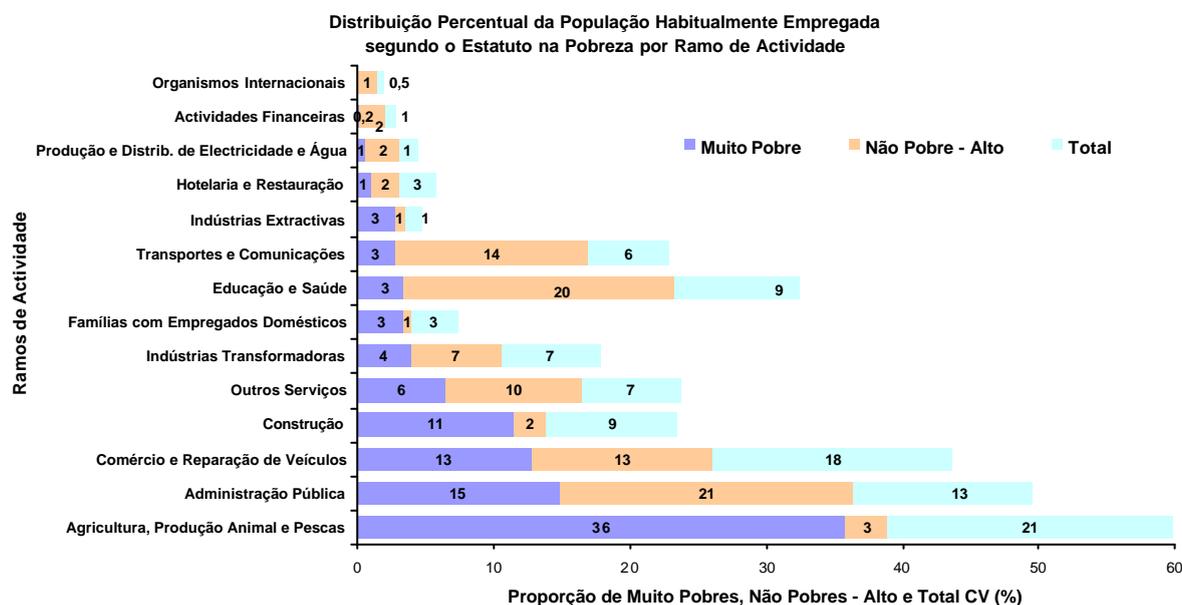
**Dist. Percentual da População Pobre Habitualmente Empregada segundo a Sit. na Profissão por Ramo de Actividade**

Ramo de Actividade	Pobres Habitualmente Empregados	Situação na Profissão					Total
		Por Conta de Outrém	Por Conta Própria	Empregador	Tr. Familiar sem Remuneração	Outra	
	Agricultura, Prod. Animal e Pescas	14	41	84	93	0	32
	Construção	16	11	0	1	4	12
	Comércio e Reparação de Veículos	9	24	0	3	11	13
	Administração Pública	25	2	0	0	0	14
	Outras Profissões	36	23	16	4	85	29
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Globalmente, à medida que aumenta o escalão de rendimento tende a aumentar a proporção dos indivíduos que trabalham por conta de outrem (49% dos muito pobres e 81% dos não pobres-alto), tende a diminuir a proporção daqueles que trabalham por conta própria (37% e 1%, respectivamente) e que são trabalhadores familiares sem remuneração (12% e 1%, respectivamente).

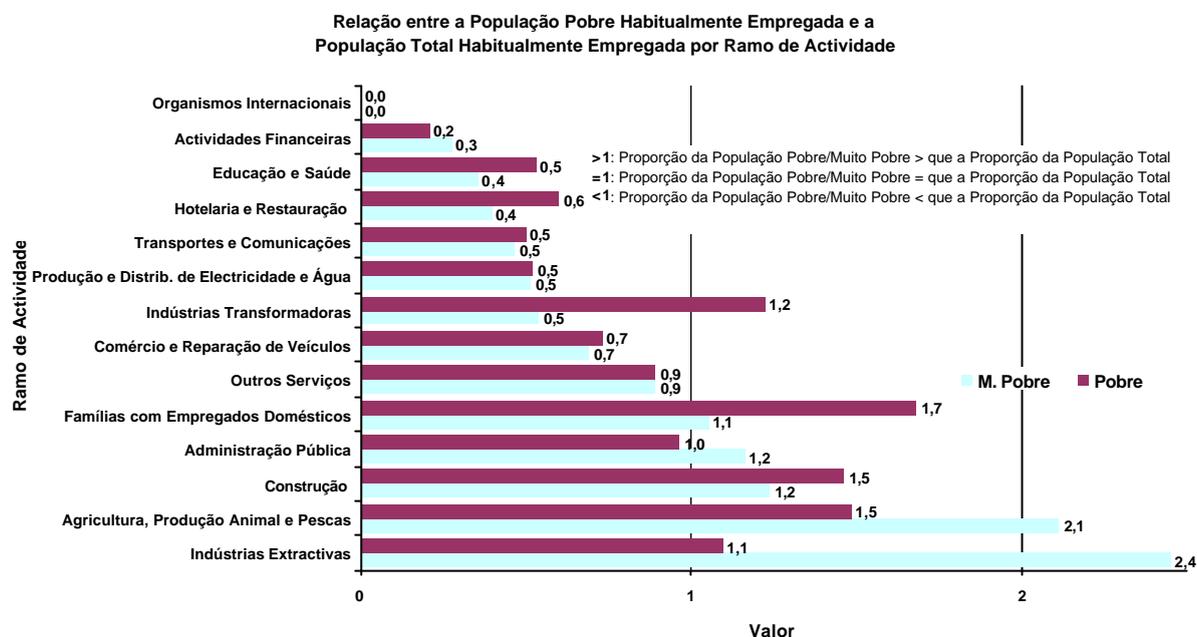
A agricultura é de longe o sector que mais contribui para o número de pobres entre a população habitualmente empregada. Cerca de 1/3 dos pobres trabalham nesse sector, seguido da administração pública, comércio e construção. No entanto, facto importante é que a administração pública é um sector de contrastes, sendo o terceiro sector com menos pobres e o primeiro em termos dos indivíduos com mais alto rendimento.

Cerca de 21% dos indivíduos com rendimentos mais altos trabalham para a administração pública, sendo este sector o único dos sectores importantes aquele que tem uma proporção de indivíduos de mais alto rendimento maior que a proporção de pobres.

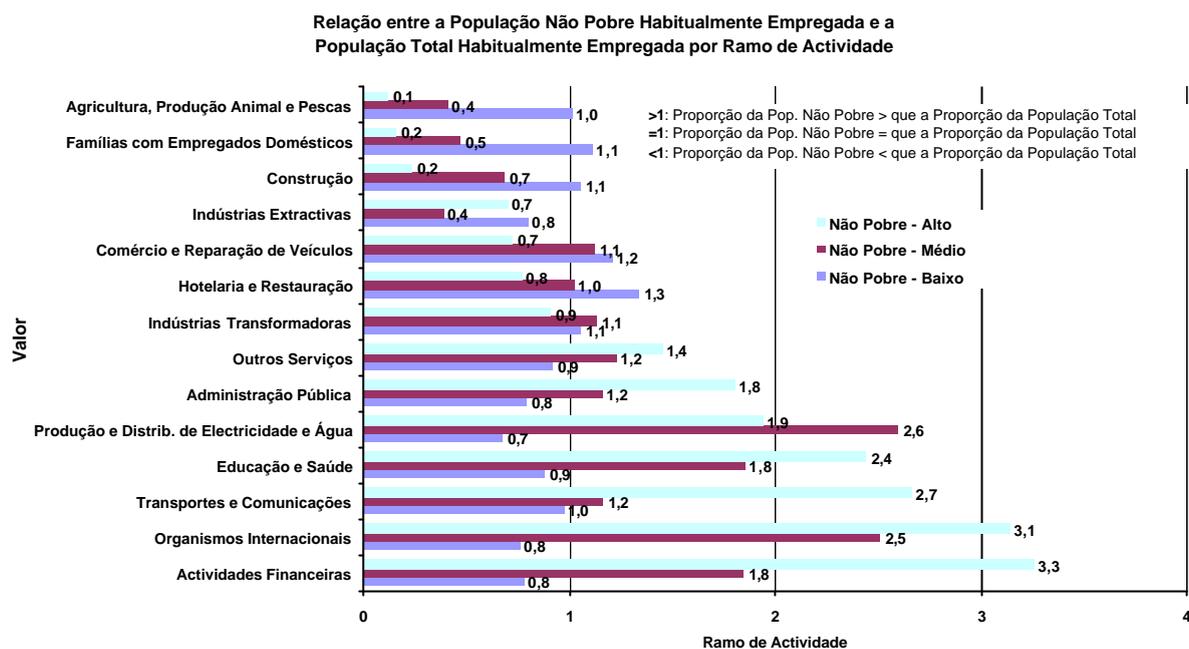


Contribuem ainda de forma significativa para a proporção de indivíduos com mais alto rendimento os sectores da educação e saúde, comércio e transportes e comunicações. No entanto, se tivermos em conta a relação logística, isto é, a relação entre a proporção de pobres/muito pobres habitualmente empregados e a proporção da população total habitualmente empregada, constatamos que os ramos de

actividade que contribuem relativamente mais para a pobreza são, por ordem de importância a indústria extractiva, agricultura e pescas, construção, administração pública e as famílias.



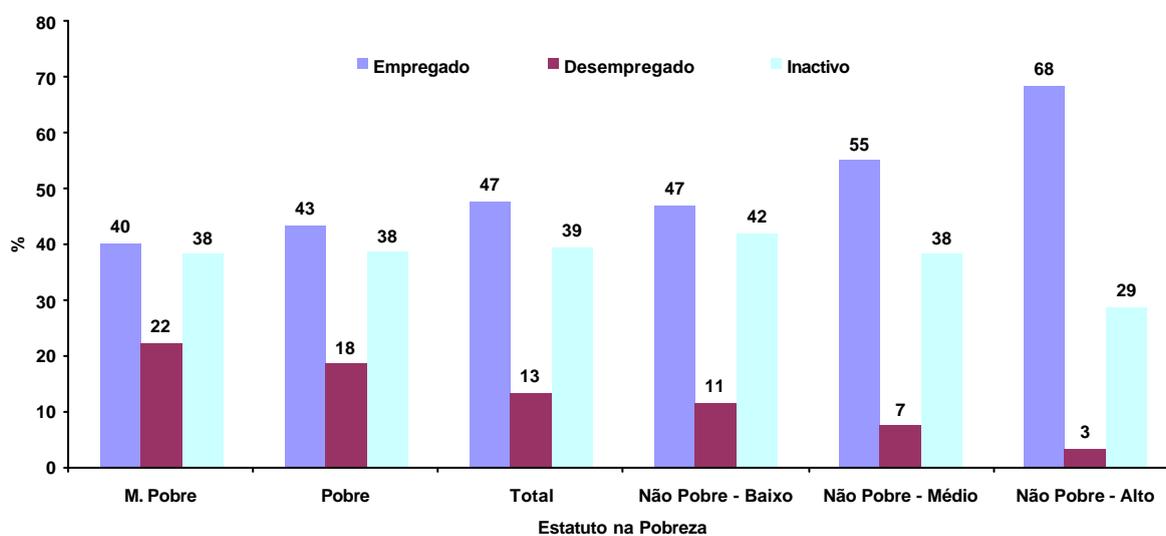
Em todos os restantes sectores, a proporção de pobres e muito pobres é inferior à proporção da população total, ou seja, são estes sectores que contribuem relativamente menos para a pobreza. Neste capítulo é de destacar os organismos internacionais e as actividades financeiras como os sectores melhor colocados.



Inversamente, é na agricultura e pescas, nas famílias com empregados domésticos e na construção que encontramos a menor proporção de indivíduos com rendimentos altos. É nas actividades financeiras que se encontra a maior proporção relativa de indivíduos com rendimentos altos.

Globalmente se poderá afirmar que à medida que aumento o escalão de rendimento, aumenta a proporção dos empregados e diminui a proporção dos desempregados, mantendo-se os inactivos a níveis muito semelhantes para todos os escalões, com excepção do escalão mais alto que é mais baixo.

**Distribuição Percentual da Situação na Actividade Habitual segundo o Estatuto na Pobreza**



## 2. Condição na Actividade Habitual dos Chefes de Agregado

De acordo com os resultados do IDRF, o número de chefes de agregado era de aproximadamente 95 mil, dos quais cerca de 72 mil faziam parte da população activa. Destes, 45 mil (57%) eram do sexo masculino e 27 mil (43%) do sexo feminino.

**Chefes de Agregado com 15 anos e mais segundo o Estatuto da Pobreza e Sexo por Condição na Actividade Habitual**

Sit. na Act. Habitual	Pobre			Não Pobre			Total		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Empregado	9.313	7.028	16.341	31.416	16.156	47.572	40.729	23.184	63.913
Desempregado	1.754	1.731	3.485	2.101	2.121	4.222	3.855	3.852	7.707
Inactivo	2.702	4.165	6.867	6.242	10.528	16.770	8.944	14.693	23.637
<b>Total</b>	<b>13.769</b>	<b>12.924</b>	<b>26.693</b>	<b>39.759</b>	<b>28.805</b>	<b>68.564</b>	<b>53.528</b>	<b>41.729</b>	<b>95.257</b>

Dos chefes de agregado activos, cerca de 64 mil encontravam-se habitualmente empregados e 8 mil estavam habitualmente desempregados. Existe uma proporção significativa de chefes de agregado habitualmente inactivos (25%). Esta elevada percentagem entre os chefes deve-se ao facto de mais de metade (56%) ter idade igual ou superior a 65 anos e mais 30% ter entre 45 e 64 anos.

Existem mais homens habitualmente empregados do que mulheres na mesma situação. O contrário se passa com os inactivos e entre os desempregados a diferença é marginal.

Sit. na Act. Habitual	Pobre			Não Pobre			Total		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
População Activa	11.067	8.759	19.826	33.517	18.277	51.794	44.584	27.036	71.620
% Ocupados	68	54	61	79	56	69	76	56	67
% Desempregados	13	13	13	5	7	6	7	9	8
% Inactivos	20	32	26	16	37	24	17	35	25
Taxa de Desemprego Habitual	16	20	18	6	12	8	9	14	11
% de Pobres/Não Pobres na Pop. Activa	25	32	28	75	68	72	100	100	100
% de Pobres/Não Pobres na Pop. Ocupada	23	30	26	77	70	74	100	100	100
% de Pobres/Não Pobres na Pop. Desempregada	45	45	45	55	55	55	100	100	100
% de Pobres na Pop. Inactiva	30	28	29	70	72	71	100	100	100

Pouco mais que ¼ dos chefes de agregado habitualmente activos são pobres, valor esse que é em 5 pontos percentuais mais baixo que para o conjunto dos indivíduos, o que reflecte o facto do estatuto de

chefe estar associado frequentemente a ser titular de um emprego. Ao contrário do que acontece com o conjunto dos indivíduos, a diferença entre os sexos é importante, havendo 32% de mulheres habitualmente activas contra 25% dos homens.

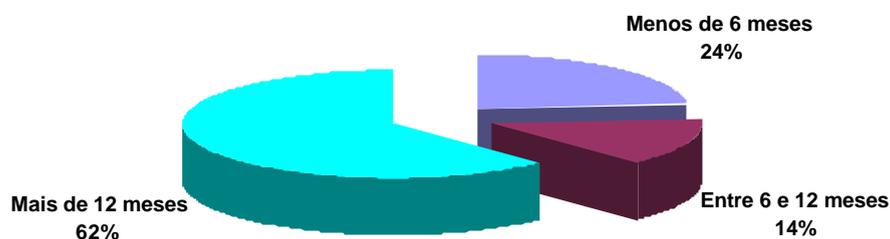
A mesma diferença percentual existe entre os ocupados, sendo as relações muito semelhantes às da população activa. Existe ainda uma proporção menor de chefes de agregado habitualmente desempregados (45%) quando comparados com o conjunto dos indivíduos (49%).

Curiosamente, entre os chefes, a diferença manifesta-se entre os desempregados não pobres, em que a taxa de desemprego habitual é duas vezes superior nas mulheres quando comparada com os homens.

A taxa de desemprego habitual dos chefes de agregado, é metade da taxa verificada para o conjunto dos indivíduos, sendo de 11% (9% para os homens e 14% para as mulheres), quer se trate da população pobre ou da população não pobre.

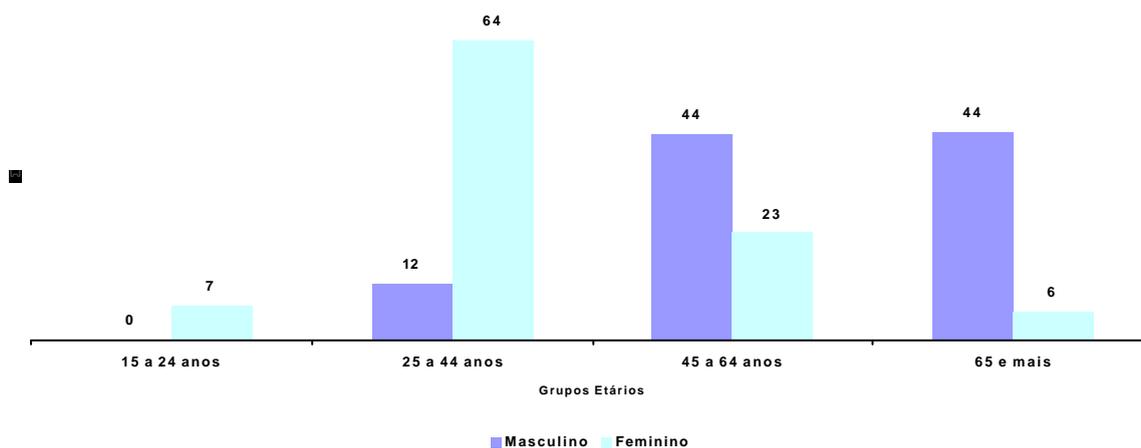
Como seria de esperar, os chefes de agregado são menos afectados pelo desemprego de longa duração quando comparados com a restante população. Enquanto que 71% dos indivíduos são habitualmente desempregados de longa duração, entre os chefes essa percentagem é 9 pontos percentuais inferior (62%). No entanto, as mulheres que são chefes de agregado representam 66% dos desempregados de longa duração, contra 58% das mulheres na sua totalidade.

**Distribuição Percentual dos Chefes de Agregados Pobres  
Habitualmente Desempregados segundo a Duração no Desemprego**



As mulheres chefes de agregado desempregadas há mais de 12 meses representam 64% dos desempregados femininos. É curioso constatar que os homens chefe de agregado são tendencialmente mais desencorajados do que as mulheres à medida que aumenta a idade, sendo em proporção superior às mulheres nos escalões etários a partir dos 45 anos. Ou seja, à medida que aumenta a idade os chefes de agregado masculinos tendem a ser mais desencorajados enquanto que as mulheres tendem a ser menos desencorajadas.

**Distribuição Percentual dos Chefes de Agregado Pobres  
Habitualmente Desempregados e Desencorajados**



Na idade potencialmente de maior actividade (25-44 anos), também entre os chefes de agregado, as mulheres são de longe mais desencorajadas do que os homens.

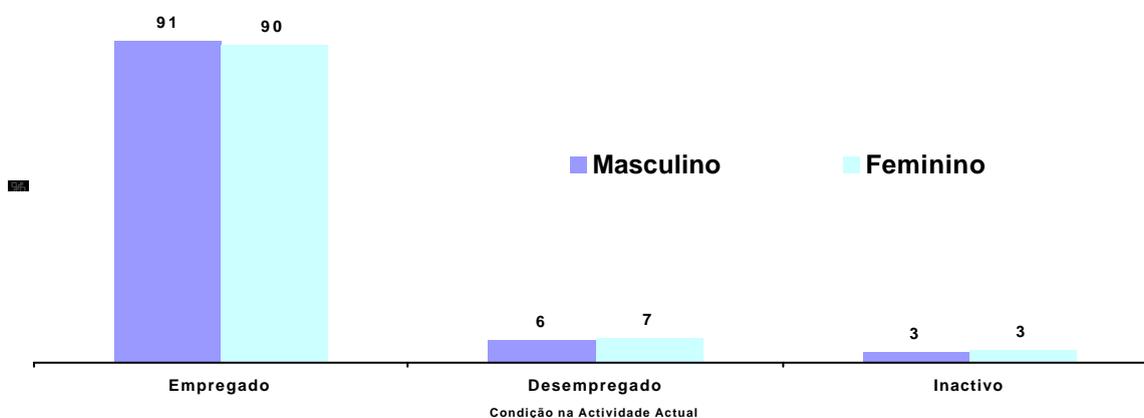
Dos cerca de 64 mil chefes de agregado habitualmente empregados, cerca de 16 mil eram pobres e 48 mil não pobres, isto é, 26% pobres e 74% não pobres o que, embora pouco significativo, é inferior à proporção de pobres entre o conjunto dos indivíduos habitualmente empregados.

**Chefes de Agregado com 15 anos e mais segundo o Estatuto da Pobreza e Sexo por Condição na Actividade Habitual**

Sit. na Act. Habitual	Pobre			Não Pobre			Total		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Empregado	9.313	7.028	16.341	31.416	16.156	47.572	40.729	23.184	63.913
Desempregado	1.754	1.731	3.485	2.101	2.121	4.222	3.855	3.852	7.707
Inactivo	2.702	4.165	6.867	6.242	10.528	16.770	8.944	14.693	23.637
<b>Total</b>	<b>13.769</b>	<b>12.924</b>	<b>26.693</b>	<b>39.759</b>	<b>28.805</b>	<b>68.564</b>	<b>53.528</b>	<b>41.729</b>	<b>95.257</b>

Também entre os chefes a grande maioria (90%) se encontravam a trabalhar na semana anterior ao inquérito, isto é, estavam correntemente empregados. Essa proporção é idêntica à do conjunto dos indivíduos.

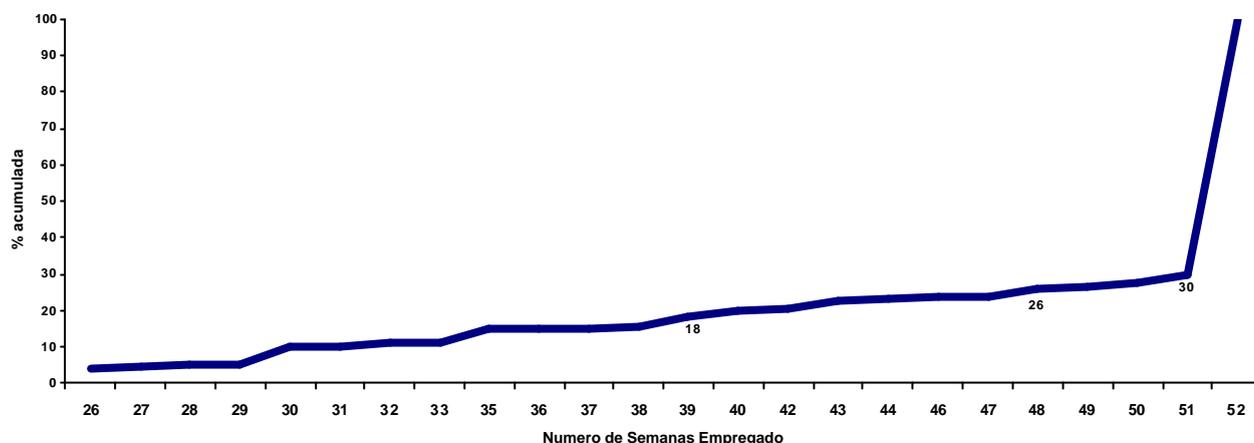
**Distribuição Percentual dos Chefes de Agregado Pobres Habitualmente Empregados segundo a Condição na Actividade Corrente (actual) por Sexo**



Entre os chefes e os indivíduos em geral, não existe diferença em termos do regime de trabalho. Em ambos os casos o padrão é semelhante, ou seja 81% dos indivíduos e 77% dos chefes pobres habitualmente empregados trabalhavam em regime completo, pelo que a pobreza entre estes é quase uma fatalidade dos baixos salários que auferem.

*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde*  
*IDRF 2001/2002*

Distribuição Percentual Acumulada dos Chefes de Agregado Pobres Habitualmente Empregados segundo o Numero de Semanas em que Estiveram Empregados nos 12 meses Anteriores ao Inquérito



Quando comparada a actividade corrente com a actividade habitual, o padrão para os chefes é semelhante ao do conjunto dos indivíduos com excepção para os desempregados em que se constata que 40% (57% para o conjunto dos indivíduos) dos chefes masculinos e 53% dos chefes femininos (60%) habitualmente desempregados estavam efectivamente desempregados na semana anterior ao inquérito, isto é nos últimos 7 dias. Assim, confirma-se que os chefes de agregado são, em norma, menos afectados pelo desemprego que os restantes indivíduos.

Homens Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	8.481	592	240	9.313
	Desempregado	952	704	98	1.754
	Inactivo	83	84	2.535	2.702
	Total	9.516	1.380	2.873	13.769

Mulheres Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	6.316	491	221	7.028
	Desempregado	742	924	65	1.731
	Inactivo	208	62	3.895	4.165
	Total	7.266	1.477	4.181	12.924

Homens Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	91	6	3	100
	Desempregado	54	40	6	100
	Inactivo	3	3	94	100
	Total	69	10	21	100

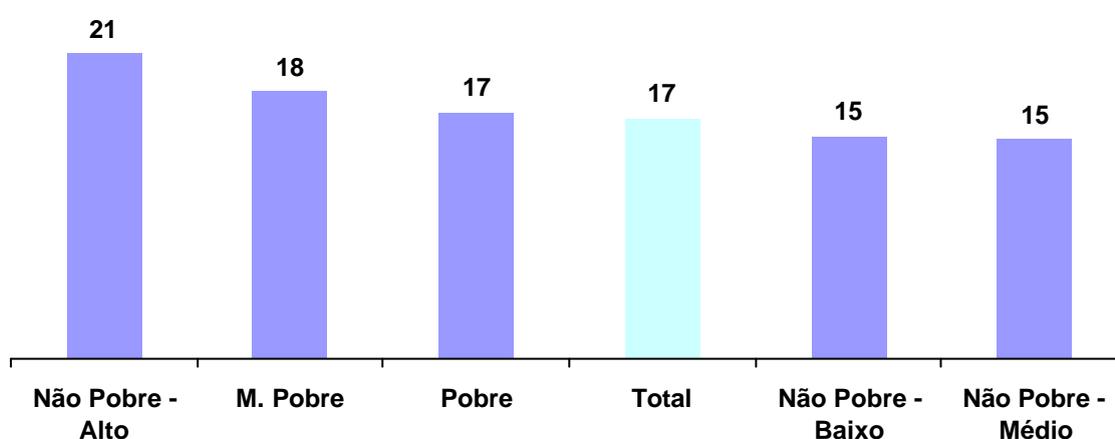
Mulheres Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	90	7	3	100
	Desempregado	43	53	4	100
	Inactivo	5	1	94	100
	Total	56	11	32	100

Homens Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	89	43	8	68
	Desempregado	10	51	3	13
	Inactivo	1	6	88	20
	Total	100	100	100	100

Mulheres Pobres		Condição na Actividade Actual			
		Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Actividade Habitual	Empregado	87	33	5	54
	Desempregado	10	63	2	13
	Inactivo	3	4	93	32
	Total	100	100	100	100

Os chefes de agregado não são somente menos afectados pelo desemprego mas também são afectados numa proporção superior pelo exercício de mais do que uma actividade profissional. Enquanto que 13% dos indivíduos exercem uma profissão secundária, entre os chefes de agregado essa proporção é de 17%, o que se reflecte da proporção entre pobres ser em 8 pontos percentuais inferior à pobreza para o conjunto dos indivíduos.

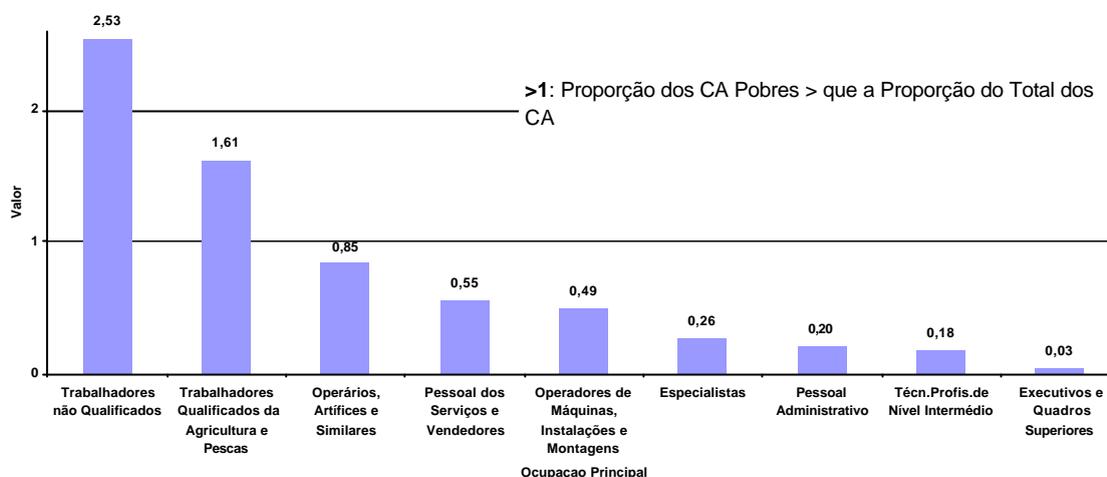
**Proporção dos Chefes de Agregado Habitualmente Empregados que Exerceram uma Actividade Secundária nos Últimos 12 meses (%)**



Eventualmente, os baixos salários associados ao estatuto de chefe do agregado pressionam estes últimos no sentido de proverem mais rendimento para os seus agregados. No entanto, o efeito é marginal já que existem proporções superiores de chefes pobres e muito pobres a exercerem mais do que uma actividade quando comparados com os chefes que não são pobres, isso para os escalões mais baixos.

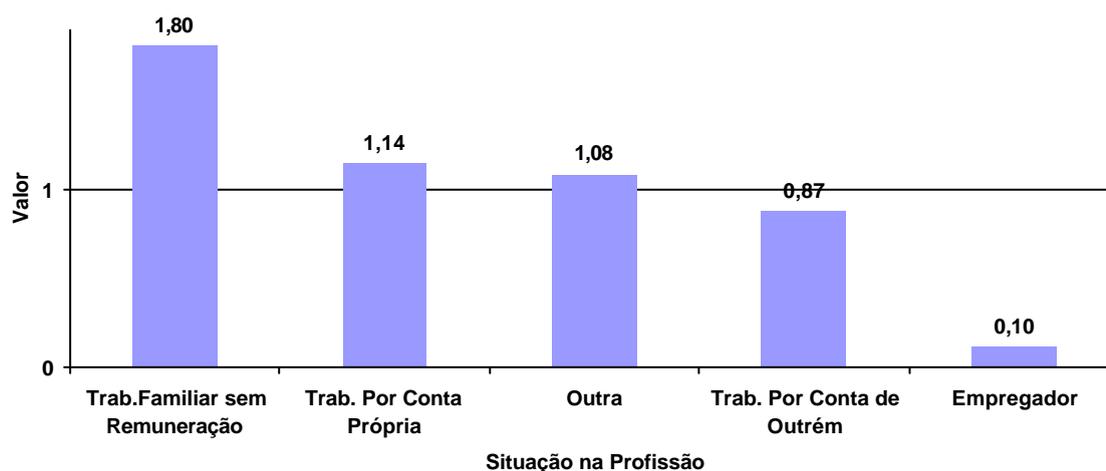
Claramente, a profissão determina o estatuto na pobreza, sendo o padrão para o chefe muito semelhante ao padrão para o conjunto dos indivíduos, isto é, à medida que aumenta a qualificação da ocupação diminui a propensão de ser pobre.

**Relação entre os Chefes de Agregado Pobres Habitualmente Empregados e o Conjunto dos Chefes de Agregado Habitualmente Empregados por Ocupação Principal**



Ser-se profissional não qualificado ou qualificado da agricultura e pescas pode ser decisivo para se ser pobre. Em todas as restantes profissões a proporção de pobres é inferior à proporção da população total, ou seja, aqueles sectores podem ser considerados *contribuintes líquidos* para a pobreza.

**Relação entre os Chefes de Agregado Pobres Habitualmente Empregados e o Conjunto dos Chefes de Agregado Habitualmente Empregados por Situação na Profissão**



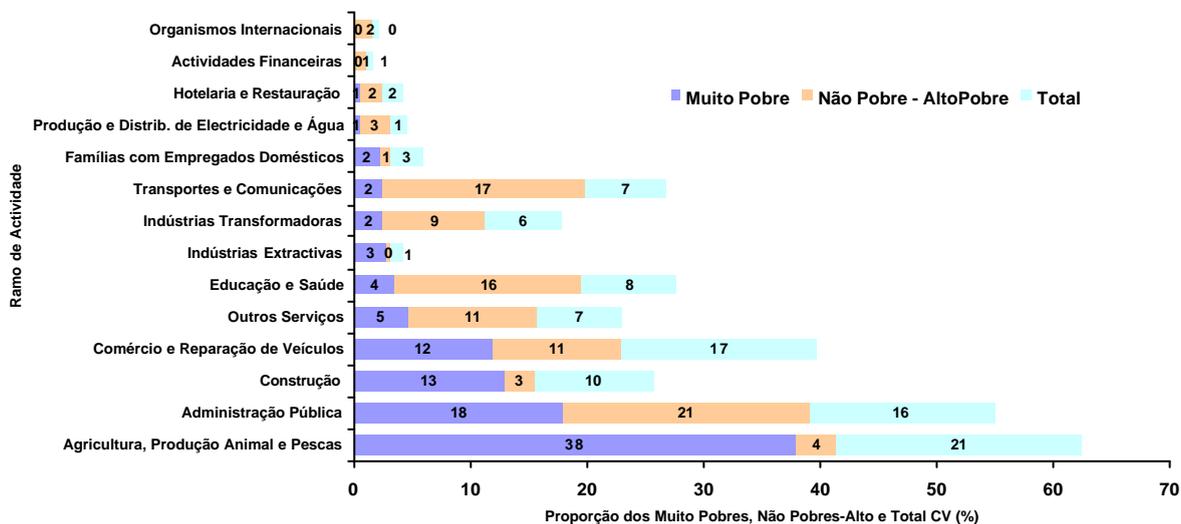
As conclusões a retirar para os chefes de agregado são muito semelhantes às dos indivíduos em geral no que concerne à situação na profissão, visto o padrão ser semelhante, embora mais equilibrado para os primeiros.

**Dist. Percentual dos Chefes de Agregado Pobres Habitualmente Empregados segundo a Sit. na Profissão por Ramo de Actividade**

Pobres Habitualmente Empregados		Situação na Profissão					Total
		Por Conta de Outrem	Por Conta Própria	Empregador	Tr. Familiar sem Remuneração	Outra	
Ramo de Actividade	Agricultura, Produção Animal e Pescas	15	51	61	100	0	33
	Construção	17	10	0	0	0	13
	Comércio e Reparação de Veículos	8	20	0	0	7	12
	Administração Pública	33	2	0	0	0	18
	Outras Profissões	28	18	39	0	93	24
	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

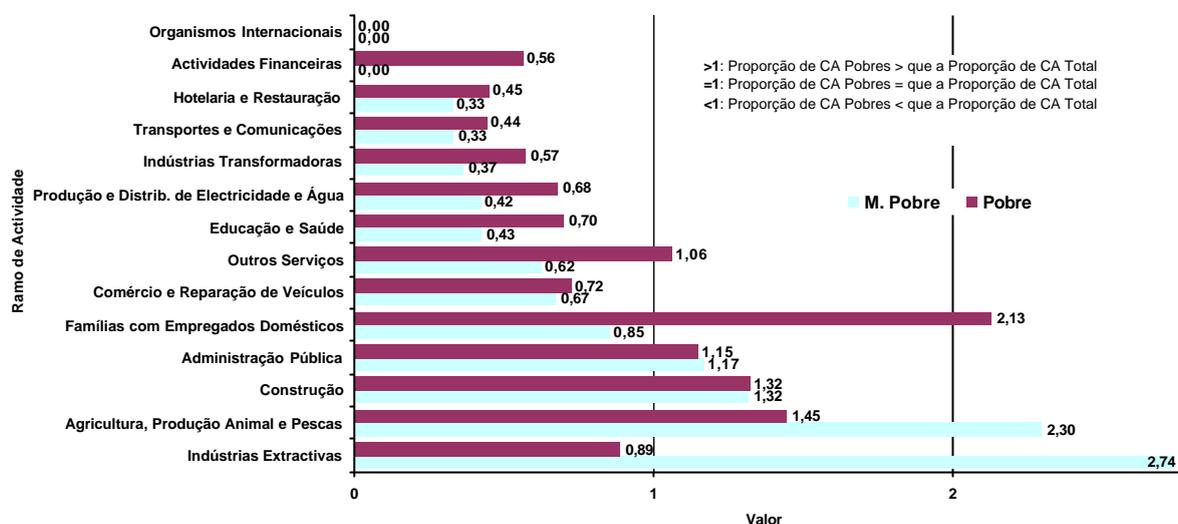
A agricultura é o sector que mais chefes de agregado pobres produz (33%) seguido da administração pública (18%), o que não difere substancialmente do verificado para o conjunto dos indivíduos.

**Distribuição Percentual dos Chefes de Agregado Habitualmente Empregados segundo o Estatuto na Pobreza por Ramo de Actividade**



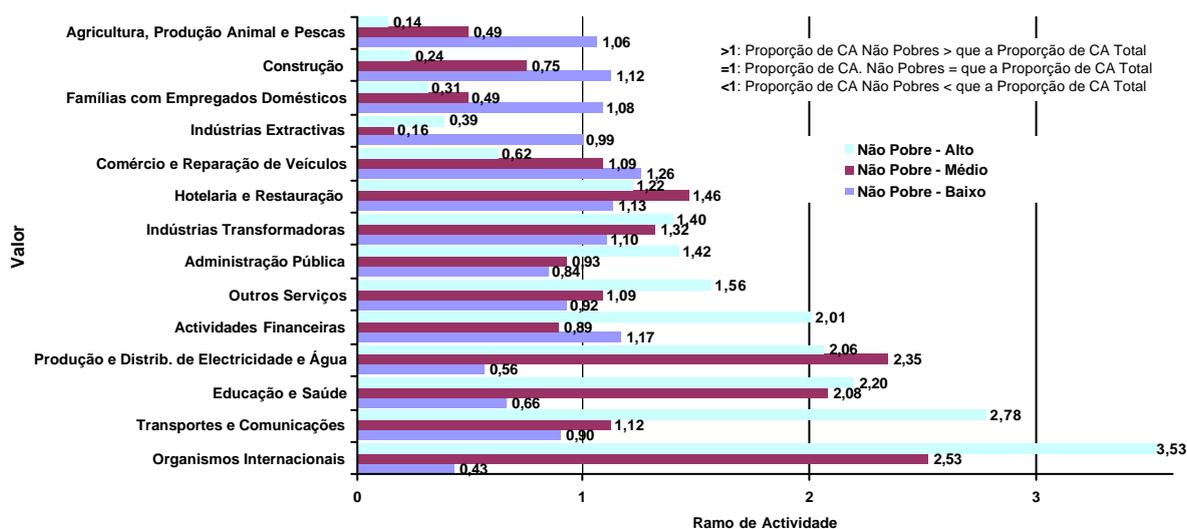
Também entre os chefes de agregado se pode constatar que a administração é o sector de maiores contrastes, gerando simultaneamente a segunda maior proporção de pobres e a maior proporção de ricos, certamente resultados dos extremos salariais praticados ao nível da administração do estado.

**Distribuição Percentual dos Chefes de Agregado Pobres Habitualmente Empregados segundo o Estatuto na Pobreza por Ramo de Actividade**



Em termos relativos, no entanto, a administração pública encontra-se em quarto lugar, isto é, proporção relativa de pobres e muito pobres nesse sector é superior à média, no entanto, é apenas ultrapassada pelos sectores não estruturados da economia, como as indústrias extractivas e a agricultura, e pela construção. Todos os restantes sectores produzem relativamente menos pobres que a administração pública. O resultado é inverso no que se refere à produção dos menos pobres.

**Distribuição Percentual dos Chefes de Agregado Não Pobres Habitualmente Empregados segundo o Estatuto na Pobreza por Ramo de Actividade**



Ou seja, embora menos evidente, a administração pública produz indivíduos de alto rendimento não compatíveis com o seu estatuto de redistribuidor da riqueza.

### **3. Despesas dos Agregados**

Segundo o IDRF, as despesas das cerca de 95 mil famílias cabo-verdianas totalizaram cerca de 46 milhões de contos, sendo as despesas com a alimentação e bebidas não alcoólicas a principal consumidora dos recursos das famílias. Estas despesas totalizaram 17 milhões de contos, seguidas das despesas com Habitação. São ainda relevantes para as famílias as despesas relativas a Transportes e o conjunto das despesas relacionadas com um conjunto de bens e serviços muito diversificado.

As despesas com habitação assumem um valor de 12 milhões de contos, mas não constitui esse montante, na sua totalidade, uma despesa efectiva na medida em que nele está incluído o aluguer imputado, isto é, a valorização a preços de mercado do custo com a habitação própria não sujeito ao pagamento de uma renda<sup>4</sup>.

**Despesas dos Agregados em Contos segundo o Estatuto na Pobreza por Tipo de Despesa (contos)**

<b>Tipo de Despesas</b>	<b>M. Pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Não Pobre - Baixo</b>	<b>Não Pobre - Médio</b>	<b>Não Pobre - Alto</b>	<b>Total</b>
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	1.050.047	1.476.636	8.057.229	3.205.001	3.570.536	17.359.450
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	27.046	48.314	322.166	206.337	285.325	889.187
Vestuário e Calçado	43.750	87.781	863.598	643.654	692.982	2.331.765
Habitação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	552.432	836.844	5.059.902	2.569.971	2.759.894	11.779.043
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habitação	47.036	70.050	688.026	723.215	945.570	2.473.897
Saúde	22.235	39.182	265.157	222.269	292.366	841.209
Transportes	68.298	120.503	716.627	589.563	1.529.002	3.023.994
Comunicações	19.042	56.660	539.687	369.884	696.114	1.681.387
Lazer, Recreação e Cultura	15.026	38.382	336.649	271.844	646.533	1.308.434
Educação	4.910	7.634	105.367	107.957	184.053	409.922
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	16.179	31.807	284.912	190.318	688.450	1.211.666
Bens e Serviços Diversos	24.061	49.495	622.358	637.797	1.821.975	3.155.686
<b>Total</b>	<b>1.890.063</b>	<b>2.863.289</b>	<b>17.861.679</b>	<b>9.737.811</b>	<b>14.112.800</b>	<b>46.465.641</b>

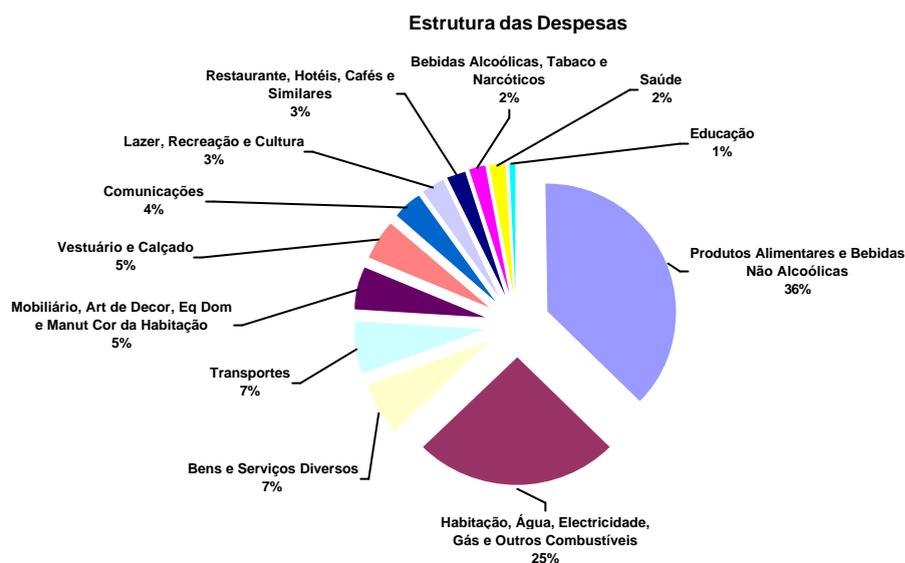
A estrutura das despesas das famílias cabo-verdianas revela ainda uma realidade em que o grosso das despesas visa a satisfação das necessidades primárias e essenciais para a sobrevivência, designadamente com a alimentação e a habitação, reflectindo dessa forma a estado de subdesenvolvimento do país. Despesas importantes em países mais desenvolvidos como as despesas com educação, saúde e lazer não representam em Cabo Verde mais do que 6% no seu conjunto<sup>5</sup>, valor esse que é 1/5 daquela realizada com a alimentação.

---

<sup>4</sup> O valor da renda imputada às famílias é também adicionado às receitas das famílias, constituindo a diferença entre a receita imputada e a despesa imputada um saldo nulo.

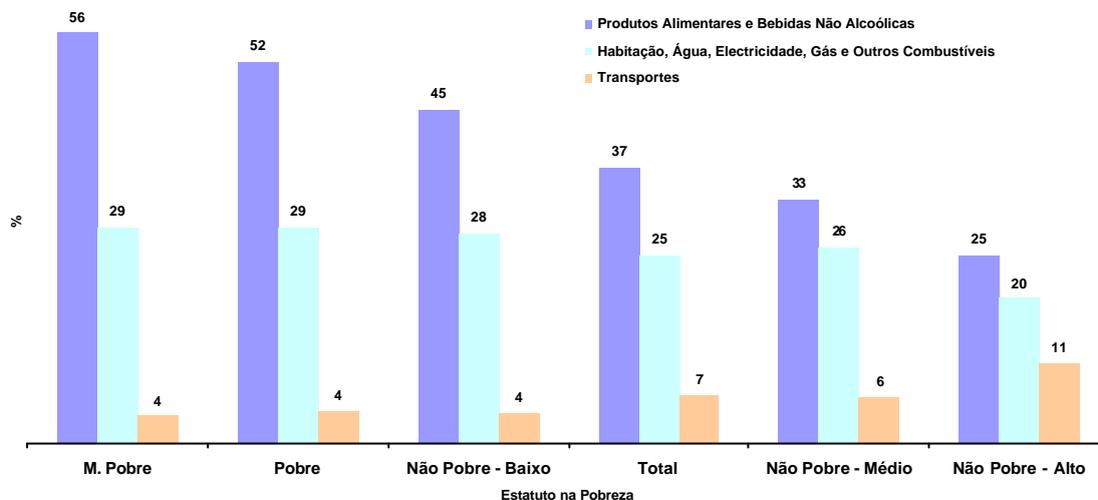
<sup>5</sup> Em Portugal essa proporção é de 11,3%, segundo os dados do IOF 2000.

Pese embora uma evolução significativa em relação ao inquérito de 1988/89 em que a alimentação representava 53% das despesas totais das famílias, esta estrutura continua a revelar por um lado o excessivo peso dos produtos essenciais, e por outro lado o peso dos serviços e a assunção pelo Estado de parte substancial das despesas com a saúde e a educação.



Essas evidências são ainda mais notórias se considerarmos o peso das principais despesas dos agregados. Constata-se que o peso da alimentação tende a cair drasticamente à medida que aumenta o nível de rendimento das famílias. Nas famílias mais pobres esta componente representa 56% do conjunto das despesas enquanto para os indivíduos no extremo oposto, isto é, os de rendimento mais elevado, esta componente representa apenas 25%.

**Peso das Principais Despesas segundo o Estatuto na Pobreza**

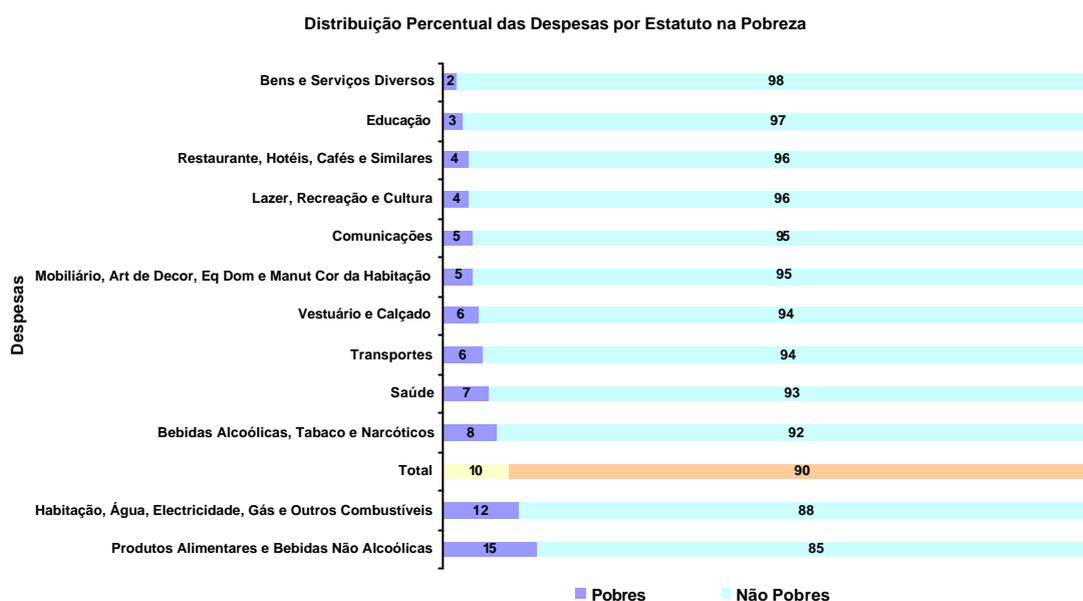


Inversamente, as despesas com o transporte têm uma tendência contrária, isto é, aumentam o seu peso à medida que aumenta o nível de rendimentos. As despesas com a habitação tendem a ser muito idênticas, reflectindo assim o estatuto na pobreza das famílias, isto é, a aspiração a uma habitação condigna com o estatuto remuneratório.

As diferenças ao nível das despesas entre os pobres e os não pobres são muito mais acentuadas do que ao nível dos rendimentos. As famílias pobres, embora representem 28% da população representam apenas 10% das despesas totais contra 90% das despesas das famílias não pobres.

Mais do que isso, os pobres apenas têm proporção superior à média total das despesas no que se refere às despesas com os produtos alimentares e com a habitação, despesas essas que consomem o grosso do seu orçamento familiar, reflectindo assim a menor diversidade do seu cabaz de despesas.

*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde  
IDRF 2001/2002*



Sendo a educação determinante essencial da pobreza, consta-se que é a segunda rubrica onde existem maiores diferenças entre os pobres e os não pobres, representando as despesas dos pobres em educação apenas 2% do total das despesas das famílias cabo-verdianas em educação.

**Indicadores de Despesa dos Agregados segundo o Estatuto na Pobreza**

Tipo de Despesas	M. Pobre	Pobre	Não Pobre – Baixo	Não Pobre – Médio	Não Pobre – Alto	Total
Numero de Famílias	13.369	13.324	46.033	13.162	9.369	<b>95.257</b>
% de Famílias	14	14	48	14	10	<b>100</b>
% das Despesas	4	6	38	21	30	<b>100</b>
Desp. Médias das Famílias (contos/ano)	141	215	388	740	1506	<b>488</b>
Desp. Média Mensal das Fam. (contos/mês)	12	18	32	62	126	<b>41</b>
Relação com a despesa média total (%)	29	44	80	152	309	<b>100</b>

As famílias muito pobres ou pobres têm uma despesa média mensal de 12 contos e 18 contos, respectivamente, o equivalente a 29 e 44% da despesa média total. Ao contrário, a despesa médias das famílias de maiores rendimentos é 3 vezes superior à média (309% a despesa média total), mostrando assim que as desigualdades entre as famílias cabo-verdianas é muito grande não se podendo falar numa norma de consumo para uma família média.

**Despesas Médias Mensais dos Agregados em Contos segundo o Estatuto na Pobreza por Tipo de Despesa (contos)**

Tipo de Despesas	M. Pobre	Pobre	Não Pobre - Baixo	Não Pobre - Médio	Não Pobre - Alto	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	6,5	9,2	14,6	20,3	31,8	15,2
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	0,2	0,3	0,6	1,3	2,5	0,8
Vestuário e Calçado	0,3	0,5	1,6	4,1	6,2	2,0
Habitação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	3,4	5,2	9,2	16,3	24,6	10,3
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habitação	0,3	0,4	1,2	4,6	8,4	2,2
Saúde	0,1	0,2	0,5	1,4	2,6	0,7
Transportes	0,4	0,8	1,3	3,7	13,6	2,6
Comunicações	0,1	0,4	1,0	2,3	6,2	1,5
Lazer, Recreação e Cultura	0,1	0,2	0,6	1,7	5,8	1,1
Educação	0,03	0,05	0,2	0,7	1,6	0,4
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	0,1	0,2	0,5	1,2	6,1	1,1
Bens e Serviços Diversos	0,1	0,3	1,1	4,0	16,2	2,8
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>32</b>	<b>62</b>	<b>126</b>	<b>41</b>

Em termos médios mensais, as famílias muito pobres dispõem o equivalente a 6.500\$ mensais em alimentação e 3.400\$ em habitação contra 31.800\$ e 24.600\$, respectivamente, das famílias com rendimentos mais altos. Em média, os cabo-verdianos gastam mensalmente 15.200\$ com alimentação e 10.300\$ com habitação.

Diferenças substanciais existem ainda ao nível das despesas com transportes (400\$ para os muito pobres e 13.600\$ para os indivíduos com mais alto rendimento), comunicações (100\$ e 6.200\$, respectivamente), lazer e recreação (100\$ e 5.800\$, respectivamente) e, sobretudo, bens e serviços diversos (100\$ e 16.200\$, respectivamente). Pode-se afirmar que existe um conjunto de despesas que são praticamente exclusivo dos mais abastados, sendo um fenómeno ocasional entre os mais pobres.

Ao nível das ilhas a estrutura das despesas é muito semelhante embora se possa constatar que nas zonas mais urbanas o custo com a habitação tende a assumir uma proporção mais elevada das despesas, particularmente entre os pobres. A alimentação tende por seu lado a diminuir o seu peso.

*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde*  
*IDRF 2001/2002*

Pobres							
Tipos de Despesas	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	55	50	58	46	54	54	53
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	1	3	1	1	3	2
Vestuário e Calçado	3	1	3	3	3	2	3
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	30	39	25	38	24	31	29
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	2	1	3	2	3	1	2
Saúde	1	1	2	1	2	1	1
Transportes	2	1	3	3	7	1	4
Comunicações	2	3	1	1	1	3	2
Lazer, Recreação e Cultura	1	1	1	2	1	1	1
Educação	1	0	0	0	0	0	0
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	0	0	2	1	1	1
Bens e Serviços Diversos	2	2	2	1	1	2	2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Não Pobres							
Tipos de Despesas	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	54	38	45	27	40	35	36
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	2	4	2	2	3	2
Vestuário e Calçado	2	4	9	5	7	5	5
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	24	25	20	29	20	24	25
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	4	5	6	6	6	5	6
Saúde	1	2	1	2	3	2	2
Transportes	4	7	5	7	8	5	7
Comunicações	3	4	2	4	3	6	4
Lazer, Recreação e Cultura	1	3	2	4	2	3	3
Educação	1	1	0	2	1	0	1
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	2	2	3	3	5	3
Bens e Serviços Diversos	4	8	4	9	6	7	7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Total							
Tipos de Despesas	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	54	39	47	28	43	37	37
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	2	4	2	2	3	2
Vestuário e Calçado	2	4	8	5	6	5	5
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	25	26	21	29	21	24	25
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	4	5	5	6	6	5	5
Saúde	1	2	1	2	3	2	2
Transportes	3	7	5	7	7	5	7
Comunicações	3	4	2	4	3	6	4
Lazer, Recreação e Cultura	1	3	2	4	2	3	3
Educação	1	1	0	2	0	0	1
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	2	2	3	3	5	3
Bens e Serviços Diversos	3	7	3	9	5	6	7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

A estrutura das despesas esconde, no entanto, a grande diversidade ao nível das ilhas. Considerando a despesa média anual do país como um índice 100, constata-se que na Praia Urbana esse índice é de 149 e em São Vicente é de 118, ou seja, 49% e 18% superiores à média nacional. Nas ilhas de Santo Antão, Fogo e Resto de Santiago, basicamente rurais, a proporção das despesas média ronda os 70% da média nacional.

Particularmente em algumas despesas como a educação essa diferença é notória, com a Praia Urbana a deter um peso significativo, sendo a única região em que a média é superior à média nacional. No Fogo, essas despesas são apenas 22% da média nacional.

<b>Despesas Médias Anuais dos Agregados Familiares segundo a Ilha por Tipo de Despesas face à Média Nacional (Cabo Verde = 100)</b>							
	<b>S. Antão</b>	<b>S. Vicente</b>	<b>Fogo</b>	<b>Praia Urbana</b>	<b>Resto de Santiago</b>	<b>Outras Ilhas</b>	<b>Total</b>
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	91	123	98	112	82	101	100
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	60	102	163	117	66	144	100
Vestuário e Calçado	29	92	120	148	91	93	100
Habitação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	62	121	64	171	59	97	100
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habitação	41	100	76	170	77	94	100
Saúde	39	115	48	127	104	109	100
Transportes	30	119	59	167	82	79	100
Comunicações	44	129	43	158	52	159	100
Lazer, Recreação e Cultura	19	123	45	207	46	109	100
Educação	91	92	22	257	37	27	100
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	18	70	47	167	76	183	100
Bens e Serviços Diversos	31	130	39	200	51	94	100
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>118</b>	<b>78</b>	<b>149</b>	<b>72</b>	<b>102</b>	<b>100</b>

Diferenças mais significativas apenas ao nível do lazer e das despesas com a restauração que em Santo Antão representam 19% e 18%, respectivamente, da média nacional.

As diferenças na estrutura das despesas entre o meio urbano e o meio rural são ainda mais evidentes entre os bens e serviços diversos, particularmente entre os não pobres, resultado das necessidades mais diversificadas existentes nas cidades.

**Dist. Percentual das Despesas dos Agregados segundo o Estatuto na Pobreza e Meio de Residência por Tipo de Despesa**

Tipos de Despesas	Pobres			Não Pobres			Total		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	49	56	53	32	48	36	33	49	37
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Vestuário e Calçado	3	3	3	5	5	5	5	5	5
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	35	25	29	26	20	25	27	21	25
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habitação	2	3	2	6	5	6	6	5	5
Saúde	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Transportes	2	5	4	7	7	7	7	6	7
Comunicações	2	1	2	4	3	4	4	2	4
Lazer, Recreação e Cultura	1	1	1	3	1	3	3	1	3
Educação	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	1	1	3	2	3	3	2	3
Bens e Serviços Diversos	2	1	2	8	4	7	8	3	7
<b>Total</b>	<b>100</b>								

Entre os sexos não existem diferenças significativas a não ser nos produtos alimentares em que os agregados não pobres chefiados por mulheres tendem a gastar uma proporção superior do seu orçamento familiar (uma diferença de 5 pontos percentuais).

**Distribuição Percentual das Despesas dos Agregados segundo o Estatuto na Pobreza e Sexo do Chefe do Agregado por Tipo de Despesa**

Tipos de Despesas	Pobres			Não Pobres			Total		
	Mas	Fem	Tot	Mas	Fem	Tot	Mas	Fem	Tot
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	53	53	53	34	39	36	35	41	37
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	1	2	2	1	2	2	1	2
Vestuário e Calçado	2	3	3	5	6	5	4	6	5
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	29	30	29	25	25	25	25	26	25
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habitação	2	3	2	6	6	6	5	5	5
Saúde	1	1	1	2	2	2	2	2	2
Transportes	4	4	4	8	5	7	8	5	7
Comunicações	2	2	2	4	3	4	4	3	4
Lazer, Recreação e Cultura	1	1	1	3	4	3	3	3	3
Educação	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	1	1	3	2	3	3	2	3
Bens e Serviços Diversos	2	1	2	8	6	7	8	5	7
<b>Total</b>	<b>100</b>								

Os resultados mostram que a ilha, o meio de residência e o sexo do chefe, bem como a sua idade, pouco ou nada influenciam a estrutura das despesas das famílias, seguindo um padrão muito idêntico, qualquer que seja a variável considerada.

No entanto, podemos constatar que as despesas médias tendem a aumentar com a idade e a diminuir nas idades potencialmente inativas (mais de 64 anos), atingindo valores próximos das idades mais baixas. De facto, as famílias cujos chefes são jovens (15-24 anos) gastam em média 76% das despesas médias enquanto que os mais idosos (65 e mais anos) gastam 77% das despesas médias totais.

**Despesas Médias Anuais dos Agregados Familiares segundo o Nível de Instrução do Chefe por Tipo de Despesas face à Média Nacional (Cabo Verde = 100)**

Tipos de Despesas	15 a 24 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e + anos	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	72	96	121	88	100
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	93	107	108	75	100
Vestuário e Calçado	130	101	117	69	100
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	69	102	112	84	100
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	73	115	101	69	100
Saúde	70	88	103	132	100
Transportes	68	105	128	57	100
Comunicações	92	100	128	63	100
Lazer, Recreação e Cultura	72	96	153	41	100
Educação	107	107	128	45	100
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	99	127	98	38	100
Bens e Serviços Diversos	77	97	147	47	100
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>	<b>120</b>	<b>77</b>	<b>100</b>

A idade determina claramente o padrão de consumo de alguns tipos de despesa. As famílias cujos chefes são jovens gastam em média menos do que as restantes idades, excepto na educação e no vestuário e calçado. Por outro lado, as famílias cujos chefes são mais idosos gastam relativamente mais do que a média nacional em saúde.

**Distribuição Percentual das Despesas dos Agregados segundo o Estatuto na Pobreza e Grupos Etários por Tipo de Despesa**

Tipos de Despesas	Pobres					Não Pobres					Total				
	15 a 24 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais	Total	15 a 24 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais	Total	15 a 24 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	55	55	52	52	53	34	34	36	41	36	35	36	38	43	37
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Vestuário e Calçado	2	2	3	3	3	9	5	5	5	5	9	5	5	5	5
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	30	29	29	30	29	23	26	23	27	25	23	26	24	23	25
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	3	3	2	2	2	5	6	5	5	6	5	6	5	5	5
Saúde	0	1	1	2	1	2	2	2	3	2	2	2	2	3	2
Transportes	6	4	4	4	4	6	7	7	5	7	6	7	7	5	7
Comunicações	0	1	2	1	2	5	4	4	3	4	4	4	4	3	4
Lazer, Recreação e Cultura	0	1	1	1	1	3	3	4	2	3	3	3	4	2	3
Educação	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	1	1	1	1	4	4	2	1	3	3	3	2	1	3
Bens e Serviços Diversos	1	1	2	2	2	7	7	9	4	7	7	7	8	4	7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

O mesmo não se passa com o nível de instrução que determina de forma decisiva o comportamento das despesas familiares, independentemente de se ser pobre ou não. Por exemplo, entre os pobres, a proporção das despesas em produtos alimentares tende a diminuir substancialmente à medida que aumenta o nível de instrução do chefe. Passa de 54% para os chefes sem instrução contra 26% entre os chefes com o pós-secundário.

O contrário se passa com as despesas com a habitação e com o lazer. Os pobres sem instrução gastam apenas 1% das suas despesas em lazer e recreação contra 12% nos pobres mais instruídos, podendo-se falar que mesmo entre os pobres uns são *mais tristes* do que outros.

**Distribuição Percentual das Despesas dos Agregados segundo o Estatuto na Pobreza e Nível de Instrução do Chefe do Agregado por Tipo de Despesa**

<b>Pobres</b>						
<b>Tipos de Despesas</b>	<b>Sem Instrução</b>	<b>EBI</b>	<b>Secundário</b>	<b>Pós Secundário</b>	<b>S/R</b>	<b>Total</b>
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	54	53	46	26	0	53
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	1	2	3	0	0	2
Vestuário e Calçado	3	3	2	0	0	3
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	28	30	31	36	0	29
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	2	3	4	0	0	2
Saúde	1	1	2	0	0	1
Transportes	4	4	6	26	0	4
Comunicações	2	2	2	0	0	2
Lazer, Recreação e Cultura	1	1	1	12	0	1
Educação	0	0	1	0	0	0
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	1	1	0	0	1
Bens e Serviços Diversos	2	1	0	0	0	2
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
<b>Não Pobres</b>						
<b>Tipos de Despesas</b>	<b>Sem Instrução</b>	<b>EBI</b>	<b>Secundário</b>	<b>Pós Secundário</b>	<b>S/R</b>	<b>Total</b>
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	46	39	28	26	46	36
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	2	2	1	0	2
Vestuário e Calçado	7	6	5	3	0	5
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	24	26	25	23	28	25
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	5	5	7	7	0	6
Saúde	2	2	2	2	2	2
Transportes	4	5	10	9	0	7
Comunicações	2	4	4	5	0	4
Lazer, Recreação e Cultura	2	2	3	6	0	3
Educação	1	1	1	2	4	1
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	3	4	3	0	3
Bens e Serviços Diversos	4	5	9	13	20	7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>						
<b>Tipos de Despesas</b>	<b>Sem Instrução</b>	<b>EBI</b>	<b>Secundário</b>	<b>Pós Secundário</b>	<b>S/R</b>	<b>Total</b>
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	48	41	28	26	46	37
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	2	2	1	0	2
Vestuário e Calçado	6	5	5	3	0	5
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	25	27	25	23	28	25
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	4	5	7	7	0	5
Saúde	2	2	2	2	2	2
Transportes	4	5	10	9	0	7
Comunicações	2	3	4	5	0	4
Lazer, Recreação e Cultura	2	2	3	6	0	3
Educação	0	1	1	2	4	1
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	2	4	3	0	3
Bens e Serviços Diversos	4	5	9	13	20	7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Embora em proporções diferentes, o mesmo tipo de relação se verifica entre os não pobres, isto é, a proporção das despesas com lazer e recreação e habitação tendem a aumentar com o nível de instrução e as despesas com a habitação tendem a diminuir.

As despesas médias tendem a aumentar significativamente com o nível de instrução do chefe para todas as categorias de despesa, evidenciando diferenças abismais consoante, particularmente nas despesas com o lazer e com a educação. Enquanto as famílias cujos chefes são mais instruídos gastam 6,5 e 6 vezes mais do que a média nacional, as famílias cujos chefes não têm instrução gastam 1/3 da média nacional.

**Despesas Médias Anuais dos Agregados Familiares segundo o Nível de Instrução do Chefe de Agregado por Tipo de Despesas face à Média Nacional (Cabo Verde = 100)**

Tipo de Despesas	Sem Instrução	EBI	Secundário	Pós Secundário	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	84	92	120	221	100
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	76	87	158	235	100
Vestuário e Calçado	77	87	163	220	100
Habitação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	64	88	158	284	100
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habitação	51	75	204	392	100
Saúde	80	70	149	399	100
Transportes	41	65	249	453	100
Comunicações	35	80	188	450	100
Lazer, Recreação e Cultura	35	63	167	651	100
Educação	37	57	223	600	100
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	31	79	224	413	100
Bens e Serviços Diversos	35	61	209	589	100
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>84</b>	<b>159</b>	<b>318</b>	<b>100</b>

As despesas vistas em função da actividade económica mostram que enquanto determinante do rendimento, a actividade económica do chefe do agregado influencia no mesmo sentido que o nível de rendimento, isto é, os desempregados tendem a gastar mais com a alimentação, excepto entre os pobres, mas isso reflecte a rigidez das despesas com a alimentação.

*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde  
IDRF 2001/2002*

**Distribuição Percentual das Despesas dos Agregados segundo o Estatuto na Pobreza e Actividade Habitual por Tipo de Despesa**

Tipos de Despesas	Pobres				Não Pobres				Total			
	Empreg	Desemp	Inactivo	Total	Empreg	Desemp	Inactivo	Total	Empreg	Desemp	Inactivo	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	54	53	51	53	34	42	40	36	36	45	41	37
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Vestuário e Calçado	3	3	3	3	5	8	5	5	5	7	5	5
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	29	29	31	29	24	26	28	25	25	27	28	25
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	3	2	2	2	6	6	5	6	6	5	5	5
Saúde	1	1	1	1	2	1	3	2	2	1	2	2
Transportes	4	3	4	4	7	5	5	7	7	5	5	7
Comunicações	1	2	2	2	4	3	4	4	4	2	3	4
Lazer, Recreação e Cultura	1	2	1	1	3	2	2	3	3	2	2	3
Educação	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	1	1	1	3	2	1	3	3	2	1	3
Bens e Serviços Diversos	2	1	2	2	8	3	5	7	8	3	4	7
<b>Total</b>	<b>100</b>											

Por outro lado, constata-se que são os empregados que gastam uma proporção maior parte do seu rendimento em transportes, fruto da necessidade de deslocações com maior regularidade.

A repartição das despesas médias pela condição na actividade habitual mostra a rigidez do consumo, independentemente do estatuto no trabalho do chefe do agregado. Ou seja, havendo ou não rendimento, o consumo assume uma componente autónoma que faz com que as diferenças na despesa entre os empregados e os não empregados seja das mais baixas.

Em média, os empregados gastam mais do que os desempregados e os inactivos e estes últimos gastam mais do que os desempregados, o que se compreende porque entre os inactivos constam reformados, garantindo-se assim um fluxo constante de recursos financeiros.

**Despesas Médias Anuais dos Agregados Familiares segundo a Condição na Actividade Habitual do Chefe por Tipo de Despesas face à Média Nacional (Cabo Verde = 100)**

Tipos de Despesas	Empregado	Desempregado	Inactivo	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	106	73	92	100
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	113	70	74	100
Vestuário e Calçado	110	82	78	100
Habituação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	107	64	92	100
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habituação	115	54	73	100
Saúde	102	40	114	100
Transportes	119	44	66	100
Comunicações	115	40	80	100
Lazer, Recreação e Cultura	123	38	59	100
Educação	125	18	58	100
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	128	39	45	100
Bens e Serviços Diversos	126	25	54	100
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>61</b>	<b>83</b>	<b>100</b>

Os empregados gastam relativamente mais em todas as classes da despesa excepto na saúde em que os inactivos gastam em média mais do que os empregados, resultado do número de reformados, normalmente idosos, entre os inactivos.

A despesa média mensal dos agregados pobres tende a aumentar numa progressão aritmética em relação à dimensão dos agregados passando de 3 contos mensais para as famílias unipessoais para 18 contos para as famílias com 6 e mais membros. Entre os não pobres a progressão é bastante menor havendo mesmo uma redução substancial das despesas médias per capita influenciando a dimensão do agregado de forma determinante o estatuto na pobreza.

Despesas	1 Indivíduo	2 Indivíduos	3 Indivíduos	4 Indivíduos	5 Indivíduos	6 e + Indivíduos	Total
<b>Pobres (contos)</b>	10.660	62.404	160.233	420.600	586.454	3.510.862	4.751.213
<b>Não Pobres (contos)</b>	4.003.423	4.032.068	6.188.243	7.462.981	7.092.435	12.932.885	41.712.036
<b>Total (contos)</b>	4.014.083	4.094.472	6.348.476	7.883.581	7.678.889	16.443.747	46.463.249
<b>% no Tot das Despesas das Famílias</b>	7	8	13	18	17	38	100
<b>Numero de Famílias Pobres</b>	335	944	1776	3522	4052	16064	26693
<b>Numero de Famílias Não Pobres</b>	7819	8276	10942	12237	10700	18590	68564
<b>Numero de Famílias Total</b>	8154	9220	12718	15759	14752	34654	95257
<b>Despesa Média Mensal das Famílias Pobres (contos)</b>	3	6	8	10	12	18	15
<b>Despesa Média Mensal das Famílias Não Pobres (contos)</b>	43	41	47	51	55	58	51
<b>Despesa Média Mensal das Famílias (contos)</b>	41	37	42	42	43	40	41

Considerando os quintais da despesa, pode-se confirmar que os 20% dos indivíduos mais pobres gastam apenas 3% das despesas individuais totais enquanto que os 20% mais ricos consomem 63% dessas despesas. As diferenças são ainda mais dramáticas no que se refere às despesas com bens e serviços diversos (em que se incluem os bens de natureza pessoal) em que 86% das despesas é efectuada pelos 20% mais ricos, às despesas com restauração e hotéis (85%), com lazer (84%) e transportes (79%).

**Distribuição Percentual das Despesas Anuais Individuais segundo o Quintil das Despesas Individuais por Tipos de Despesa**

Tipos de Despesas	Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil	Total
Produtos Alimentares e Bebidas Não Alcoólicas	5	9	14	20	52	100
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2	5	8	14	70	100
Vestuário e Calçado	1	4	8	18	68	100
Habitação, Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis	4	8	13	22	53	100
Mobiliário, Art de Decor, Eq Dom e Manut Cor da Habitação	2	3	7	15	73	100
Saúde	2	5	9	17	67	100
Transportes	2	4	6	10	79	100
Comunicações	1	3	7	15	74	100
Lazer, Recreação e Cultura	1	2	4	9	84	100
Educação	1	4	4	18	73	100
Restaurante, Hotéis, Cafés e Similares	1	2	4	8	85	100
Bens e Serviços Diversos	1	1	3	9	86	100
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>17</b>	<b>63</b>	<b>100</b>

Apenas nos bens alimentares e na habitação é que os 20% mais pobres vêm aumentando o seu peso em relação à média, não ultrapassando ainda assim os 5% e 4%, respectivamente, da despesa total. Os 20% mais ricos representam nessas despesas pouco mais que 50%.

#### **4. Receitas dos Agregados**

Segundo o IDRF, as receitas geradas pelos cerca de 95 mil famílias cabo-verdianas totalizaram cerca de 50 milhões de contos, sendo o trabalho, a principal fonte de rendimento das famílias. As receitas provenientes do trabalho totalizaram 32 milhões de contos, seguidas das receitas *virtuais* e que resultam do aluguer de habitação imputado às famílias.

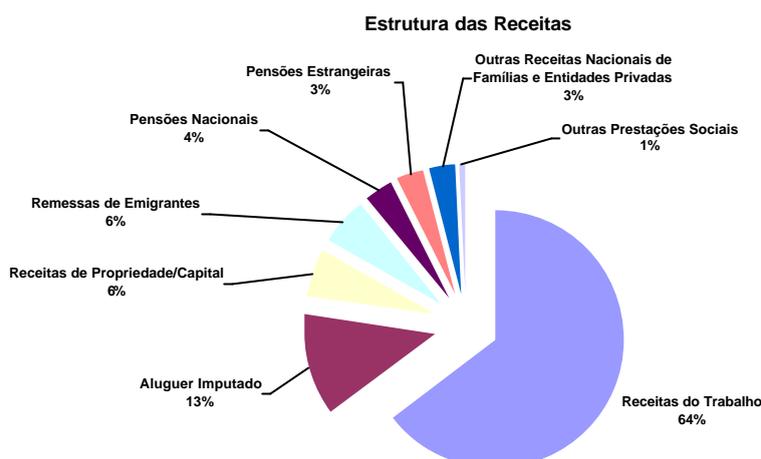
Na verdade, cerca de 68% das famílias vivem em casas de que são proprietárias e 15% em casas emprestadas, pelo que não pagam renda. Esse valor constitui, no entanto, uma receita aparente do agregado e deve ser contabilizada quer nas receitas quer nas despesas.

Essas receitas atingem um valor aproximado de 6,3 milhões de contos. São ainda relevantes para as famílias as receitas relativas aos rendimentos de propriedade/capital e as remessas dos emigrantes.

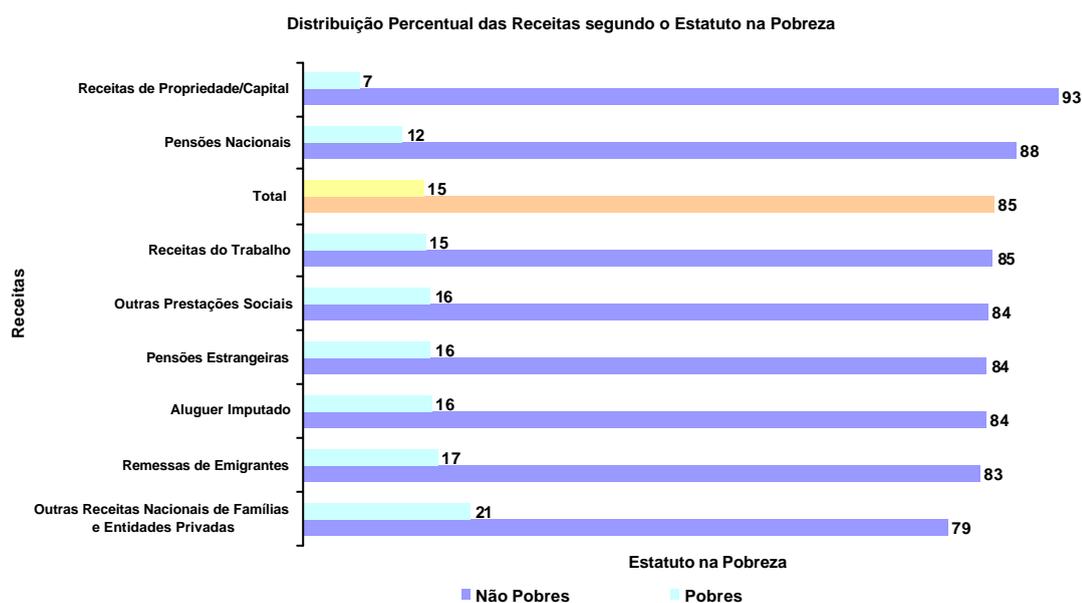
**Receitas dos Agregados em Contos segundo o Estatuto na Pobreza por Tipo de Receita**

<b>Tipo de Receitas</b>	<b>M. Pobre</b>	<b>Pobre</b>	<b>Não Pobre - Baixo</b>	<b>Não Pobre - Médio</b>	<b>Não Pobre - Alto</b>	<b>Total</b>
Receitas do Trabalho	2.254.937	2.600.374	13.030.816	6.092.215	8.299.061	<b>32.277.404</b>
Receitas de Propriedade/Capital	97.603	114.042	931.833	760.264	1.114.332	<b>3.018.075</b>
Pensões Nacionais	96.106	132.574	718.097	411.483	514.868	<b>1.873.128</b>
Pensões Estrangeiras	104.728	152.863	833.427	268.927	272.966	<b>1.632.911</b>
Remessas de Emigrantes	188.278	297.563	1.605.343	534.853	293.742	<b>2.919.779</b>
Outras Prestações Sociais	21.194	53.515	167.935	68.652	165.634	<b>476.930</b>
Outras Receitas Nacionais de Famílias e Entidades Privadas	157.759	150.847	686.007	246.438	255.218	<b>1.496.269</b>
Aluguer Imputado	421.281	581.767	2.943.617	1.258.023	1.111.620	<b>6.316.308</b>
<b>Total</b>	<b>3.341.886</b>	<b>4.083.546</b>	<b>20.917.076</b>	<b>9.640.854</b>	<b>12.027.442</b>	<b>50.010.803</b>

As receitas do trabalho representam 2/3 do total das receitas arrecadadas pelas famílias, significando esse valor que estas dependem sobretudo do seu salário para viver. Têm peso ainda o aluguer imputado com 18%, não ultrapassando as receitas originadas pelas remessas dos emigrantes e pelos rendimentos de propriedade/capital.



De notar que as prestações sociais representam valores marginais, não mais de 1%.



De notar que a repartição das receitas segundo o estatuto na pobreza revela diferenças significativas consoante o tipo de receitas. Em média, os pobres detêm apenas 15% das receitas totais (embora representem 28% das famílias). Pelo contrário, os não pobres arrecadam cerca de 85% das receitas, não representando mais do que 72% das famílias.

As maiores diferenças existem ao nível dos rendimentos de propriedade/capital em que os não pobres arrecadam 93% dessas receitas contra apenas 7% dos não pobres, o que é de certa forma

compreensível visto serem receitas que para serem geradas pressupõem a existências ou de rendimentos suplementares, ou de fontes alternativas de rendimento ou poupanças existentes.

**Indicadores de Receita dos Agregados Familiares segundo o Estatuto na Pobreza**

Tipo de Receitas	Muito Pobre	Pobre	Não Pobre - Baixo	Não Pobre - Médio	Não Pobre - Alto	Total
Numero de Famílias	13.369	13.324	46.033	13.162	9.369	<b>95.257</b>
% de Famílias	14	14	48	14	10	<b>100</b>
% do Rendimento	7	8	42	19	24	<b>100</b>
Rend. Médio das Famílias (contos/ano)	250	306	454	732	1.284	<b>525</b>
Rend. Médio Mensal das Famílias (contos/mês)	21	26	38	61	107	<b>44</b>
Relação com o rendimento médio total (%)	48	58	87	140	245	<b>100</b>

Essas diferenças, embora menos acentuadas que as existentes ao nível dos indivíduos, revelam diferenças sociais significativas, designadamente:

1. Que os 14% das famílias mais pobres detêm 7% do rendimento e que 10% das famílias mais ricas detêm 24% do rendimento das famílias;
2. Que o rendimento médio das famílias muito pobres 5 vezes inferior ao rendimento médio das famílias mais ricas;
3. Que o rendimento das famílias muito pobres é cerca de 48% da média nacional e que o rendimento das famílias mais ricas é 245% superior ao rendimento médio;
4. As famílias muito pobres possuem um rendimento médio mensal de 21 contos e que os mais ricos possuem um rendimento médio mensal de 107 contos.

Mensalmente, as famílias cabo-verdianas arrecadam cerca de 28 contos mensais em receitas provenientes do seu trabalho. Os muito pobres recebem em média remunerações de 14 contos para o conjunto do seu agregado e os mais ricos 74 contos.

**Receitas Médias Mensais dos Agregados em Contos segundo o Estatuto na Pobreza por Tipo de Receita**

Tipo de Receitas	M. Pobre	Pobre	Não Pobre - Baixo	Não Pobre - Médio	Não Pobre - Alto	Total
Receitas do Trabalho	14	16	24	39	74	28
Receitas de Propriedade/Capital	1	1	2	5	10	3
Pensões Nacionais	1	1	1	3	5	2
Pensões Estrangeiras	1	1	2	2	2	1
Remessas de Emigrantes	1	2	3	3	3	3
Outras Prestações Sociais	0	0	0	0	1	0
Outras Receitas Nacionais de Famílias e Entidades Privadas	1	1	1	2	2	1
Aluguer Imputado	3	4	5	8	10	6
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>26</b>	<b>38</b>	<b>61</b>	<b>107</b>	<b>44</b>

As receitas de propriedade/capital geram em média 1 conto para os muito pobres e 10 contos para os mais ricos. Importante ainda na contribuição para as receitas é o aluguer imputado, embora este não se traduza numa receita efectiva.

As diferenças na estrutura das receitas por ilha e por estatuto na pobreza não são significativas. As diferenças são pouco relevantes, mostrando que o padrão nacional é razoavelmente idêntico ao padrão verificado nas diferentes ilhas.

**Dist. Percentual das Receitas das Famílias segundo o Estatuto na Pobreza e Ilha por Tipo de Receita**

Pobres							
Tipo de Receitas	Santo Antão	São Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas	Total
Receitas do Trabalho	59	69	68	73	62	69	65
Receitas de Propriedade/Capital	3	5	2	2	3	2	3
Pensões Nacionais	7	2	2	2	3	2	3
Pensões Estrangeiras	1	0	0	2	6	2	3
Remessas de Emigrantes	5	4	10	2	8	9	7
Outras Prestações Sociais	2	1	0	1	1	1	1
Out. Rec. Nac. de Fam.e Ent.Priv.	4	4	3	2	5	4	4
Aluguer Imputado	19	15	13	15	12	12	14
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Não Pobres							
Tipo de Receitas	Santo Antão	São Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas	Total
Receitas do Trabalho	61	66	56	67	56	70	64
Receitas de Propriedade/Capital	5	8	1	7	9	3	7
Pensões Nacionais	4	4	4	4	2	4	4
Pensões Estrangeiras	2	1	3	1	10	3	3
Remessas de Emigrantes	6	4	17	3	9	6	6
Outras Prestações Sociais	0	1	1	1	1	1	1
Out. Rec. Nac. de Fam.e Ent.Priv.	3	4	4	2	3	3	3
Aluguer Imputado	18	12	14	13	11	11	12
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Total							
Tipo de Receitas	Santo Antão	São Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas	Total
Receitas do Trabalho	60	66	59	68	58	70	65
Receitas de Propriedade/Capital	4	8	2	7	7	3	6
Pensões Nacionais	5	4	3	4	2	4	4
Pensões Estrangeiras	2	1	2	1	9	3	3
Remessas de Emigrantes	6	4	15	3	9	7	6
Outras Prestações Sociais	1	1	1	1	1	1	1
Out. Rec. Nac. de Fam.e Ent.Priv.	3	4	4	2	4	3	3
Aluguer Imputado	18	12	14	14	11	11	13
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

De notar apenas, entre as famílias pobres, a proporção de famílias que vivem do seu trabalho na Praia Urbana (8 pontos percentuais acima da média nacional), as pensões nacionais e o aluguer imputado em Santo Antão (4 pontos e 5 pontos respectivamente) e as remessas dos emigrantes no Fogo (3 pontos) e na Praia Urbana (5 pontos abaixo).

**Receitas Médias Anuais dos Agregados em Contos segundo o Ilha por Tipo de Receita face à Média Nacional (Cabo Verde=100)**

Tipo de Receitas	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas	Total
Receitas do Trabalho	46	116	67	163	67	114	100
Receitas de Propriedade/Capital	36	145	20	168	90	45	100
Pensões Nacionais	65	126	68	174	49	104	100
Pensões Estrangeiras	28	44	49	66	199	91	100
Remessas de Emigrantes	49	73	193	83	114	120	100
Outras Prestações Sociais	39	141	83	168	51	102	100
Outras Receitas Nacionais de Famílias e Entidades Privadas	57	136	92	115	89	95	100
Aluguer Imputado	70	107	80	166	65	92	100
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>113</b>	<b>73</b>	<b>155</b>	<b>75</b>	<b>106</b>	<b>100</b>

Em termos médios, as famílias que residem na Praia Urbana possuem uma receita em média superior a 55% da média nacional. Em São Vicente, bem como nas Outras Ilhas, as receitas são em termos médios superiores à média nacional. Em Santo Antão, pelo contrário, elas representam menos de metade da média nacional.

Em termos médios, as receitas nos principais centros urbanos são muito superiores à média nacional nas receitas de propriedade/capital, pensões nacionais, nas outras prestações sociais e no aluguer imputado. Em contrapartida, elas são extremamente relevantes no Fogo para as remessas dos emigrantes (193% da média nacional, o equivalente a 59 contos anuais por família) e no Resto de Santiago para as pensões provenientes do estrangeiro.

Entre os não pobres, é de destacar a proporção relativamente menor das receitas do trabalho no Fogo e no Resto de Santiago, as remessas dos emigrantes no Fogo que são quase o triplo da média nacional e o aluguer amputado em Santo Antão.

**Distribuição Percentual das Receitas das Famílias segundo o Estatuto na Pobreza e Meio de Residência por Tipo de Receita**

Tipo de Receitas	Pobres			Não Pobres			Total		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Receitas do Trabalho	68	64	65	67	54	64	67	57	65
Receitas de Propriedade/Capital	4	2	3	7	5	7	7	4	6
Pensões Nacionais	3	3	3	4	3	4	4	3	4
Pensões Estrangeiras	2	4	3	2	9	3	2	8	3
Remessas de Emigrantes	5	8	7	4	12	6	4	11	6
Outras Prestações Sociais	1	1	1	1	0	1	1	1	1
Out. Rec. Nac. de Fam.e Ent.Priv.	3	5	4	3	3	3	3	4	3
Aluguer Imputado	14	13	14	12	13	12	12	13	13
<b>Total</b>	<b>100</b>								

As diferenças entre o meio urbano e o meio rural são também pouco significativas, particularmente entre os pobres. Entre os não pobres, de destacar a menor proporção de famílias que vivem do trabalho

quando comparado com o meio urbano. Os fluxos de rendimento provenientes do estrangeiro são também bastante mais importantes no meio rural do que no meio urbano, como se poderá destacar pelo peso das pensões estrangeiras e pelas remessas dos emigrantes, devendo essas serem consideradas como um importante contributo no combate à pobreza, representando no seu conjunto 21% do rendimento dos não pobres no meio rural.

Ao nível dos chefes de agregado, podemos constatar que é entre as mulheres, particularmente entre as não pobres, que existe uma menor proporção a viver dos rendimentos do trabalho, resultado de haver menos mulheres empregadas do que homens, mas também pelo facto destas auferirem em média de salários mais baixos do que os homens.

**Distribuição Percentual das Receitas das Famílias segundo o Estatuto na Pobreza e Sexo do Chefe do Agregado por Tipo de Receita**

Tipo de Receitas	Pobres			Não Pobres			Total		
	Mas	Fem	Tot	Mas	Fem	Tot	Mas	Fem	Tot
Receitas do Trabalho	69	61	65	69	55	64	69	56	65
Receitas de Propriedade/Capital	2	4	3	7	6	7	6	5	6
Pensões Nacionais	3	3	3	4	3	4	4	3	4
Pensões Estrangeiras	5	2	3	3	3	3	3	3	3
Remessas de Emigrantes	4	10	7	3	12	6	3	12	6
Outras Prestações Sociais	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Out. Rec. Nac. de Fam.e Ent.Priv.	3	6	4	1	5	3	2	6	3
Aluguer Imputado	13	14	14	11	15	12	12	15	13
<b>Total</b>	<b>100</b>								

Em contrapartida, existe uma proporção muito maior de mulheres a beneficiarem de remessas dos emigrantes, muito por força do facto de haver mais homens emigrados e pelo facto de, normalmente, serem estes a enviarem em maior numero remessas para Cabo Verde. As mulheres são, ainda, aquelas que beneficiam mais dos alugueres imputados, isto é, que não traduzem efectivamente em despesa a renda da sua habitação.

**Receitas Médias Anuais dos Agregados em Contos segundo o Sexo do Chefe do Agregado por Tipo de Receita face à Média Nacional (Cabo Verde=100)**

Tipo de Receitas	Masculino	Feminino	Total
Receitas do Trabalho	125	68	100
Receitas de Propriedade/Capital	123	71	100
Pensões Nacionais	126	66	100
Pensões Estrangeiras	124	69	100
Remessas de Emigrantes	55	157	100
Outras Prestações Sociais	116	79	100
Outras Receitas Nacionais de Famílias e Entidades Privadas	64	146	100
Aluguer Imputado	107	91	100
<b>Total</b>	<b>117</b>	<b>79</b>	<b>100</b>

As receitas médias por sexo mostram que os homens em média recebem mais do que as mulheres. As receitas dos homens são 17% superiores à média nacional e as das mulheres são correspondem a 79% da média nacional. Esta diferença é ainda mais acentuada tratando-se das receitas do trabalho.

Apenas no que se refere às remessas dos emigrantes e às outras receitas nacionais provenientes de famílias e entidades privadas é que o rendimento médio das mulheres é superior ao dos homens e, consequentemente, da média nacional.

Claramente entre os pobres, os rendimentos do trabalho tendem a perder importância com o aumento da idade do chefe do agregado, o que reflecte uma tendência diversificar as fontes de rendimento quanto maior for a idade. Daí que entre os mais novos, essencialmente os rendimentos são do trabalho. Entre os mais idosos é de notar que as remessas representam o triplo da proporção total do conjunto dos pobres.

**Distribuição Percentual das Receitas das Famílias segundo o Estatuto na Pobreza e Grupo Etário do Chefe do Agregado por Tipo de Receita**

Tipo de Receitas	Pobres						Não Pobres						Total					
	15 a 24 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais	e	Total	15 a 24 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais	e	Total	15 a 24 anos	25 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais	e	Total
Receitas do Trabalho	80	71	67	51		65	58	73	63	41		64	61	73	63	43		65
Receitas de Propriedade/Capital	0	2	4	2		3	3	6	8	6		7	3	5	8	5		6
Pensões Nacionais	0	1	2	9		3	0	0	6	11		4	0	1	5	11		4
Pensões Estrangeiras	0	1	3	10		3	0	1	3	12		3	0	1	3	11		3
Remessas de Emigrantes	6	7	6	7		7	17	5	4	10		6	15	5	4	9		6
Outras Prestações Sociais	0	1	1	1		1	1	1	1	1		1	1	1	1	1		1
Out. Rec. Nac. de Fam.e Ent.Priv.	3	4	4	6		4	5	2	3	4		3	5	2	3	5		3
Aluquer Imputado	10	14	13	15		14	15	11	12	16		12	15	12	12	16		13
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>		<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>		<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>		<b>100</b>

Entre os não pobres, embora a tendência seja também para uma diminuição da proporção dos rendimentos do trabalho com o aumento da idade, constata-se que as idades de maior potencial activo é quando mais predominam os rendimentos do trabalho, eventualmente devido ao exercício de múltiplas actividade ou com a estabilidade do emprego.

A relação entre as receitas e o nível de instrução segue um padrão normal, isto é, aumenta a proporção do trabalho como fonte de rendimento à medida que aumenta o nível de qualificação do trabalho, associado à melhoria do nível de instrução.

**Receitas Médias das Famílias segundo o Nível de Instrução do Chefe do Agregado por Tipo de Receita face à Média Nacional (Cabo Verde = 100)**

Tipo de Receitas	Sem Instrução	EBI	Secundário	Pós Secundário	Total
Receitas do Trabalho	54	82	167	379	100
Receitas de Propriedade/Capital	50	95	173	263	100
Pensões Nacionais	81	84	166	229	100
Pensões Estrangeiras	127	92	57	130	100
Remessas de Emigrantes	116	96	110	40	100
Outras Prestações Sociais	59	85	205	255	100
Outras Receitas Nacionais de Famílias e Entidades Privadas	104	93	139	82	100
Aluguer Imputado	80	93	141	197	100
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>85</b>	<b>157</b>	<b>305</b>	<b>100</b>

As receitas médias do trabalho das famílias cujos chefes têm instrução pós-secundária equivalem a 379% da média nacional contra 54% dos chefes sem instrução. A partir do secundário do chefe do agregado, normalmente as receitas dos agregados são superiores à média nacional. No entanto também o são para os chefes sem instrução no que respeita às despesas com os fluxos do estrangeiro e com as outras receitas nacionais da famílias e outras entidades privadas.

Relativamente à relação entre as receitas e a condição na actividade, verifica-se que os rendimentos do trabalho contribuem de forma substancial para os rendimentos quer dos desempregados habituais quer dos inactivos habituais. Se associarmos esse facto aos baixos salários e ao tempo que os chefes passaram desempregados ou na inactividade, então compreender-se-á melhor o nível baixos dos rendimentos de cerca de 28% das famílias e consequentemente do seu nível fraco de despesas.

**Distribuição Percentual das Receitas das Famílias segundo o Estatuto na Pobreza e Condição na Actividade Habitual do Chefe do Agregado por Tipo de Receita**

Tipo de Receitas	Pobres				Não Pobres				Total			
	Empreg.	Desemp.	Inactivo	Total	Empreg.	Desemp.	Inactivo	Total	Empreg.	Desemp.	Inactivo	Total
Receitas do Trabalho	75	52	46	65	73	53	35	64	73	52	37	65
Receitas de Propriedade/Capital	3	3	3	3	7	4	7	7	6	4	6	6
Pensões Nacionais	1	3	8	3	2	3	13	4	2	3	12	4
Pensões Estrangeiras	1	2	10	3	2	3	10	3	1	3	10	3
Remessas de Emigrantes	5	11	10	7	3	14	13	6	4	13	12	6
Outras Prestações Sociais	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Out. Rec. Nac. de Fam.e Ent.Priv.	3	9	6	4	2	5	5	3	2	6	5	3
Aluguer Imputado	12	19	15	14	11	17	16	12	11	18	16	13
<b>Total</b>	<b>100</b>											

Tanto assim é que o padrão para os não pobres é muito semelhante, o que reafirma o facto do trabalho ser importante para as receitas das famílias pobres e das não pobres e que o problema se coloca ao nível da precariedade e irregularidade dos rendimentos do trabalho.

À medida que aumenta o tamanho das famílias tende a aumentar o volume de receitas arrecado pelo conjunto das famílias. No entanto, o rendimento médio mensal mostra diferenças sensíveis entre os pobres e os não pobres.

Enquanto que o rendimento médio mensal de uma família pobre unipessoal é de 6 contos mensais, para a mesma família não pobre esse rendimento é quase 6 vezes superior, isto é 35 contos mensais. Essa relação tende a diminuir já que para as famílias com 6 e mais indivíduos é praticamente 2 vezes superior.

Receitas	1 Indivíduo	2 Indivíduos	3 Indivíduos	4 Indivíduos	5 Indivíduos	6 e + Indivíduos	Total
<b>Pobres (contos)</b>	25.630	123.969	279.638	719.538	875.898	5.400.757	7.425.432
<b>Não Pobres (contos)</b>	3.311.299	4.022.062	6.208.551	8.160.788	7.395.569	13.487.103	42.585.372
<b>Total (contos)</b>	3.336.928	4.146.031	6.488.190	8.880.326	8.271.467	18.887.860	50.010.803
<b>% no Tot das Receitas das Famílias</b>	7	8	13	18	17	38	100
<b>Numero de Famílias Pobres</b>	335	944	1776	3522	4052	16064	26693
<b>Numero de Famílias Não Pobres</b>	7819	8276	10942	12237	10700	18590	68564
<b>Numero de Famílias Total</b>	8154	9220	12718	15759	14752	34654	95257
<b>Rendimento Médio Mensal das Famílias Pobres (contos)</b>	6	11	13	17	18	28	23
<b>Rendimento Médio Mensal das Famílias Não Pobres (contos)</b>	35	40	47	56	58	60	52
<b>Rendimento Médio Mensal das Famílias (contos)</b>	34	37	43	47	47	45	44

No entanto, o rendimento *per capita* tende a diminuir com o aumento da dimensão da família, pelo que é por essa razão que quanto mais numerosa for a família mais probabilidades ela tem de ser pobre.

## **III - HABITAÇÃO E CONFORTO**

### III - HABITAÇÃO E CONFORTO

#### 1. Tipo de Habitação

Dos 95.257 agregados familiares registados no âmbito do último IDRF, 81.747, vivem em casa individual ou seja apenas 15% dos agregados cabo-verdianos vivem em outros tipos de habitação, com realce pela parte de casa que regra geral, não tem condições adequadas de habitabilidade e onde vivem cerca de 8% das famílias.

#### Distribuição dos agregados familiares por tipo de habitação segundo a ilha de residência

Tipo de Habitação	Ilha de residência													
	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Total</b>	95.257	100	10.269	100	15.757	100	7.597	100	22.370	100	27.918	100	11.346	100
Casa individual	81.747	86	9.172	89	12.274	78	7.028	93	17.531	78	26.597	95	9.145	81
Apartamento	3.978	4	203	2	1.031	7	76	1	1.981	9	396	1	291	3
Vivenda	653	1	0	0	345	2	24	0	135	1	22	0	127	1
Baraca	1.213	1	203	2	554	4	23	0	65	0	78	0	290	3
Parte de casa	7.666	8	691	7	1.553	10	446	6	2.658	12	825	3	1.493	13

Nas outras ilhas, na cidade da Praia e em São Vicente proporções não desprezíveis de famílias vivem em parte de casa (13, 12 e 10% respectivamente). O apartamento é o tipo de habitação de 7 e 9% das famílias de São Vicente e da Praia Urbano respectivamente.

Dos 26.693 agregados familiares pobres residentes em Cabo Verde, 24.176 vivem em casa individual e 1.732 em parte de casa. O primeiro tipo tem maior expressão no interior de Santiago (98%) e menor em São Vicente (77%). São Vicente é a ilha onde os pobres tem piores condições de habitação, pois ali cerca de 23% destes moram em barraca ou em parte de casa.

Dito de outro modo os pobres moram em casa individual, em barraca e em parte de casa enquanto que os não pobres vivem em apartamento ou vivenda. Os não pobres moram principalmente em casa individual (84%) mas também nos outros tipos de habitação.

**Distribuição percentual dos agregados pobre e não pobres por tipo de habitação segundo a ilha de residência**

Tipo de habitação	Cabo Verde			Santo Antão			São Vicente			Fogo		
	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	100	100	100
Casa Individual	91	84	86	90	89	89	77	78	78	92	93	93
Apartamento	0	6	4	0	3	2	0	8	7	0	2	1
Vivenda	0	1	1	0	0	0	0	3	2	0	1	0
Barraca	3	1	1	2	2	2	13	2	4	1	0	0
Parte de Casa	7	9	8	8	6	7	10	10	10	7	5	6
Tipo de habitação	Praia Urbana			Resto de Santiago			Outras ilhas					
	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total			
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100			
Casa Individual	85	77	78	98	94	95	78	81	81			
Apartamento	0	10	9	0	2	1	1	3	3			
Vivenda	0	1	1	0	0	0	1	1	1			
Barraca	1	0	0	1	0	0	7	2	3			
Parte de Casa	14	12	12	2	4	3	13	13	13			

O caso de parte de casa tem assim maior expressão nos dois maiores centros urbanos do país. Na cidade capital é neste tipo de habitação que vivem 14% dos agregados pobres e cerca de 19% dos chefiados por mulher, e predomina na periferia da cidade, onde pululam os bairros de génese e expansão recentes, como Safende, Monteagarro, São Pedro Latada, e Bela Vista, bairros esses que albergam sobretudo pessoas que vieram do interior de Santiago, do Fogo e da Brava.

## **2. Principal fonte de energia para a iluminação**

A electricidade é hoje a principal fonte de iluminação que as famílias tem. Com efeito, dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, 55.836 tem energia eléctrica, seja a maioria (59%). Contudo ainda pelo menos 25.770 agregados ou seja 27% utilizam principalmente o petróleo na iluminação. Dito de outro modo, a electricidade e o petróleo são, em Cabo Verde, as principais fontes de energias para a iluminação.

**Distribuição percentual dos agregados familiares por fonte e energia para a iluminação segundo a ilha de residência e o estatuto face a pobreza**

Fonte de energia para Iluminação	Cabo Verde			Santo Antão			São Vicente			Fogo		
	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Gás	1	4	3	0	2	1	3	1	2	6	12	10
Electricidade	32	69	59	49	70	61	53	88	82	17	43	34
Petróleo	52	18	27	49	27	37	38	7	13	75	42	53
Vela	15	10	11	2	1	1	6	3	4	2	2	2
Fonte de energia para Iluminação	Praia Urbana			Resto de Santiago			Outras ilhas					
	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total	Pobres	N. Pobres	Total			
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100			
Gás	1	2	2	1	5	3	0	3	3			
Electricidade	38	84	77	19	40	31	49	77	71			
Petróleo	29	4	8	57	31	42	50	17	24			
Vela	32	10	13	23	25	24	1	3	3			

A cobertura eléctrica é particularmente elevada em São Vicente (82%) e na cidade da Praia (77%), os dois maiores centros urbanos do País.

O interior de Santiago é a única região do País com fraca cobertura eléctrica, ou seja onde menos de 1/3 dos agregados familiares estão ligados a rede eléctrica. Nessa região, o petróleo é ainda a principal fonte de energia para a iluminação (42%) e quase uma de cada quatro famílias utiliza principalmente a vela.

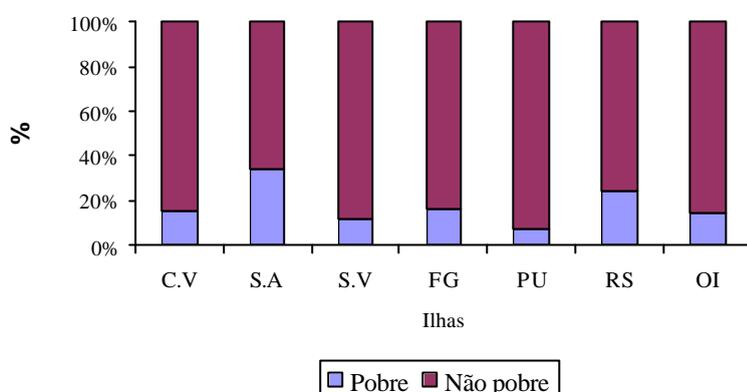
Porem não se pode descurar o facto de que nas outras ilhas cerca de 14% das familiares utilizarem ainda principalmente o petróleo.

O petróleo e a electricidade são as principais fontes de energia para a iluminação que os agregados familiares pobres utilizam. Dos 26.693 agregados familiares pobres, apenas 8.550 ou seja 32% tem electricidade enquanto que 69% dos agregados familiares não pobres tem acesso a esse fonte de energia. Cerca de 13.742 agregados familiares pobres (52%) utilizam principalmente o petróleo para a iluminação.

Assim ocorre, mesmo nas ilhas e regiões com maior cobertura eléctrica. Contudo é no Fogo que a fractura energética é mais severa entre os pobres e os não pobres pois ali, cerca de 75% dos agregados pobres utilizam principalmente o petróleo na iluminação. Seguem-se-lhe o interior de Santiago (57%) e as Outras ilhas (50%).

A vela é ainda muito utilizada tanto pelos agregados familiares pobres como pelos agregados não pobres do interior de Santiago (24%), mas particularmente pelos pobres da cidade da Praia (32%).

Distribuição percentual dos agregados familiares com electricidade segundo o estatuto face à pobreza



A electricidade é ainda sobretudo um privilégio dos não pobres. A grande maioria (85%) dos agregados com essa facilidade pertencem ao grupo «Não pobre». Esta tendência verifica-se a nível de todas as ilhas e regiões em análise mas a fractura é na Praia Urbana onde apenas 7% dos agregados com electricidade são pobres, e menor em Santo Antão onde pelo menos 34% dos agregados com acesso a essa fonte de energia é pobre.

### 3. Condições sanitárias dos agregados familiares

#### 3.1. A fonte de água de uso doméstico

A fonte de água de uso doméstico, a quantidade consumida, mas também, a posse de casa de banho e retrete e a forma de evacuação das águas residuais, definem o essencial do perfil sanitário das famílias, em especial num país escasso em água e montanhoso.

Distribuição dos agregados familiares por qualidade de água de uso doméstico segundo a ilha de residência

Qualidade da água de uso Doméstico	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	95.257	100	10.269	100	15.757	100	7.597	100	22.370	100	27.918	100	11.346	100
Água potável	72.483	76	8.447	82	12.241	78	3.887	51	19.941	89	17.723	64	10.244	90
Água potável	22.774	24	1.822	18	3.516	22	3.710	49	2.429	11	10.195	37	1.102	10

Em Cabo Verde, a adução de água potável foi sempre uma das prioridades das políticas públicas. Hoje, não obstante a escassez e a irregularidade das chuvas mas também a orografia do país, dos 95.257 agregados familiares residentes no país, 72.483 ou seja a grande maioria (76%) tem acesso a

água potável. Assim é a nível de todas as ilhas, muito embora com maior ou menor incidência, variando entre um mínimo de 51% no Fogo e um máximo de 90% nas outras ilhas seguido da cidade da Praia com 89% . Neste particular Cabo Verde já realizou a meta 10 dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento – OMD.

Contudo isto não deve ofuscar o esforço que ainda muitas famílias fazem para ter água potável, que representa dispêndio de tempo e de energia que poderia ser aplicado em outras tarefas mais produtivas ou então, nas lides do lar ou melhor na educação das crianças.

**Distribuição dos agregados familiares por principal fonte de abastecimento de água de uso doméstico segundo a ilha de residência**

Princ fonte de agua de uso domestico	Cabo Verde	S. Antão	S Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto Santiago	Outras ilhas
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Canal	33	31	53	25	36	18	42
Autotanque	8	3	14	2	15	4	4
Chafariz	36	49	12	24	38	42	45
Cisterna domiciliaria	5	1	0	37	0	4	2
Outras fontes distribuição	19	17	22	12	11	32	7

Com efeito, ainda apenas 1 de cada 3 agregados familiares estão ligados a rede pública de água, 8 de cada 100 obtém água de autotanque, e 5% utiliza água de cisterna domiciliaria, ou seja, cerca de 46% dos agregados não tem de deslocar-se da casa para obter água de uso doméstico. Pelo menos 36% dos agregados obtém água de chafariz e os restantes (18%) de outras fontes (cisterna pública, poço e nascente) ou seja fora da casa, o que implica deslocação, gasto de tempo e de energia.

S.Vicente e Fogo são as duas ilhas onde a maioria dos agregados obtém água sem esforço. Contudo, se nos referirmos a água potável, Fogo não integra este grupo visto que nessa ilha, a principal fonte de água é a cisterna domiciliaria (37%) que embora não exija esforço, não é uma fonte de água potável. São Vicente é assim a única ilha onde a maioria (53%) dos agregados obtém água potável sem esforço, ou seja estão ligadas a rede pública de água.

A cidade capital do País não é também excepção. Ali a cobertura em ligação domiciliaria (35%) suplanta, - em termos relativos, em apenas três pontos percentuais a média nacional (33%) mas é inferior à das outras ilhas (Sal, São Nicolau, Boavista, Maio e Brava).

Como se pode ainda aferir do quadro anterior, com exceção da ilha do Fogo, o chafariz continua assim a ser a principal fonte de água de uso doméstico, com maior peso em Santo Antão (49%) sendo o interior de Santiago a região com menor cobertura de rede pública de água (18%).

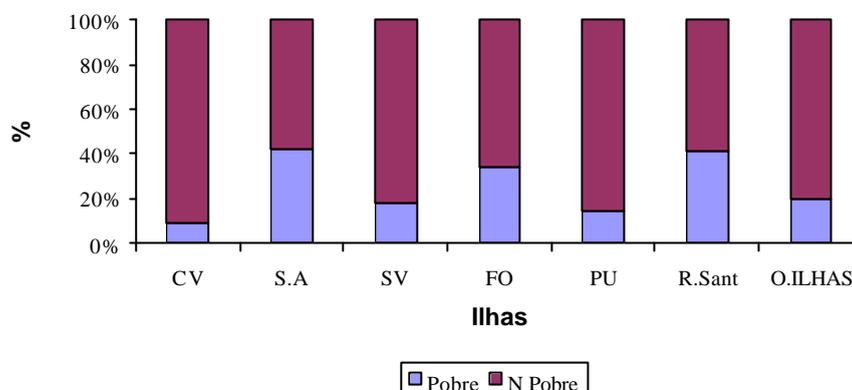
Os agregados pobres como os não pobres utilizam na sua maioria água potável, muito embora em proporções sempre não favoráveis aos pobres. É o esforço que os pobres fazem para obter água que faz diferença profunda com os não pobres. A nível nacional apenas 11 de cada 100 agregados pobres estão ligados à rede pública de água, enquanto que 41% dos agregados familiares não pobres tem essa facilidade.

**Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres por principal fonte de água de uso doméstico segundo a ilha de residência**

Princ fonte de água de uso Doméstico	Cabo Verde		Ilha de residência											
			Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Água rede públ	11	41	19	39	21	60	5	35	4	42	9	24	11	49
Auto-Tanque	4	10	3	3	11	14	1	2	8	16	3	5	0	5
Cisterna Dom	6	4	0	1	0	0	41	34	0	0	4	5	2	3
Cisterna Publica	3	2	1	1	5	2	9	8	1	0	4	2	2	1
Chafariz	51	30	60	41	27	8	37	18	73	32	46	38	72	38
Poço	4	1	0	0	1	0	0	0	0	0	8	3	4	2
Nascente	14	6	13	12	1	0	0	0	1	0	26	19	7	1
Levada	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Outro	7	7	4	3	36	16	6	3	14	10	1	3	2	2
<b>Potável</b>	<b>66</b>	<b>80</b>	<b>82</b>	<b>83</b>	<b>58</b>	<b>82</b>	<b>44</b>	<b>55</b>	<b>85</b>	<b>90</b>	<b>57</b>	<b>68</b>	<b>84</b>	<b>92</b>

O chafariz é a principal fonte de água dos agregados familiares pobres (51%) e em especial nas Outras ilhas e na cidade da Praia (72 e 73% respectivamente).

Distribuição percentual dos agregados familiares com ligação à rede pública de água segundo o estatuto face à pobreza



Assim, a nível nacional, de cada 100 agregados familiares com ligação à rede pública de água, apenas 9 é pobre. Esta tendência verifica-se a nível das ilhas, com menor realce no Resto de Santiago e em Santo Antão onde uma parte expressiva dos agregados com ligação à rede pública de água (41 e 42% respectivamente) é pobre, mas a fractura é mais severa na Praia Urbana e em São Vicente onde apenas 15 e 17% respectivamente dos agregados com ligação à rede de águas é pobre, ou seja a grande maioria (85 e 82% respectivamente) pertence ao grupo «Não Pobre» .

Em geral, são sobretudo os agregados pobres que recorrem ao poço e à nascente (4 e 14% respectivamente), especialmente no interior de Santiago onde pouco mais de 1/3 dos agregados pobres obtém água de uso doméstico principalmente dessas fontes não convencionais, seguido da ilha de Santo Antão . Contudo nessas ilhas também uma proporção menor mas não desprezível de agregados familiares não pobres utilizam principalmente água proveniente dessas fontes.

### **3.2. Posse de casa de banho com retrete**

A análise da posse de cada de banho e retrete informa sobre o local onde as pessoas defecam, mas também da posse de dispositivo adequado para a higiene pessoal. A posse de casa de banho contribui para o conforto da família, mas também para a qualidade do ambiente e em especial do ar que se respira, assim como para o abaixamento da propagação de doenças contagiosas, causadas por microrganismos transportados pelas moscas e outros insectos voadores, como as diarreias. A proporção da população com casa de banho e retrete permite assim inferir sobre a exposição da população ao risco destas doenças.

Repartição dos agregados por ilha de residência e posse de casa de banho com retrete segundo o estatuto face a pobreza e o sexo do chefe

Posse de casa de banho com retrete	TOTAL			Pobre			Não Pobre		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
<b>CABO VERDE</b>	<b>100</b>								
WC c/ Retrete	48	41	45	12	12	12	61	53	<b>58</b>
Sem WC c/ Retrete	52	60	55	88	88	88	39	47	43
<b>S. Antão</b>	<b>100</b>								
WC c/ Retrete	26	33	28	6	17	9	42	43	<b>42</b>
Sem WC c/ Retrete	74	67	72	94	83	91	58	57	58
<b>S. Vicente</b>	<b>100</b>								
WC c/ Retrete	63	60	62	18	28	24	70	69	<b>70</b>
Sem WC c/ Retrete	37	40	39	82	72	76	30	31	30
<b>Fogo</b>	<b>100</b>								
WC c/ Retrete	43	43	43	9	17	12	60	57	<b>59</b>
Sem WC c/ Retrete	57	57	57	92	83	88	41	43	41
<b>Praia Urbana</b>	<b>100</b>								
WC c/ Retrete	67	52	60	21	10	16	73	60	<b>68</b>
Sem WC c/ Retrete	34	49	40	79	90	84	27	40	32
<b>Resto de Santiago</b>	<b>100</b>								
WC c/ Retrete	22	25	33	6	8	27	34	36	<b>49</b>
Sem WC c/ Retrete	78	75	68	94	92	73	66	64	51
<b>Outras Ilhas</b>	<b>100</b>								
WC c/ Retrete	53	58	52	19	23	56	66	67	<b>48</b>
Sem WC c/ Retrete	47	42	48	81	77	44	35	33	52

Dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, apenas 42.670 , ou seja 45% tem casa de banho e retrete.

O *Quadro acima* permite ainda aferir que a posse de casa de banho com retrete é sobretudo um privilegio dos agregados familiares não pobres, com excepção de Santo Antão e do interior de Santiago. Em geral a grande maioria (88%) dos agregados pobres não possui casa de banho com retrete, com maior expressão em Santo Antão . As outras ilhas constituem excepção pois ali 56% dos agregados familiares pobres tem esse dispositivo.

### 3.3. Forma de evacuação das águas residuais

Se o destino dado as excretas e a posse de dispositivo privado para a higiene pessoal é importante para o conforto familiar e para a qualidade do ambiente, não menos importante é o destino às águas residuais.

Dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, 70.919 ou seja três em cada quatro dão destino impróprio às águas residuais ou seja deitam-nas no redor da casa ou então atiram-nas na natureza.

#### Repartição dos agregados por forma de evacuação das águas residuais, segundo ilha de residência

Forma de evacuação das águas residuais	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	95.257	100	10.269	100	15.757	100	7.597	100	22.370	100	27.918	100	11.346	100
Fossa Séptica	13.353	14	1.155	11	1.744	11	298	4	4.612	21	2.806	10	2.738	24
Rede de esgotos	10.985	12	447	4	7.638	49	240	3	1.909	9	199	1	552	5
Redor de Casa	50.975	54	4.207	41	4.839	31	4.083	54	13.007	58	20.993	75	3.846	34
Natureza	19.944	21	4.460	43	1.536	10	2.976	39	2.842	13	3.920	14	4.210	37
<b>Destino impróprio</b>	<b>70.919</b>	<b>75</b>	<b>8.667</b>	<b>84</b>	<b>6.375</b>	<b>41</b>	<b>7.059</b>	<b>93</b>	<b>15.849</b>	<b>71</b>	<b>24.913</b>	<b>89</b>	<b>8.056</b>	<b>71</b>

São Vicente é a única ilha onde a maioria (59%) dos agregados familiares dá destino adequado às águas residuais, especialmente através da rede de esgotos (49%). Nas restantes ilhas e regiões do País, a grande maioria dos agregados dão destino impróprio as águas residuais.

#### Distribuição dos agregados familiares pobres e não pobres por forma de evacuação de águas residuais, segundo a ilha de residência

Forma de Evacuação De águas residuais	Cabo Verde		Ilha de residência											
			Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre
<b>Total</b>	26.693	68.564	4.300	5.969	2.796	12.961	2.564	5.033	3.308	19.062	11.421	16.497	2.304	9.042
Fossa Séptica	686	12.667	156	999	71	1.673	0	298	115	4.497	184	2.622	160	2.578
Rede de esgotos	708	10.277	26	421	622	7.016	14	226	0	1.909	25	174	21	531
Redor de Casa	17.544	33.431	1.665	2.542	1.563	3.276	1.309	2.774	2.624	10.383	9.373	11.620	1.010	2.836
Natureza	7.755	12.189	2.453	2.007	540	996	1.241	1.735	569	2.273	1.839	2.081	1.113	3.097
<b>Destino impróprio</b>	<b>25.299</b>	<b>45.620</b>	<b>4.118</b>	<b>4.549</b>	<b>2.103</b>	<b>4.272</b>	<b>2.550</b>	<b>4.509</b>	<b>3.193</b>	<b>12.656</b>	<b>11.212</b>	<b>13.701</b>	<b>2.123</b>	<b>5.933</b>

O quadro acima permite aferir que a evacuação imprópria das águas residuais e também um dos sintomas da pobreza. Com efeito dos 26.693 pobres, 25.299 ou seja 75% atiram as águas residuais em redor da casa (17.544) ou na natureza (7.755). Contudo os não pobres não marcam diferença expressiva, neste particular, pois cerca de 67% dos agregados não pobres também dão destino impróprio as águas residuais.

**Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres por forma de evacuação de águas residuais, segundo a ilha de residência**

Forma de Evacuação De águas residuais	Ilha de residência													
	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Fossa Séptica	14	19	4	17	3	13	0	6	4	24	2	16	7	29
Rede de esgotos	12	15	1	7	22	54	1	5	0	10	0	1	1	6
Redor de Casa	54	49	39	43	56	25	51	55	79	55	82	70	44	31
Natureza	21	18	57	34	19	8	48	35	17	12	16	13	48	34
<b>Destino impróprio</b>	<b>75</b>	<b>67</b>	<b>96</b>	<b>76</b>	<b>75</b>	<b>33</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	<b>97</b>	<b>66</b>	<b>98</b>	<b>83</b>	<b>92</b>	<b>66</b>

Na cidade da Praia cerca de 97% dos agregados pobres atiram as águas residuais em redor da casa ou na natureza, e o mesmo se passa com a maioria (66%) dos agregados familiares não pobres, isto numa cidade capital onde vivem mais de 412 hab/km<sup>2</sup>. São Vicente é a única ilha onde uma minoria (33%) dos agregados não pobres dão destino adequado às águas residuais.

### **3.4. Fonte de energia para preparação dos alimentos**

A principal fonte de energia utilizada na preparação dos alimentos determina o tempo da cozedura, mas também a higiene na cozinha, assim como o esforço. Após a independência, os sucessivos governos de Cabo Verde promoveram a utilização do gás na cozinha, nomeadamente com a introdução do camping gás. Esta medida visou diminuir paulatinamente uso da lenha e debelar a ameaça que pairava sobre a cobertura vegetal do país, ou seja, promover o equilíbrio ambiental e, ao mesmo tempo o bem estar das populações.

**Repartição dos agregados familiares por principal fonte de energia utilizada na cozinha segundo a ilha de residência**

Fonte de energia na cozinha	Ilha de residência													
	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Total</b>	<b>95.257</b>	<b>100</b>	<b>10.269</b>	<b>100</b>	<b>15.757</b>	<b>100</b>	<b>7.597</b>	<b>100</b>	<b>22.370</b>	<b>100</b>	<b>27.918</b>	<b>100</b>	<b>11.346</b>	<b>100</b>
Carvão	384	0	47	1	96	1	19	0	84	0	57	0	81	1
Lenha	31.316	<b>33</b>	5.093	<b>50</b>	534	3	4.088	<b>54</b>	2.084	<b>9</b>	17.419	<b>62</b>	2.098	<b>19</b>
Petróleo	443	1	67	1	85	1	118	2	40	0	112	0	21	0
Gás	59.960	<b>63</b>	4.649	<b>45</b>	14.454	<b>92</b>	3.193	<b>42</b>	19.314	<b>86</b>	9.869	<b>35</b>	8.481	<b>75</b>
Electricidade	278	0	28	0	36	0	0	0	169	1	35	0	10	0
Não Prepara	2.876	3	385	4	552	4	179	2	679	3	426	2	655	6

Como se pode aferir do quadro acima, hoje, o gás e a lenha são praticamente os únicos combustíveis utilizados na cozinha. Dos 95257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, 91276 ou seja cerca de 96% utilizam esses tipos de combustíveis e destes, 59960 utilizam principalmente o gás.

A introdução do gás na cozinha é sim uma das conquistas da independência. Contudo, alguma ameaça continua a pairar sobre a cobertura vegetal, pois 1/3 dos agregados familiares continuam a utilizar principalmente a lenha na cozinha

Contudo a utilização do gás é particularmente intensa na cidade da Praia (86%) e em São Vicente (92%), os dois maiores centros urbanos do país, mas também nas outras ilhas (Sal, São Nicolau, Boavista, Brava e Maio). Nas ilhas e regiões predominantemente rurais a lenha continua sendo a principal fonte de energia, e em especial no interior de Santiago onde pelo menos 62 de cada 100 agregados familiares utilizam principalmente a lenha.

#### Distribuição dos agregados familiares pobres e não pobres por fonte de energia utilizada na cozinha segundo a ilha de residência

Fonte de energia na cozinha	Ilha de residência													
	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre
<b>Total</b>	<b>26.693</b>	<b>68.564</b>	<b>4.300</b>	<b>5.969</b>	<b>2.796</b>	<b>12.961</b>	<b>2.564</b>	<b>5.033</b>	<b>3.308</b>	<b>19.062</b>	<b>11.421</b>	<b>16.497</b>	<b>2.304</b>	<b>9.042</b>
Carvão	144	240	16	31	51	45	19	0	19	65	0	57	39	42
Lenha	16.598	14.718	2.784	2.309	254	280	1.983	2.105	985	1.099	9.471	7.948	1.121	977
Petróleo	123	320	20	47	23	62	24	94	0	40	56	56	0	21
Gás	9.573	50.387	1.397	3.252	2.459	11.995	538	2.655	2.219	17.095	1.816	8.053	1.144	7.337
Electricidade	17	261	0	28	0	36	0	0	0	169	17	18	0	10
Não Prepara	238	2.638	83	302	9	543	0	179	85	594	61	365	0	655

#### Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres por fonte de energia utilizada na cozinha segundo a ilha de residência

Fonte de energia na cozinha	Cabo Verde		Ilha de residência											
			Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre	Pobre	Npobre
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Carvão	1	0	0	1	2	0	1	0	1	0	0	0	2	1
Lenha	<b>62</b>	22	<b>65</b>	39	9	2	<b>77</b>	42	30	6	83	48	49	11
Petróleo	1	1	1	1	1	1	1	2	0	0	1	0	0	0
Gás	<b>36</b>	<b>74</b>	<b>33</b>	<b>55</b>	<b>88</b>	<b>93</b>	<b>21</b>	<b>53</b>	<b>67</b>	<b>90</b>	16	<b>49</b>	50	<b>81</b>
Electricidade	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Não Prepara	1	4	2	5	0	4	0	4	3	3	1	2	0	7

Contudo, pode-se aferir que a lenha é, por excelência, o combustível dos pobres, pois, em geral, os agregados familiares não pobres utilizam predominantemente o gás na preparação dos alimentos.

Dos 26.693 agregados familiares pobres, 16.598, ou seja 62% utilizam principalmente a lenha na preparação dos alimentos, enquanto que cerca de 74% dos agregados familiares não pobres utilizam principalmente o gás. Assim ocorre nas diversas ilhas e regiões do País com exceção de São Vicente que é a única ilha onde o gás é o combustível dos pobres (88%) quanto dos não pobres (93%). Em Santo Antão, no Fogo como no interior de Santiago, são expressivas as proporções de agregados familiares não pobres que utilizam principalmente a lenha na cozinha (39, 42 e 48% respectivamente). De notar ainda que em Santo Antão e nas outras ilhas cerca de 5 e 7% dos agregados familiares não pobres declararam não preparar as refeições em casa.

#### **4. Nivel de conforto<sup>6</sup>**

O nível de conforto é um indicador compósito que informa sobre o conforto em que vivem os agregados familiares, e é fortemente influenciado pela disponibilidade de alguns serviços como o de fornecimento de energia eléctrica, mas também de ligação domiciliária de água potável.

##### **Distribuição dos agregados familiares por nível de conforto segundo a ilha de residência**

<sup>6</sup> No IDRF 2001/02 observou-se todas as variáveis relativas à habitação registadas no Censo 2000, designadamente, as relativas à forma de acesso à água potável, à fonte de energia para a preparação dos alimentos e para a iluminação, à posse de casa de banho e retrete, de rádio, televisão automóvel, frigorífico, videocassete, variáveis essas que dão algumas indicações sobre o nível de vida das famílias. Foi assim possível construir o indicador Índice de Conforto. A partir do índice de conforto que varia de 0 a 100, o Instituto Nacional de Estatística se fixou uma escala de valores para níveis de conforto como se segue: Os agregados cujo índice é inferior ou igual a 20 foram classificados como possuindo nível de conforto «muito baixo». Os cujo índice de conforto é superior a 20 e inferior ou igual a 40 tem nível de conforto «baixo», sendo assim «médio» para os cujo índice é superior a 40 e inferior ou igual a 60, «alto» para os cujo índice é superior a 60 e inferior ou igual a 80 e «muito alto» para os cujo índice é superior a 80 e inferior ou igual a 100.

Nível de conforto	Ilha de residência													
	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Sant.		Outras ilhas	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	95.257	100	10.269	100	15.757	100	7.597	100	22.370	100	27.918	100	11.346	100
M. Baixo	29.276	<b>31</b>	3.715	36	1.881	12	3.293	43	3.007	13	15.450	55	1.930	17
Baixo	17.592	<b>19</b>	2.917	28	1.985	13	1.929	25	3.403	15	5.215	19	2.143	19
<b>BMBaixo</b>	<b>46.868</b>	<b>49</b>	<b>6.632</b>	<b>65</b>	<b>3.866</b>	<b>25</b>	<b>5.222</b>	<b>69</b>	<b>6.410</b>	<b>29</b>	<b>20.665</b>	<b>74</b>	<b>4.073</b>	<b>36</b>
Médio	14.093	15	1.241	12	2.293	15	865	11	4.204	19	3.317	12	2.173	19
Alto	18.753	20	1.631	16	4.820	31	874	12	5.838	26	2.565	9	3.025	27
M. Alto	15.543	16	765	7	4.778	30	636	8	5.918	27	1.371	5	2.075	18
<b>Alto M Alto</b>	<b>34.296</b>	<b>36</b>	<b>2.396</b>	<b>23</b>	<b>9.598</b>	<b>61</b>	<b>1.510</b>	<b>20</b>	<b>11.756</b>	<b>53</b>	<b>3.936</b>	<b>14</b>	<b>5.100</b>	<b>45</b>

Dos 95.257 agregados familiares residentes em Cabo Verde, 46.868, ou seja quase um em cada dois tem nível de conforto baixo ou muito baixo, 14.093, ou seja 15% tem nível de conforto médio e 34.296, ou seja 35% tem nível de conforto alto ou muito alto.

O nível de conforto determina profundas diferenças entre as ilhas. Nas ilhas de Santo Antão, do Fogo e no interior de Santiago a grande maioria dos agregados tem nível de conforto baixo ou muito baixo variando entre um mínimo de 65% em Santo Antão e um máximo de 74% no interior de Santiago. Trata-se de ilhas e regiões predominantemente rurais.

O nível de conforto traduz também a fractura energética entre as ilhas e sobretudo entre o meio urbano e rural. À elevada cobertura eléctrica de Santo Antão deve-se, pelo menos em parte o facto de que proporção menor de agregados desta ilha terem nível de conforto baixo ou muito baixo, neste grupo de ilhas e regiões, tendo em conta que se trata-se da ilha com maior incidência da pobreza em Cabo Verde.

São Vicente é a ilha com maior proporção (61%) de agregados familiares com nível de conforto alto ou muito alto, e o interior de Santiago encontra-se no extremo inferior, pois, nessa região apenas 14% dos agregados tem nível de conforto alto ou muito alto.

#### Distribuição dos agregados familiares pobres e não pobres por nível de conforto segundo a ilha de residência

Nível de conforto	Ilha de residência													
	Cabo Verde		Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre
Total	26.693	68.564	4.300	5.969	2.796	12.961	2.564	5.033	3.308	19.062	11.421	16.497	2.304	9.042
M. Baixo	15.951	13.325	2.056	1.659	1.070	811	1.791	1.502	1.543	1.464	8.535	6.915	956	974
Baixo	5.969	11.623	1.546	1.371	686	1.299	512	1.417	896	2.507	1.771	3.444	558	1.585
Médio	3.022	11.071	407	834	502	1.791	204	661	636	3.568	760	2.557	513	1.660
Alto	1.505	17.248	231	1.400	519	4.301	38	836	212	5.626	282	2.283	223	2.802
M. Alto	246	15.297	60	705	19	4.759	19	617	21	5.897	73	1.298	54	2.021
<b>BaixoMBAixo</b>	<b>21.920</b>	<b>24.948</b>	<b>3.602</b>	<b>3.030</b>	<b>1.756</b>	<b>2.110</b>	<b>2.303</b>	<b>2.919</b>	<b>2.439</b>	<b>3.971</b>	<b>10.306</b>	<b>10.359</b>	<b>1.514</b>	<b>2.559</b>
<b>Alto M Alto</b>	<b>1.751</b>	<b>32.545</b>	<b>291</b>	<b>2.105</b>	<b>538</b>	<b>9.060</b>	<b>57</b>	<b>1.453</b>	<b>233</b>	<b>11.523</b>	<b>355</b>	<b>3.581</b>	<b>277</b>	<b>4.823</b>

O nível de conforto distingue também os agregados pobres dos não pobres. Dos 26.693 agregados familiares pobres 21.920 ou seja, 82% tem nível de conforto baixo ou muito baixo e apenas 1.751 ou seja 7% tem nível de conforto alto ou muito alto enquanto que cerca de 48% dos agregados familiares não pobres tem nível de conforto alto ou muito alto e apenas 36% tem nível de conforto baixo ou muito baixo.

**Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres por nível de conforto segundo a ilha de residência**

Nível de conforto	Cabo Verde		Ilha de residência											
			Santo Antão		São Vicente		Fogo		Praia Urbano		Resto Santiago		Outras ilhas	
	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre	Pobre	NPobre
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
M. Baixo	60	19	48	28	38	6	70	30	47	8	75	42	42	11
Baixo	22	17	36	23	25	10	20	28	27	13	16	21	24	18
Médio	11	16	10	14	18	14	8	13	19	19	7	16	22	18
Alto	6	25	5	24	19	33	2	17	6	30	3	14	10	31
M. Alto	1	22	1	12	1	37	1	12	1	31	1	8	2	22
<b>Baixo M Baixo</b>	<b>82</b>	<b>36</b>	<b>84</b>	<b>51</b>	<b>63</b>	<b>16</b>	<b>90</b>	<b>58</b>	<b>74</b>	<b>21</b>	<b>90</b>	<b>63</b>	<b>66</b>	<b>28</b>
<b>Alto M Alto</b>	<b>7</b>	<b>48</b>	<b>7</b>	<b>35</b>	<b>19</b>	<b>70</b>	<b>2</b>	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>61</b>	<b>3</b>	<b>22</b>	<b>12</b>	<b>53</b>

A distribuição dos agregados por nível de conforto varia entre as ilhas, com o nível de urbanização. É na Praia Urbano e em São Vicente que se registam maiores proporções de agregados familiares não pobres com nível de conforto alto ou muito alto (61 e 70% respectivamente). Em Santo Antão, no Fogo como no resto de Santiago, a maioria dos agregados não pobres tem nível de conforto baixo ou muito baixo (51, 58 e 63% respectivamente).

## **IV - ANÁLISE NUTRICIONAL**

## INTRODUÇÃO

A situação do estado nutricional das pessoas depende principalmente da quantidade e da qualidade dos alimentos ingeridos diariamente pelas pessoas.

A ingestão alimentar insuficiente, em quantidade ou qualidade, durante longos períodos de tempo produzem efeitos mensuráveis no corpo humano, como o atraso no crescimento das crianças, ou uma redução do peso corporal dos adultos, assim como uma menor resistência às doenças. Assim, o exame de medidas antropométricas pode, por vezes, confirmar desequilíbrios de ordem nutricional, observados a partir dos dados de consumo alimentar e de informações sobre morbidade e saúde.

Diverso organismos internacionais preocupados com os problemas nutricionais e de saúde (WHO, FAO, e outros), tem concordado numa serie de normas de referencia que possibilitam avaliar o estado nutricional dos indivíduos utilizando as medidas antropométricas.

A avaliação do estado nutricional das pessoas de Cabo Verde foi feita utilizando as técnicas de obtenção dessas medidas e normas de avaliação definidas pelos organismos internacionais mencionados acima. O peso das crianças foi obtido utilizando balanças electrónicas e o peso registrado em Kg com uma virgula decimal (hectogramas). A altura das crianças foi obtida com dispositivos especiais de medida e registrada em cm.

### 1. Índice de Massa Corporal – Adultos de 18 a 60 Anos

O Índice de Massa Corporal é o indicador antropométrico, utilizado para fazer a avaliação nutricional dos adultos de 18 a 60 anos. É calculado através do quociente entre o peso (Quilograma) e a altura (metro) ao quadrado cuja expressão é:

$$\text{IMC} = \frac{\text{peso (kg)}}{\text{altura}^2 \text{ (m)}}$$

## ANÁLISE

Segundo os dados do IDRF, existe 196.344 indivíduos de 18 a 60 anos dos quais 174.027 Indivíduos responderam as perguntas relacionadas com o Índice de Massa Corporal. Desses, 2% tem deficiência crónica de Energia e 5% está acima do Peso recomendado.

**Distribuição dos Indivíduos de 18 a 60 anos por Estatuto na Pobreza e Sexo Segundo o Índice de Massa Corporal**

Classes de Índice de Massa Corporal	POBRES			NÃO POBRES			TOTAL		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Deficiencia Cronica de Energia	221	723	944	662	1.145	1.807	883	1.868	2.751
Normal com Peso Baixo	910	1.833	2.743	2.006	3.171	5.177	2.916	5.004	7.920
Peso Normal	19.437	20.137	39.574	38.605	37.737	76.342	58.042	57.874	115.916
Normal com Sobrepeso	3.294	6.443	9.737	12.341	16.101	28.442	15.635	22.544	38.179
Obesos	315	1.551	1.866	1.838	5.557	7.395	2.153	7.108	9.261
Total	24.177	30.687	54.864	55.452	63.711	119.163	79.629	94.398	174.027

Em relação ao Estatuto na Pobreza, podemos observar que não existe muita diferença, no Índice de Massa Corporal, entre os indivíduos pobres e os não pobres.

Quanto ao sexo, nota-se que as mulheres são mais afectadas pela deficiência crónica de energia do que os homens, tanto nos pobres como nos não pobres, com 2% respectivamente, enquanto que somente 1% dos homens tem deficiência crónica de energia.

**Distribuição Percentual dos Indivíduos de 18 a 60 anos por Estatuto da Pobreza e Sexo Segundo o Índice de Massa Corporal**

Classes de Índice de Massa Corporal	POBRES			NÃO POBRES			TOTAL		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Deficiência Crónica de Energia	1	2	2	1	2	2	1	2	2
Normal com Baixo Peso	4	6	5	4	5	4	4	5	5
Peso Normal	80	66	72	70	59	64	73	61	67
Normal com Sobrepeso	14	21	18	22	25	24	20	24	22
Obesos	1	5	3	3	9	6	3	8	5
<b>Total</b>	<b>100</b>								

Podemos observar que a maior proporção de indivíduos com deficiência crónica de energia encontra-se nos indivíduos entre os 18 e 24 anos com 3%. Essa proporção é um pouco mais elevada nos

**Distribuição Percentual dos Indivíduos de 18 a 60 anos por Estatuto na Pobreza e Grupo Etário Segundo o Índice de Massa Corporal**

Índice de Massa Corporal	POBRES				NÃO POBRES				TOTAL			
	18 a 24	25 a 49	50 e mais	TOTAL	18 a 24	25 a 49	50 e mais	TOTAL	18 a 24	25 a 49	50 e mais	TOTAL
Deficiência Crónica de Energia	2	1	3	2	3	1	2	2	3	1	2	2
Normal com Peso Baixo	7	4	4	5	8	3	3	4	8	3	3	5
Peso Normal	78	70	63	72	77	62	46	64	78	64	51	67
Normal com Sobrepeso	11	20	25	18	11	27	37	24	11	25	33	22
Obesos	1	4	5	3	1	7	12	6	1	6	10	5
<b>Total</b>	<b>100</b>											

Indivíduos não pobres.

Não existe diferença significativa entre as ilhas, quando se fala de deficiência crónica de energia como podemos observar no quadro a seguir.

**Distribuição Percentual dos Indivíduos de 18 a 60 anos por Estatuto na Pobreza e Ilha de Residência Segundo o Índice de Massa Corporal**

Índice de Massa Corporal	POBRE						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	TOTAL
Deficiência Crónica de Energia	2	2	2	1	2	2	2
Normal com Peso Baixo	8	6	4	6	3	5	5
Peso Normal	78	70	75	61	74	69	72
Normal com Sobrepeso	11	17	16	25	18	23	18
Obesos	2	5	3	6	3	1	3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Índice de Massa Corporal	NÃO POBRE						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	TOTAL
Deficiência Crónica de Energia	2	2	1	2	0	2	2
Normal com Peso Baixo	4	5	5	4	4	5	4
Peso Normal	76	64	69	57	69	62	64
Normal com Sobrepeso	17	23	23	28	21	25	24
Obesos	2	5	2	9	6	6	6
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Índice de Massa Corporal	TOTAL CV						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	TOTAL
Deficiência Crónica de Energia	2	2	1	2	1	2	2
Normal com Peso Baixo	6	5	5	4	4	5	5
Peso Normal	77	66	71	58	71	64	67
Normal com Sobrepeso	14	22	21	27	20	24	22
Obesos	2	5	3	9	5	5	5
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Do mesmo modo que não existe diferença entre as ilhas, o mesmo acontece com os meios de residência, quanto a deficiência crónica de energia. Com 2% dos indivíduos no meio urbano e 1% no meio rural com deficiência crónica de energia, tanto nos pobres como nos não pobres.

**Distribuição Percentual dos Indivíduos de 18 a 60 anos por Estatuto na Pobreza e Meio de Residência Segundo o Índice de Massa Corporal**

Índice de Massa Corporal	POBRES			NÃO POBRES			Total		
	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL
Deficiência Crónica de Energia	2	1	2	2	1	2	2	1	2
Normal com Peso Baixo	6	5	5	4	4	4	5	4	5
Peso Normal	67	75	72	61	71	64	62	73	67
Normal com Sobrepeso	20	16	18	25	20	24	24	18	22
Obesos	5	2	3	7	4	6	7	3	5
<b>Total</b>	<b>100</b>								

## 2. Crianças de 0 a 5 anos com Insuficiência Crónica de Energia

Das 64.213 Crianças existentes de 0 a 5 anos, 28.804 (45%) pertencem as famílias pobres e 34.924 (55%) pertencem as famílias não pobres.

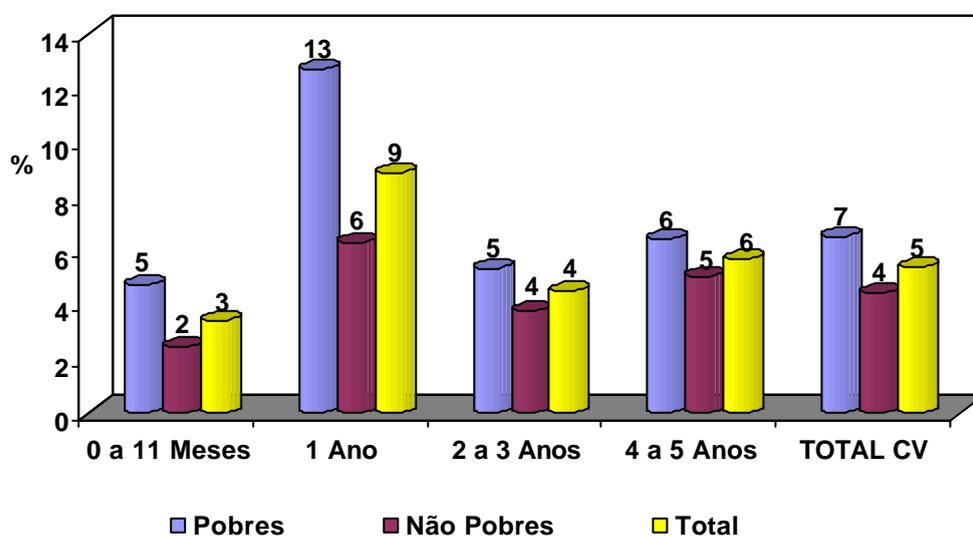
**Distribuição das Crianças de 0 a 5 anos por Estatuto na Pobreza e Sexo segundo Idade**

GRUPOS DE IDADE	POBRES			NÃO POBRES			TOTAL		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
<b>0 a 11 Meses</b>	1.949	1.995	3.944	2.472	2.534	5.006	4.421	4.529	8.950
<b>1 Ano</b>	1.621	1.830	3.451	2.691	2.475	5.166	4.312	4.305	8.617
<b>2 a 3 Anos</b>	5.335	5.004	10.339	6.504	5.924	12.428	11.839	10.928	22.767
<b>4 a 5 Anos</b>	5.580	4.975	10.555	7.241	6.083	13.324	12.821	11.058	23.879
<b>Total</b>	<b>14.485</b>	<b>13.804</b>	<b>28.289</b>	<b>18.908</b>	<b>17.016</b>	<b>35.924</b>	<b>33.393</b>	<b>30.820</b>	<b>64.213</b>

A insuficiência crónica de energia afecta mais as crianças pobres do que os não pobres com 7% das crianças pobres e 4% das crianças não pobres com insuficiência crónica de energia.

É nas crianças de 1 ano de idade, independentemente do sexo, onde encontramos maior prevalência de insuficiência crónica de energia. Nessa faixa etária, o efeito é mais significativo nos agregados pobres (13%) que nos agregados não pobres (6%). Na faixa etária de 4 a 5 anos a insuficiência crónica das crianças pobres é bem significativo, atingindo 6% dessas crianças.

**Distribuição Perc. das Crianças de 0 a 5 anos com Insuficiência Crónica de Energia**



Em relação ao sexo, é nos rapazes e nas meninas de 1 ano que vivem em famílias pobres, onde existe maior incidência de insuficiência crónica de energia com 14% de rapazes e 12% de meninas.

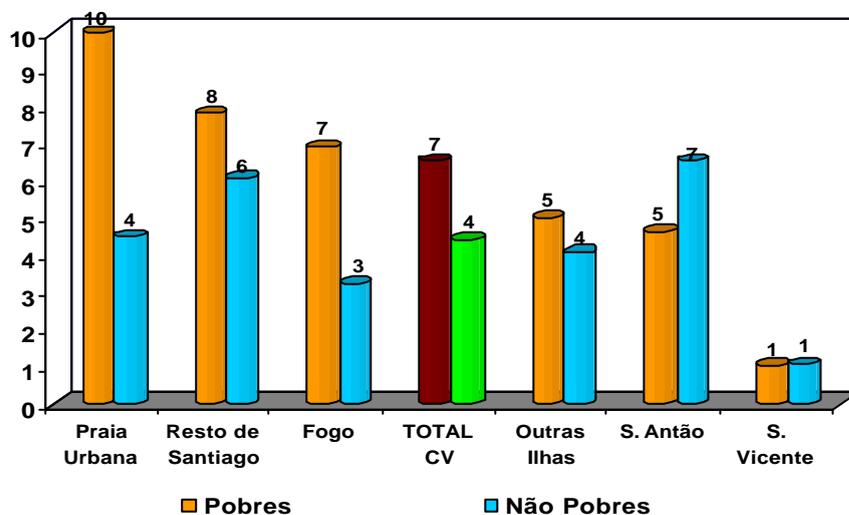
**Distribuição Percentual das Crianças de 0 a 5 anos com Deficiência Crónica de Energia por Estatuto na Pobreza e Sexo segundo Idade**

GRUPOS DE IDADE	POBRES			NÃO POBRES			TOTAL		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
0 a 11 Meses	3	6	5	4	1	2	4	3	3
1 Ano	14	12	13	8	5	6	10	8	9
2 a 3 Anos	4	6	5	3	4	4	4	5	4
4 a 5 Anos	7	6	6	5	5	5	6	5	6
<b>TOTAL CV</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

É na ilha de Santiago, onde temos maior incidência de crianças com insuficiência crónica de energia, com 10% de crianças pobres na Praia Urbana e 8% no resto de Santiago, seguido da ilha do Fogo com 7% de crianças pobres.

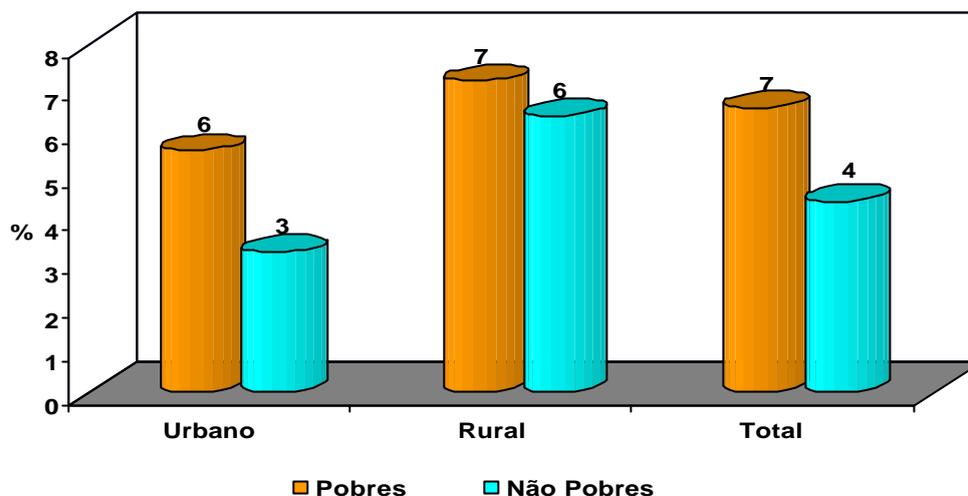
Curioso é a ilha de Santo Antão, onde existe mais crianças não pobres com deficiência crónica de energia do que crianças pobres com, 7 e 5% respectivamente. S. Vicente é a ilha com menos crianças com deficiência crónica de energia, tanto nas crianças pobres como nas crianças não pobres (1%).

**Distribuição Perc. das Crianças de 0 a 5 anos com Insuficiencia Crónica de Energia por Estatuto na Pobreza Segundo Ilha de Residencia**



É no meio Rural, onde existe maior incidência de insuficiência crónica de energia, tanto nas crianças pobres com nas crianças não pobres com 7 e 6% respectivamente. No meio Urbano essa proporção decresce para 6 e 3% de crianças pobres e não pobres com deficiência crónica de energia.

Distribuição Perc. das Crianças de 0 a 5 anos com Insuficiência Crónica de Energia por Estatuto na Pobreza Segundo Meio de Residência



### 3. Crianças 0 a 5 anos com Atraso no Crescimento

Verifica que 14% das crianças Cabo-verdianas dos 0 aos 5 anos tem problemas de atraso no crescimento com maior incidência nos rapazes (15%) do que nas meninas (13%).

Distribuição Percentual das Crianças de 0 a 5 anos com Atraso no Crescimento por Estatuto na Pobreza e Sexo segundo Idade

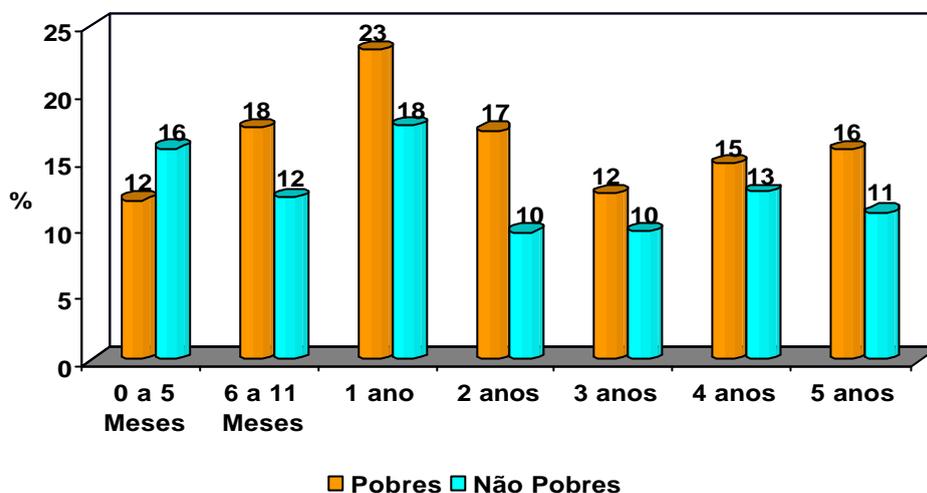
GRUPOS DE IDADE	POBRES			NÃO POBRES			TOTAL		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
0 a 5 Meses	14	10	12	19	13	16	17	12	14
6 a 11 Meses	19	16	18	12	13	12	15	14	15
1 ano	21	25	23	18	17	18	19	21	20
2 anos	20	15	17	13	6	10	16	11	13
3 anos	13	11	12	11	8	10	12	9	11
4 anos	13	18	15	14	11	13	13	14	14
5 anos	16	16	16	13	8	11	14	12	13
Total	16	16	16	14	10	12	15	13	14

Em relação ao estatuto na pobreza, são as crianças de 1 ano onde existe maior proporção de atraso no crescimento com 23% das crianças pobres e 18% das crianças não pobres seguido das crianças pobres entre 6 a 11 meses (18%).

A idade com menor proporção de crianças com atraso no crescimento é aos 3 anos com 12 e 10% de crianças pobres e não pobres respectivamente.

É de realçar o grupo etário dos 0 aos 5 meses, onde a prevalência de crianças com atraso no crescimento é mais acentuada nas crianças consideradas não pobres (16%), enquanto que nas crianças pobres a prevalência é de 12%

**Distribuição Perc. das Crianças de 0 a 5 anos com Atraso no Crescimento por Estatuto na Pobreza Segundo Grupos de Idade**

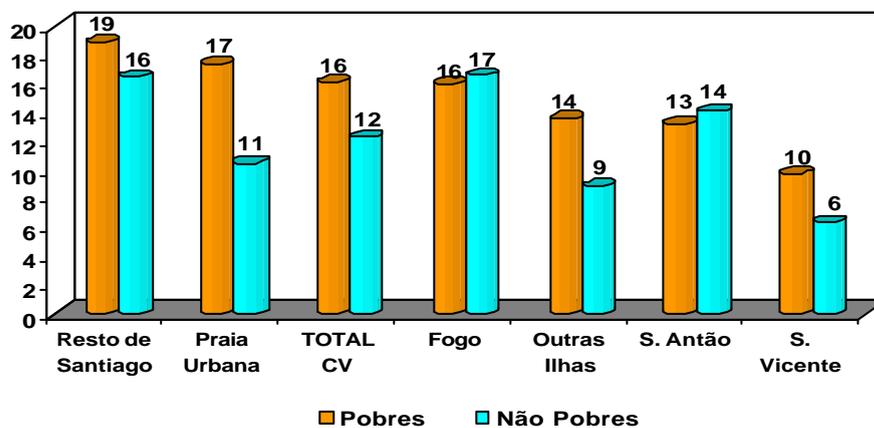


A Ilha de Santiago é a ilha com maior proporção de crianças com atraso no crescimento, sendo 12% na Praia Urbana e 18% no resto de Santiago com realce destaque para as crianças pobre (19% e 17% respectivamente).

É de realçar o caso da ilha do Fogo, por lado pela fraca disparidade entre os pobres e não pobres, por outro lado, por ser a ilha onde a prevalência de crianças não pobres de 1 ano, com atraso no crescimento, é a mais acentuada do País (17%) .

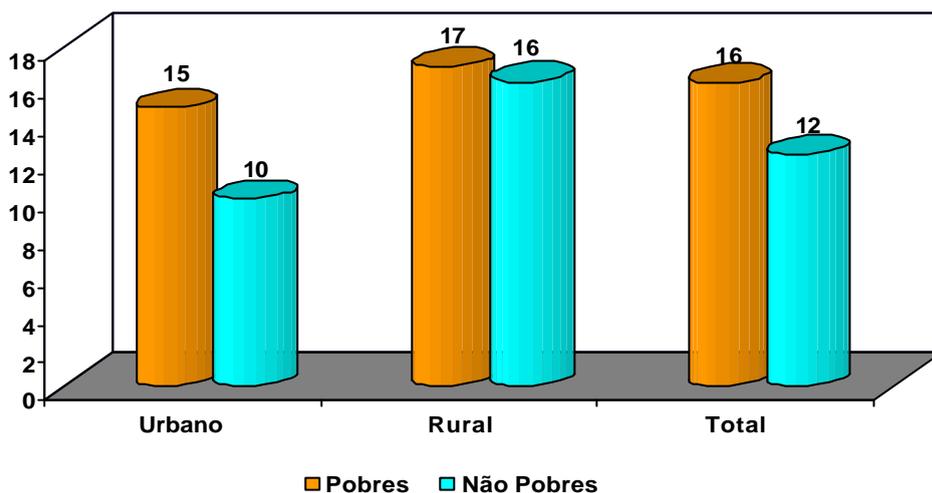
A ilha de S. Vicente é a ilha com menor proporção de crianças com atraso no crescimento com 10% crianças pobres e 6% de crianças não pobres.

**Distribuição Perc. das Crianças de 0 a 5 anos com Atraso no Crescimento por Estatuto na Pobreza Segundo Ilha de Residencia**



Em relação ao meio de residência, temos maior incidência de crianças com atraso no crescimento no meio rural do que no meio urbano. Isso acontece tanto nos agregados pobres como nos agregados não pobres, atingindo 17 e 16% de crianças respectivamente.

**Distribuição Perc. das Crianças de 0 a 5 anos com Atraso no Crescimento por Estatuto na Pobreza Segundo Meio de Residência**



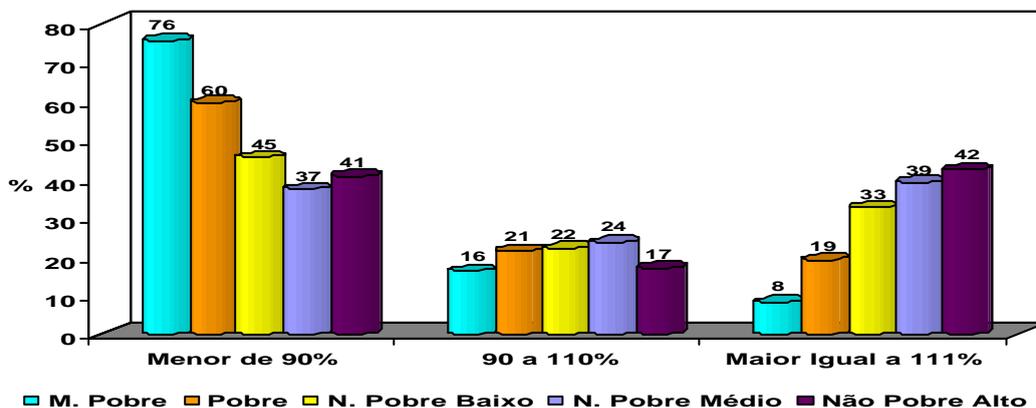
#### *4. Adequação do Consumo Alimentar*

##### **Adequação Calórica Recomendada dos Agregados Familiares**

Um em cada dois Cabo-verdianos tem uma adequação calórica inferior a 90%.

A proporção dos agregados com adequação calórica inferior ou igual a 90 % aumenta a medida que aumenta o grau da pobreza. Inversamente, a proporção dos agregados com adequação calórica superior a 110% tende a aumentar a medida que aumenta o seu nível de rendimento.

**Distribuição Percentual dos Agregados Familiares por Estatuto na Pobreza segundo Adequação Calórica Recomendada**



Em todas as ilhas, a adequação calórica dos agregados está fortemente ligada a pobreza. Cerca de 78% dos Agregados pobres da ilha de S. Vicente e Praia Urbana, possuem uma adequação calórica menor ou igual a 90%, seguido da ilha de S. Antão (71%). É na ilha de S. Antão onde temos maior proporção de agregados não pobres, (mais de metade- 56%) com uma adequação calórica menor ou igual a 90%.

**Distribuição Percentual dos Agregados Familiares por Adequação calórica recomendada segundo Estatuto na Pobreza e Ilha de Residencia**

Classes de Adequação Calórica Recomendada	POBRES						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	TOTAL
Menor de 90%	71	78	63	78	63	61	67
90 a 110%	21	8	21	13	20	25	19
Maior Igual a 111%	8	14	16	8	17	14	14
Total	100	100	100	100	100	100	100
Classes de Adequação Calórica Recomendada	NÃO POBRES						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	TOTAL
Menor de 90%	56	48	35	49	30	49	43
90 a 110%	24	23	25	21	22	18	22
Maior Igual a 111%	20	29	40	30	48	33	35
Total	100	100	100	100	100	100	100
Classes de Adequação Calórica Recomendada	TOTAL						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	TOTAL
Menor de 90%	64	53	45	54	44	52	50
90 a 110%	23	20	23	20	21	20	21
Maior Igual a 111%	14	26	32	27	35	29	29
Total	100	100	100	100	100	100	100

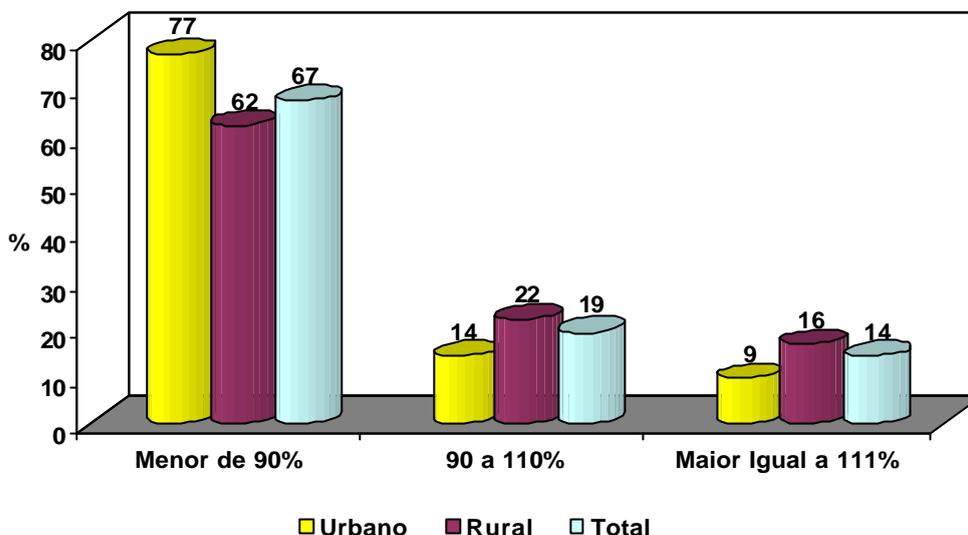
Em relação ao meio de residência, podemos concluir que os agregados que residem no meio rural possuem uma adequação calórica melhor que os agregados que residem no meio urbano. Isso é valido tanto para pobres como para os não pobres.

**Distribuição Perc. dos Agregados por Estatuto na Pobreza e Meio de Residencia segundo Adequação Calórica Recomendada**

Classes de Adequação Calórica Recomendada	POBRES			NÃO POBRES			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Menor de 90%	77	62	67	49	34	43	54	46	50
90 a 110%	14	22	19	22	21	22	21	21	21
Maior Igual a 111%	9	16	14	29	45	35	25	33	29
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

A proporção de agregados pobres do meio urbano (77%) com adequação calórica menor ou igual a 90% é maior que a proporção de agregados pobres do meio rural (62%).

Distribuição Perc. dos Agregados Pobres por Meio de Residencia segundo Adequação Calorica Recomendada

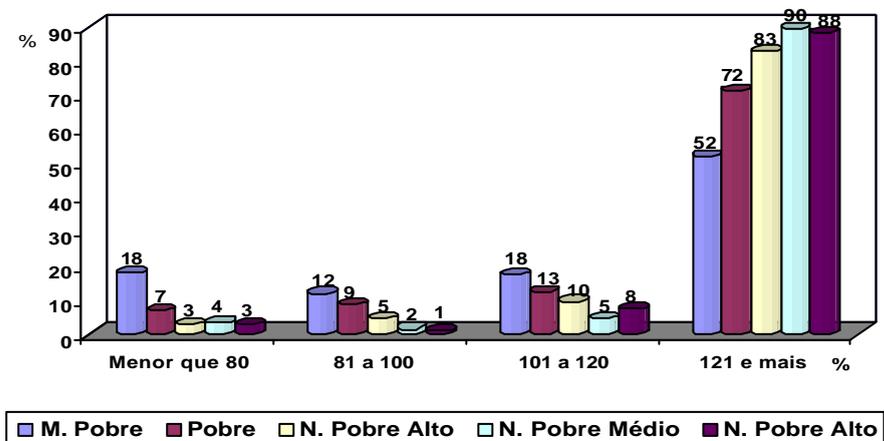


### Adequação Proteica Recomendada dos Agregados Familiares

A pobreza está fortemente ligada aos hábitos alimentares dos cabo-verdianos, observando uma correlação significativa entre a pobreza e adequação proteica dos agregados familiares.

A proporção dos agregados com adequação proteica inferior ou igual a 100 % aumenta à medida que aumenta o grau da pobreza. Mais de metade dos Agregados pobres (52%) tem uma adequação proteica acima dos 120%. Em contrapartida 30% estão com adequação proteica abaixo dos 100%.

Distribuição Perc. dos Agregados Familiares por Estatuto na Pobreza segundo a Adequação calorica recomendada



A ilha de S. Vicente é a ilha com maior proporção de agregados pobres (32%) com uma adequação proteica inferior ou igual a 100% seguido de S. Antão com 29% e Praia Urbana com 28%.

**Distribuição Percentual dos Agregados Familiares por Adequação Proteica Recomendada segundo Estatuto na Pobreza e Ilha de Residência**

Classes de Adequação Proteica Recomendada (%)	POBRES						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	Total
Menor igual a 80	18	23	7	15	8	5	11
81 a 100	11	9	8	13	8	11	10
101 a 121	14	11	12	22	16	8	15
121 e mais	57	57	73	51	68	76	64
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Classes de Adequação Proteica Recomendada	NÃO POBRES						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	Total
Menor igual a 80	7	3		3	2	4	3
81 a 100	6	7	4	3	2	2	4
101 a 121	17	7	6	11	9	4	9
121 e mais	70	84	90	84	87	90	85
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Classes de Adequação Proteica Recomendada	TOTAL						
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Sant.	Outras Ilhas	Total
Menor igual a 80	13	6	3	5	4	5	5
81 a 100	8	7	6	4	5	4	5
101 a 121	15	8	8	12	12	5	10
121 e mais	63	79	83	79	79	87	79
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

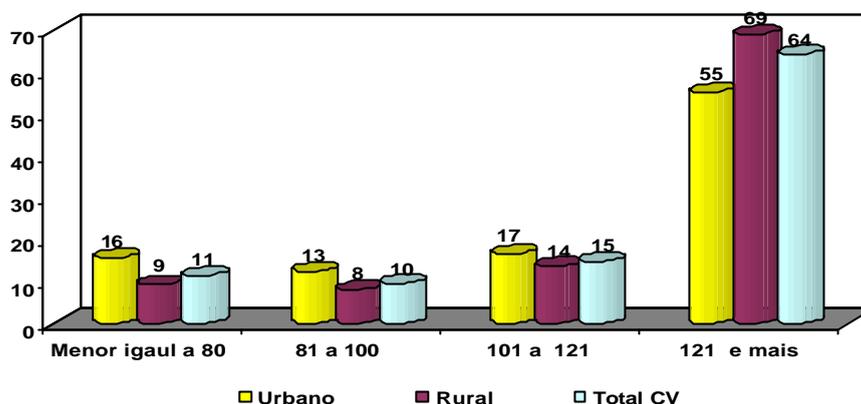
Pobres ou não, os agregados que vivem no meio rural têm uma adequação proteica melhor do que os agregados que vivem no meio urbano.

**Distribuição Percentual dos Agregados Familiares por Adequação Proteica Recomendada segundo Estatuto na Pobreza e Meio de Residência**

Classes de Adequação Proteica Recomendada	POBRES			NÃO POBRES			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Menor igual a 80	16	9	11	3	3	3	5	6	5
81 a 100	13	8	10	4	2	4	6	5	5
101 a 121	17	14	15	9	8	9	10	11	10
121 e mais	55	69	64	84	87	85	79	79	79
<b>Total</b>	<b>100</b>								

Verifica-se que 29% dos agregados pobres do meio urbano tem uma adequação proteica menor ou igual a 100 enquanto que somente 17% dos agregados pobres do meio rural tem essa adequação calórica.

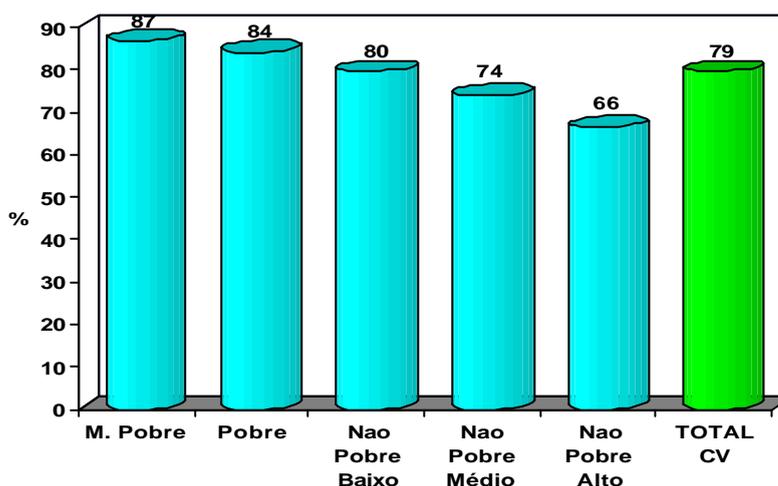
**Distribuição perc. dos Agregados Familiares Pobres por Meio de Residência segundo Adequação Proteica Recomendada**



### **Ingestão Calórica dos Sete Produtos Essenciais**

A maior parte das calorias ingeridas (79%) provém dos sete produtos considerados essenciais na dieta alimentar dos cabo-verdianos: Arroz, Açúcar, Feijão, Óleo, Leite em Pó, Milho e Trigo. Para os agregados pobres essa proporção aumenta para 87% das calorias enquanto que para os não pobres alto somente 66% das calorias ingeridas provem desses produtos. A proporção das calorias provenientes dos sete produtos essenciais evolui no sentido inverso ao rendimento.

**Distribuição Percentual da Ingestão Calórica dos Sete Produtos essenciais por Estatuto na Pobreza**



É no Fogo, S. Vicente e Praia Urbana, onde a maior proporção das calorias ingeridas por agregados muito pobres provem dos sete produtos essenciais, com 89 e 88%, respectivamente. Quanto aos agregados não pobre alto, onde a menor proporção de calorias ingeridas provem dos sete produtos essenciais, é em S. Vicente e na Praia Urbana, com 64% das calorias ingeridas. Isso pode ser justificado por uma dieta alimentar mais diversificada dos agregados que vivem nesses centros urbanos.

**Distribuição Percentual da Ingestão Calórica dos Sete Produtos essenciais por Estatuto na Pobreza Segundo Ilha de Residência**

Ilha de Residência	M. Pobre	Pobre	Não Pobre Baixo	Não Pobre Médio	Não Pobre Alto	Total
S. Antão	87	84	80	70	72	82
S. Vicente	88	83	76	71	64	76
Fogo	89	87	82	83	76	84
Praia Urbana	88	86	83	76	64	79
Resto de Santiago	86	84	80	74	79	81
Outras Ilhas	85	82	76	71	65	76
TOTAL	87	84	79	74	66	79

Em relação ao meio de residência, constata-se que uma maior concentração na percentagem de agregados no consumo dos sete produtos no meio rural (82%) do que no meio urbano (77%), particularmente entre os agregados de maior nível de rendimento.

**Distribuição Perc. da Ingestão Calórica dos Sete Produtos Essenciais por Estatuto na Pobreza segundo Meio de Residência**

Meio de Residência	M. Pobre	Pobre	Não Pobre Baixo	Não Pobre Médio	Não Pobre Alto	Total
Urbano	87	85	78	74	65	77
Rural	86	84	81	75	77	82
Total	87	84	79	74	66	79

### **5. Consumo Alimentar Per Capita**

O milho não é o principal alimento da dieta dos cabo-verdianos, sendo largamente predominante o arroz. Em média os cabo-verdianos consomem anualmente 57Kg de arroz contra 33kg de milho, praticamente metade. O feijão, outro produto tradicional, representa um consumo médio anual percapita de 23Kg, o que equivale a dizer que, em termos quantitativos, a quantidade consumida de arroz é semelhante à quantidade consumida de milho e feijão conjuntamente.

As diferenças de consumo desses produtos são significativas se tivermos em conta o meio de residência. No meio urbano, o consumo de milho e feijão é praticamente metade do consumo no meio

rural, o que é compreensível se tivermos em conta o autoconsumo. No meio rural também se consome mais arroz do que no meio urbano mas as diferenças são pouco sensíveis.

O consumo de carnes é superior ao consumo de peixes, predominando as carnes vermelhas (18kg em média anual percapita) sobre as carnes de aves (14Kg), não existindo diferenças sensíveis consoante o meio de residência.

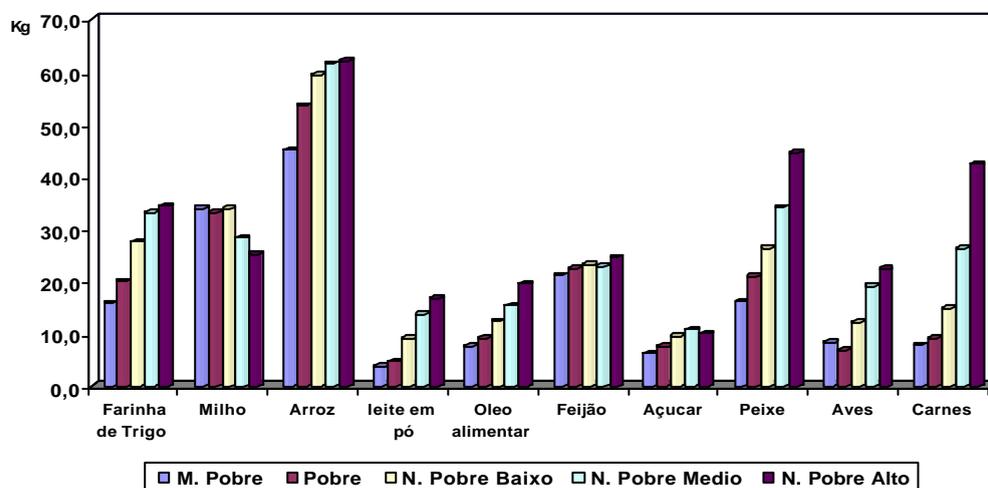
Quer entre os pobres quer entre os não pobres se consome mais carne do que peixe no meio rural do que no meio urbano. O contrário já não se verifica com os peixes.

**Consumo Percapita (Kilograma) Anual dos Principais Produtos por Estatuto na Pobreza Segundo o Meio de Residência**

Principais Produtos	POBRES			NÃO POBRES			TOTAL		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
TRIGO	23	16	19	31	27	30	30	22	27
MILHO	20	38	33	19	48	33	19	43	33
ARROZ	51	49	50	56	69	61	55	60	57
LEITE	4	4	4	12	6	11	11	5	9
OLEO	8	9	9	14	15	14	12	12	12
FEIJÃO	13	26	22	17	33	23	16	30	23
AÇUCAR	7	7	7	10	10	10	9	9	9
PEIXE	21	18	19	30	29	30	28	25	27
AVES	6	10	7	15	16	15	14	14	14
CARNES	6	11	9	19	24	21	17	19	18

As diferenças entre pobres e não pobres são notáveis no que refere aos produtos não tradicionais da nossa dieta alimentar. Entre o arroz, milho e feijão, constata-se que a diferença entre ricos e pobres é, de certa forma atenuada. O mesmo não acontece com produtos como a carne ou o peixe. A diferença no consumo de aves é, também, mais atenuada.

**Consumo Percapita (Kilograma) Anual dos Principais Produtos por Estatuto na Pobreza**



## **PARTE C – POBREZA E DESIGUALDADES**

### ***1. A Dimensão Monetária Pobreza***

Uma das formas mais imediatas de medir a pobreza monetária consiste em determinar a percentagem da população com níveis de rendimentos ou de despesas situados abaixo da linha da pobreza. Esta metodologia, ainda que de fácil cálculo e atractividade, apresenta desvantagens. Negligencia, a possibilidade da existência de amplas desigualdades de distribuição de rendimento ou de despesas entre os pobres, isto é, entre aqueles cujas despesas situam-se abaixo do limiar do mínimo necessário para uma vida digna e outros sujeitos a privações de maior magnitude.

Utilizou-se as medidas de Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para avaliar a dimensão monetária da pobreza, não só porque permitem ultrapassar as considerações acima mencionadas mas também, devido a vantagens adicionais de serem amplamente utilizados a nível internacional e de possibilitarem comparações com o anterior estudo.

As medidas de FGT são determinadas pela seguinte expressão:

$$P_{\alpha} = \sum_{i=1}^q (1 - y_i / Z)^{\alpha} / n$$

em que **Z** é a linha de pobreza, **Y<sub>i</sub>** é a despesa per capita da família **i**, **n** é o número de unidades de observação na população, **q** é o número de pobres na população e **a** é um parâmetro de aversão à pobreza.

O valor de **a** determina o tipo de índice estimado:

- I. Se o **a = 0**, temos a **incidência da pobreza**, isto é, a proporção da população cujos consumos não atingem o limiar da pobreza. É dada pela seguinte expressão **P<sub>a</sub> = q/n**;
- II. Se o **a = 1**, temos a **profundidade da pobreza**. Este indicador mede, segundo Coudouel e Hentschel, a gravidade da situação dos pobres, o quão abaixo da linha de pobreza se encontram os seus níveis de despesas ou de rendimento. Esta medida é usualmente designada por “*gap*” da pobreza, uma vez que, mede a insuficiência do rendimento em relação à linha de pobreza. Segundo os autores referidos, esta medida especifica os recursos necessários para que todos os pobres cheguem à linha da pobreza. Dito de outra forma, constitui o montante mínimo para se erradicar a pobreza;
- III. Se **a = 2**, temos a **gravidade da pobreza**. A ideia subjacente a esta medida é em parte semelhante ao “*gap*” da pobreza. Contudo, admite-se que, a gravidade da situação de privação

cresce mais do que proporcionalmente com a distância a que o rendimento está da linha de pobreza. Ao considerar-se que a gravidade cresce com o quadrado da distância proporcional do rendimento à linha de pobreza, pretende-se medir a intensidade da pobreza dos que se encontram mais afastados da linha da pobreza - os que sofrem de maiores carências. A racionalidade inerente é que existem também desigualdades entre os pobres e não deve ser descurada na análise de políticas públicas sob a pena de se melhorar apenas as condições de vida dos que se encontram mais próximos da linha da pobreza.

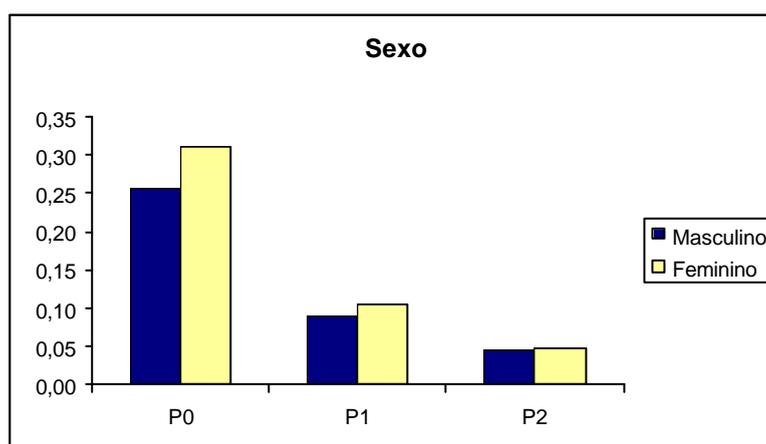
A incidência da pobreza já foi exaustivamente analisada nos capítulos antecedentes. Neste capítulo a análise centrar-se-á na profundidade e na gravidade da pobreza (P1 e P2).

#### **Medidas de Foster-Greer-Thorbecke**

<b>Incidencia</b>	$P_0$	<b>0,28</b>
<b>Profundidade</b>	$P_1$	<b>0,10</b>
<b>Gravidade</b>	$P_2$	<b>0,05</b>

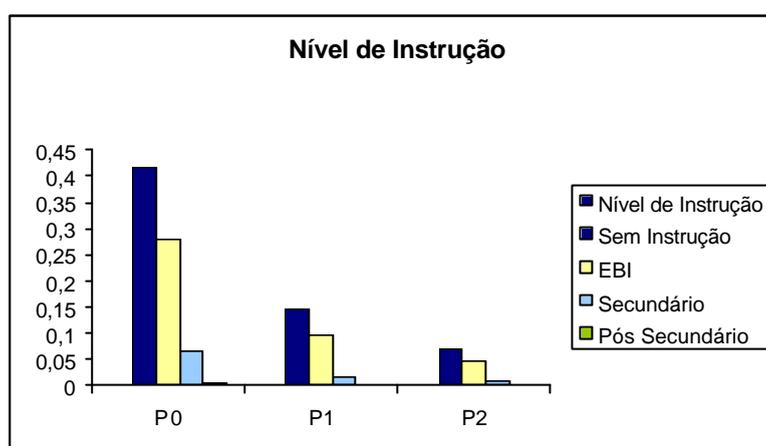
A profundidade da pobreza em Cabo Verde é de 10%. Significa que para se erradicar a pobreza seria necessário distribuir aos pobres no mínimo 10% do montante da linha da pobreza monetária. A variabilidade do consumo entre os pobres em Cabo Verde é de 5%.

A incidência da pobreza quando o chefe de família é homem, é inferior às situações em que o chefe do agregado é mulher. Contudo, não existem grandes diferenças quanto a profundidade e a gravidade da pobreza.



A precariedade das condições de vida dos agregados cujos os chefe não possuem instrução é considerável. Os pobres sem instrução carecem de 15% do valor da linha de pobreza para verem os seus consumos ao nível de linha da pobreza como se pode constatar no quadro síntese.

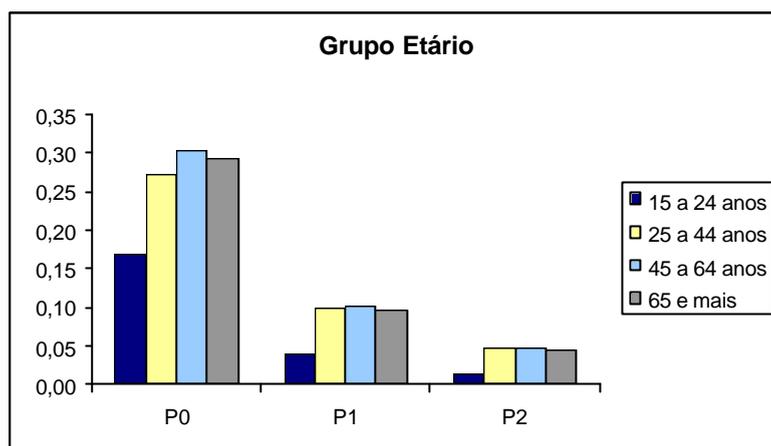
A pertinência da variável nível de educação na explicação da pobreza é patente em todas as análises consideradas. Nas análises subsequentes assume também relevância particular. O grau de instrução que o chefe possui não só influi na probabilidade do agregado ser pobre, como também explica a desigualdade entre os agregados como mais adiante constar-se-á.



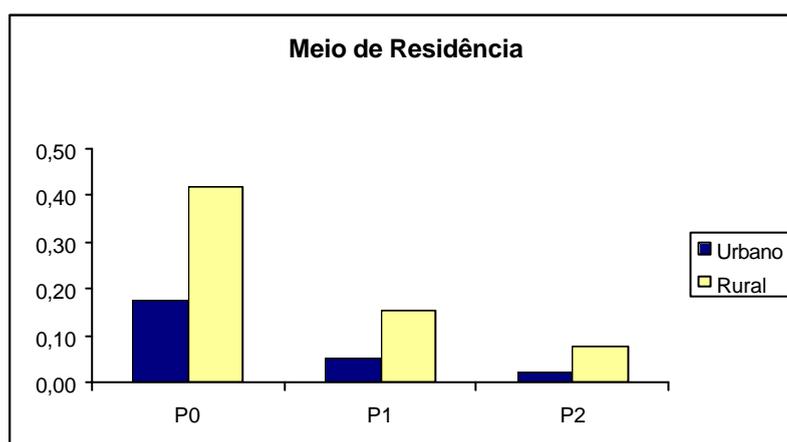
Os chefes de agregados com idades inferiores a 24 anos têm menor incidência, profundidade e gravidade da pobreza. Precisam de 4% do montante monetário da linha da pobreza para saírem da pobreza.

Para as restantes classes etárias, a distância em relação à linha da pobreza ou a precariedade absoluta não apresentam grandes oscilações.

Os chefes de família com idades superiores a 24 anos precisam em média de 10% do valor da linha da pobreza para deixarem de ser pobres.

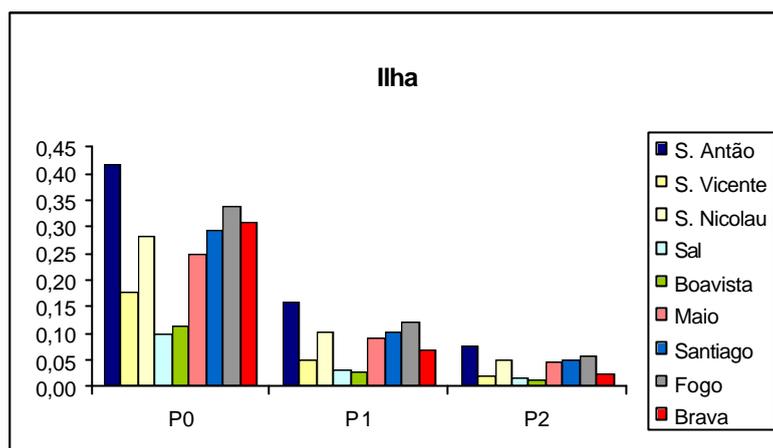


O montante monetário que os chefes de família residentes nas zonas rurais necessitam para deixarem de ser pobres é três vezes superior ao montante que os chefes de agregados residentes em zonas urbanas precisam.

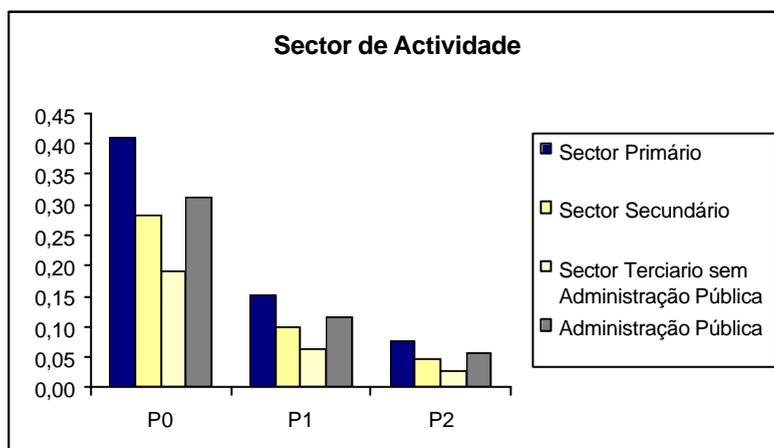


A Ilha de Santo Antão, além de apresentar a maior incidência, tem maior *gap* da pobreza (os pobres precisam em média de 16% do valor da linha da pobreza para deixarem de ser pobres) e, tem maior número de agregados com níveis de despesas extremamente baixos. Seguidamente vem a ilha do Fogo.

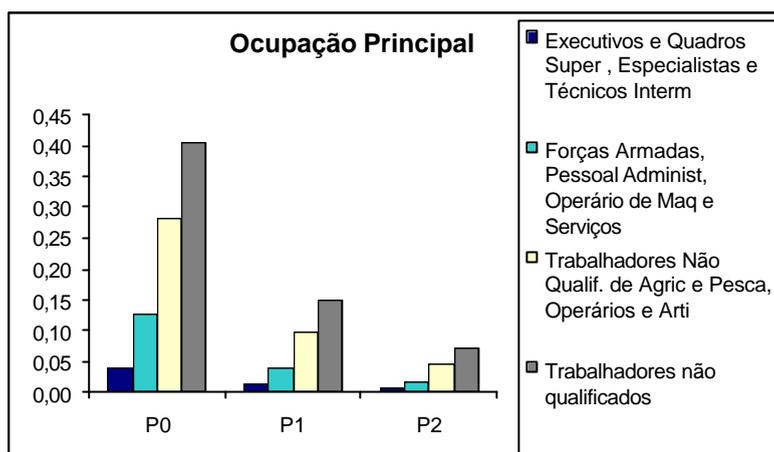
A Ilha da Boavista tem maior proporção de pessoas pobres do que a Ilha do Sal. Contudo, os pobres na Ilha da Boavista estão ligeiramente menos afastados da linha da pobreza do que na Ilha do Sal e existe menor variabilidade entre os pobres naquela ilha do que na Ilha do Sal.



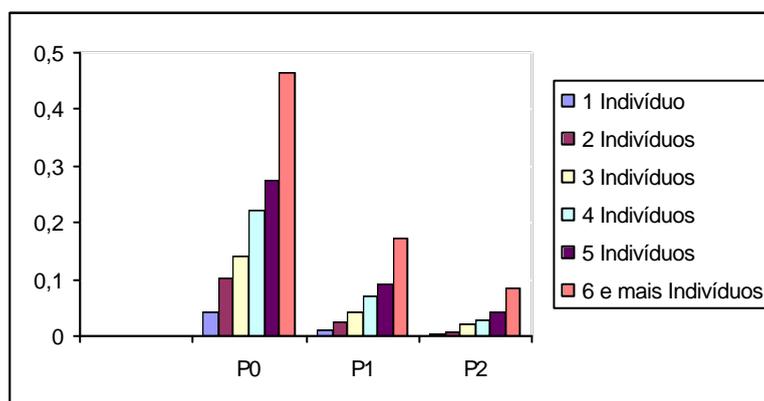
A distância em que as despesas dos agregados pobres da administração pública se situam em relação da linha de pobreza é inferior a do sector primário em 3 pontos percentuais. A desigualdade entre os agregados pobres do sector primário excede a desigualdade entre os pobres da administração em 2 pontos percentuais.



É evidente a incidência, a profundidade e a gravidade da pobreza nos agregados cujos chefes de família não possuem qualificação, independente do sector considerado. Mais uma vez, a qualificação assume papel de realce na explicação da pobreza.



O gráfico sobre a dimensão do agregado não podia ser mais elucidativo. A pobreza cresce com a dimensão da família. Cerca de 46% dos agregados com mais de 6 filhos são pobres e precisam de 17% do valor da linha da pobreza para deixarem de ser pobres. Quando a dimensão dos agregados passar de 3 para 4 elementos, a proporção de pobres aumenta de 14% para 22%, um salto bastante significativo.



**Quadro síntese das medidas de Foster-Greer-Thorbecke**

	P0	P1	P2
<b>Sexo</b>			
Masculino	0,26	0,09	0,04
Feminino	0,31	0,11	0,05
<b>Nível de instrução</b>			
Sem Instrução	0,42	0,15	0,07
EBI	0,28	0,10	0,05
Secundário	0,06	0,02	0,01
Pós Secundário	0,00	0,00	0,00
<b>Grupo etário</b>			
15 a 24 anos	0,17	0,04	0,01
25 a 44 anos	0,27	0,10	0,05
45 a 64 anos	0,30	0,10	0,05
65 e mais	0,29	0,10	0,04
<b>Meio de Residência</b>			
Urbano	0,17	0,05	0,02
Rural	0,42	0,16	0,08
<b>Ilha</b>			
S. Antão	0,42	0,16	0,08
S. Vicente	0,18	0,05	0,02
S. Nicolau	0,28	0,10	0,05
Sal	0,10	0,03	0,02
Baovista	0,11	0,03	0,01
Maio	0,25	0,09	0,05
Santiago	0,29	0,10	0,05
Fogo	0,34	0,12	0,06
Brava	0,31	0,07	0,02
<b>Sector de actividade</b>			
Sector Primário	0,41	0,15	0,08
Sector Secundário	0,28	0,10	0,05
Sector Terciario sem Administração Pública	0,19	0,06	0,03
Administração Pública	0,31	0,12	0,06
<b>Ocupação habitual</b>			
Executivos e Quadros Super , Especialistas e Técnicos Intern	0,04	0,01	0,00
Forças Armadas, Pessoal Administ, Operário de Maq e Serviços	0,13	0,04	0,02
Trabalhadores Não Qualif. de Agric e Pesca, Operários e Arti	0,28	0,10	0,05
Trabalhadores não qualificados	0,41	0,15	0,07
<b>Dimensão da família</b>			
1 Indivíduo	0,04	0,01	0,01
2 Indivíduos	0,10	0,02	0,01
3 Indivíduos	0,14	0,04	0,02
4 Indivíduos	0,22	0,07	0,03
5 Indivíduos	0,27	0,09	0,04
6 e mais Indivíduos	0,46	0,17	0,09

## **2. Desigualdade da Distribuição das Despesas Entre as Famílias**

Assiste-se hoje um renovado interesse pelo estudo da desigualdade dado o seu impacto no desenvolvimento económico, na estabilidade social, na determinação de políticas redistributivas e de programas efectivos de luta contra pobreza. Prevalece actualmente a ideia de que a desigualdade social pode ser estreitada e que não é uma inevitabilidade inerente à selecção natural. Para isso, importa não só quantificá-la mas também, ter respostas consistentes sobre as suas causas e a sua natureza.

A discussão sobre a desigualdade engloba várias dimensões sociais, ideológicas e, várias são as suas acepções. Neste estudo, a desigualdade é considerada apenas como a dispersão da distribuição das despesas entre os agregados.

Para uma análise exaustiva da desigualdade, utilizou-se várias metodologias tais como estatísticas descritivas, o índice de Gini, os rácios da desigualdade e a Entropia Generalizada. As diferentes metodologias são complementares, o que enriquece seguramente o âmbito da análise. Porém, salienta-se que os pressupostos inerentes á estas metodologias não são coincidentes o que leva a divergências qualitativas das conclusões nalguns casos.

### **Estudo da Distribuição das Despesas**

De forma a possibilitar uma melhor compreensão da distribuição da despesa per capita em Cabo Verde, serão apresentadas algumas estatísticas descritivas e densidades de probabilidade<sup>7</sup> desagregadas por ilhas.

O parâmetro de *skewness* referido no quadro subsequente é uma medida de assimetria da distribuição em torno da média. Permite medir a desigualdade da despesa per capita entre os agregados. Numa sociedade onde não houvesse desigualdade na distribuição da despesa, *Skewness* teria o valor zero. Quanto maior for o valor do parâmetro, maior é a desigualdade no consumo entre as famílias.

---

<sup>7</sup> As funções de densidade da despesa per capita foram estimadas utilizando estimadoras de densidade de Kernel. Tem a vantagem em relação ao histograma normal por ser contínua e por permitir uma percepção imediata sobre a distribuição subjacente aos dados. Ver Silverman (1976).

Segundo este critério, como se pode constatar no quadro em baixo, Cabo Verde é um país de notórias desigualdades, o *skewness*, é de 19. As maiores desigualdades verificam-se na Ilha de Santiago e São Vicente. Na Praia Urbana, verificam-se também desigualdades consideráveis da despesa per capita entre as famílias. Verifica-se alguma homogeneidade na distribuição da despesa per capita na Ilha da Brava, do Maio, de S. Nicolau e Boavista.

O parâmetro *Kurtosis*, mede o tamanho das caudas da distribuição em relação a uma distribuição simétrica. Uma distribuição normal tem *Kurtosis* igual a 3.

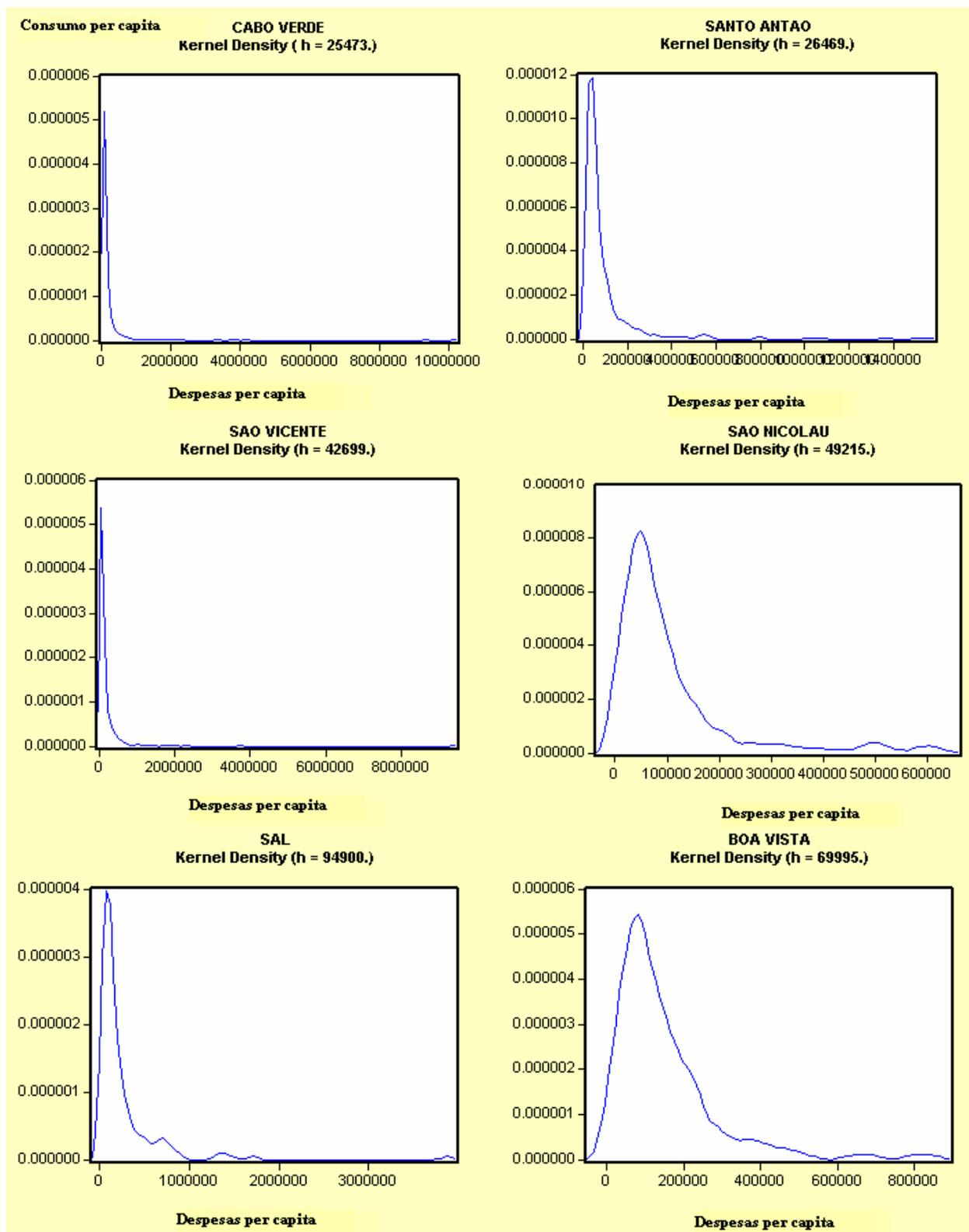
O parâmetro de *kurtosis* é positivo em todas as ilhas e astronomicamente superior a 3 (*kurtosis* de uma distribuição normal), indicando que a distribuição é leptokurtica, ou seja, tem pico acentuado. A leitura do gráfico e a análise dos valores do *Kurtosis*, permitem concluir que existe uma elevada proporção de pessoas com baixos rendimentos em relação à media global da distribuição e um pequeno número de agregados com elevados níveis de despesa per capita. Aplica-se neste caso a celebre expressão “muitos com pouco, poucos com muito”. Quanto menos simétrica for a curva da distribuição, maior é a dissimetria na distribuição das despesas.

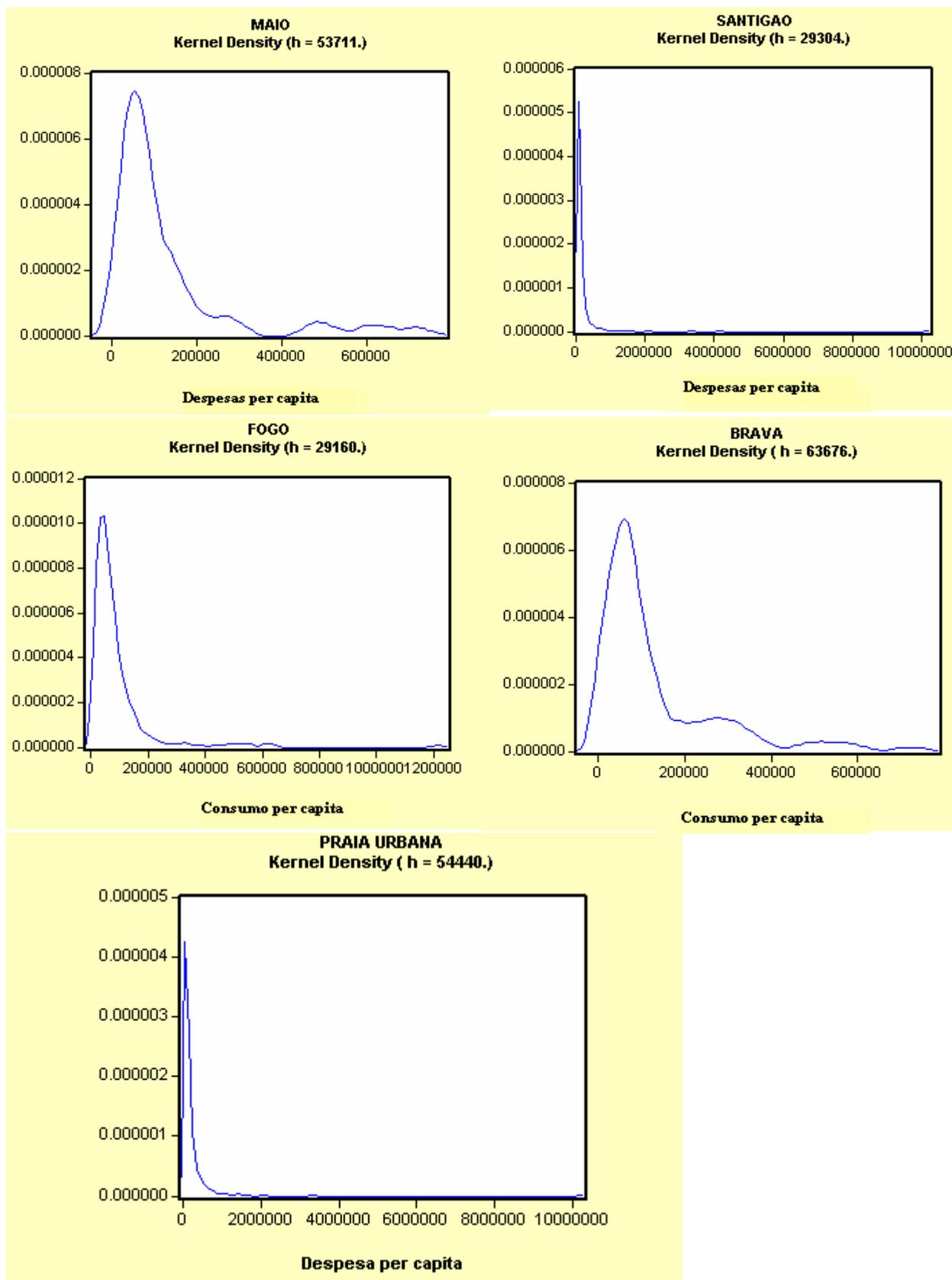
O teste de Jarque-Bera é um teste global de normalidade de distribuição. Agrega tanto a informação do *Kurtosis* e da assimetria. Se a probabilidade associada for inferior a 0,05, conclui-se que a distribuição não é simétrica, precisamente o que acontece neste caso.

	<b>Skewness</b>	<b>Kurtosis</b>	<b>Jarque-Bera</b>	<b>Probability</b>
Cabo Verde	19,197	577,723	63370015,000	0,000
Santo Antao	5,693	42,781	33031,530	0,000
Sao Vicente	15,480	312,504	2886413,000	0,000
Sao Nicolau	2,563	9,651	343,711	0,000
Sal	5,644	47,521	15293,820	0,000
Boavista	2,490	11,091	368,573	0,000
Maio	2,436	8,350	207,270	0,000
Santiago	20,914	674,729	46316144,000	0,000
Fogo	4,828	36,288	17769,900	0,000
Brava	2,065	7,206	162,146	0,000
Praia Urbana	17,183	414,897	7196645,000	0,000

Como se pode verificar nas figuras em baixo, em todas as Ilhas a distribuição da despesa per capita é enviesada à esquerda, ou seja, é assimétrica positiva. Isto significa que existe um maior número de pessoas com rendimentos baixos do que com rendimentos altos, como anteriormente se referiu. A desigualdade na Ilha de Santiago, em São Vicente é notável. Uma relativa homogeneidade da distribuição do rendimento per capita na Ilha de São Nicolau, Boavista, Maio e Brava é perceptível com a análise gráfica.

Função de Densidade Estimada da Despesa per Capita

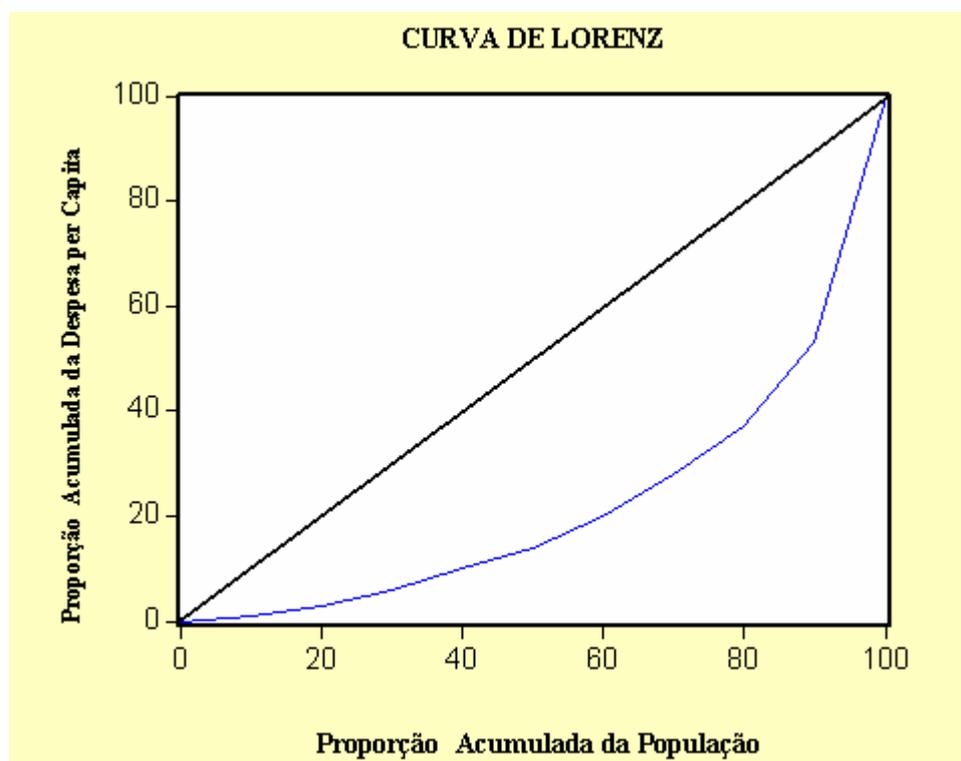




## Índice de Gini

Um índice amplamente utilizado na avaliação da desigualdade dos rendimentos ou de despesas é o índice de concentração de Gini (1912). O valor deste índice é igual à área entre a curva de Lorenz e a linha de igual repartição do rendimento (linha de 45°). O valor do índice de Gini oscila entre 0 e 1 e é crescente com a concentração. O valor 0 indica a inexistência de dissimilaridades na repartição do rendimento (todos os agregados tem a mesma despesa per capita), e o valor 1 caracteriza a máxima concentração do rendimento e desigualdade total.

A Curva de Lorenz é um gráfico em que as frequências acumuladas das despesas ou do rendimento são comparadas com as frequências acumuladas dos agregados familiares. Numa sociedade em que existe perfeita igualdade na distribuição de rendimentos ou despesas estas frequências seriam análogas e proporcionais, ou seja, 10% dos agregados familiares deveriam receber 10% dos rendimentos, 20% dos agregados familiares deveriam receber 20% dos rendimentos, e assim sucessivamente. Assim sendo, numa sociedade simetricamente distribuída, a Curva de Lorenz equivaler-se-ia a uma recta com o ângulo de 45°.

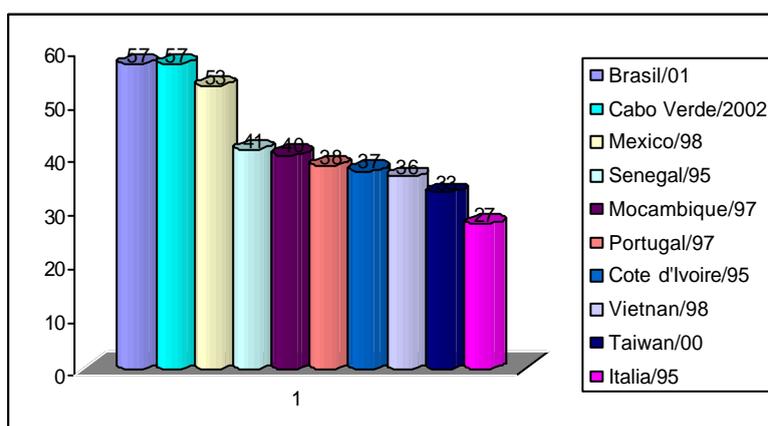


Decis	Frequências	Coordenadas da Curva de Lorenz
1	0,0129	0,0129
2	0,0211	0,034
3	0,0284	0,0624
4	0,0362	0,0986
5	0,0459	0,1445
6	0,0576	0,2021
7	0,0733	0,2754
8	0,0991	0,3745
9	0,1554	0,5299
10	0,4701	1

Segundo os dados do IDRF, 10% da população mais pobre tem apenas 1% do rendimento. Os primeiros sete decis (70% dos agregados familiares) representam apenas 28% da despesa per capita, enquanto que o último decil sozinho (os 10% mais ricos) representa 47% da despesa total. Esses valores falam por si e traduzem a excessiva concentração da riqueza em Cabo Verde.

O índice de Gini para Cabo Verde é de 0,57, o que demonstra a elevada desigualdade e concentração do rendimento em Cabo Verde.

Muitas vezes, os valores são pouco esclarecedores. Porém, se se comparar o valor do índice de Gini de Cabo Verde com o de outros países, torna-se evidente a concentração da riqueza existente no nosso País.



<b>Ilhas</b>	<b>INDICE DE GINI</b>
SV	0,60
<b>TOTAL CV</b>	<b>0,57</b>
S.A	0,56
SL	0,56
ST	0,56
MA	0,52
BR	0,49
SN	0,48
FO	0,48
BV	0,41
<b>MEIO DE RESIDENCIA</b>	
Urbano	0,58
Rural	0,47
<b>SEXO DO CHEFE DO CHEFE DO AGREGADO</b>	
Masculino	0,57
Feminino	0,57
<b>GRUPO ETÁRIO DO CHEFE DO AGREGADO</b>	
15 a 24 anos	0,5
25 a 44 anos	0,57
45 a 64 anos	0,64
65 e mais	0,47
<b>NIVEL DE INSTRUÇÃO DO CHEFE DO AGREGADO</b>	
Sem Instrução	0,44
EBI	0,5
Secundário	0,49
Pós Secundário	0,51
<b>SECTOR DE ACTIVIDADE DO CHEFE DO AGREGADO</b>	
Primario	0,48
Secundario	0,58
Terciario s/ AP	0,58
Adm. Publica	0,63
<b>OCUPAÇÃO DO CHEFE DO AGREGADO</b>	
Executivos e Quadros Super , Especialistas e	0,55
Forças Armadas, Pessoal Administ, Operario	0,47
Trabalhadores Não Qualif. de Agric e Pesca,	0,51
Trabalhadores não qualificados	0,49
<b>DIMENSÃO DO AGREGADO</b>	
1 Individuo	0,59
2 Individuos	0,51
3 Individuos	0,48
4 Individuos	0,47
5 Individuos	0,45
6 e mais Individuos	0,41

### **Rácio Decil (P90/P10)**

O rácio decil é o rácio entre o Percentil 90 e o Percentil 10 da distribuição. Mede a relação entre o rendimento ou a despesa acima do qual se encontram os 10% dos agregados de maior rendimento, comparativamente ao rendimento ou despesa abaixo do qual se encontram os 10% da população mais

pobres. Em Cabo Verde, os 10% dos agregados com maiores despesas per capita, tem um nível de despesas 12 vezes superior aos dos 10% mais pobres.

### **Share Ratio (S80/S20)**

O “*share ratio*” é o rácio entre a proporção da despesa efectuada pelos 20% da população com maiores despesas e a proporção de despesas efectuadas pelos 20% que se situam no limite inferior da distribuição. As despesas dos 20% mais ricos é 5 vezes superior às despesas dos 20% mais pobres.

### **Entropia Generalizada (GE)**

A Entropia Generalizada (Theil, 1967) é muito utilizada no estudo da desigualdade dado a sua capacidade estatística de decomposição. Varia de zero ao infinito, sendo zero o valor de uma distribuição uniforme, sem assimetrias. Quanto maior for o valor do GE maior é a desigualdade.

A medida de Entropia Generalizada é função de um parâmetro  $\alpha$ . Se  $\alpha = 0$ , é dado um maior peso às distâncias entre rendimentos na parte inferior da distribuição, isto é, mede a desigualdade entre os que possuem menores níveis de rendimentos ou despesas. No caso em que  $\alpha = 1$  é atribuído igual peso às distâncias entre rendimentos (ou despesas) ao longo da distribuição. Portanto, mede a desigualdade de toda a distribuição. Se  $\alpha = 2$ , é atribuído maior peso a distâncias entre rendimentos na parte superior da distribuição. Isto significa que se dá uma maior importância à desigualdade entre os agregados com rendimentos mais elevados.

É calculada pela seguinte fórmula:

$$GE(\alpha) = \frac{1}{\alpha^2 - \alpha} \left[ \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left( \frac{y_i}{\mu(y)} \right)^\alpha - 1 \right]$$

em que  $Y_i$ , é o rendimento do agregado  $i$ ,  $\mu(y)$  é a média aritmética da distribuição do rendimento ou de despesas na população e  $n$  é o numero de famílias na população.

Os indicadores de entropia geralmente utilizados são o  $GE(0)$ ,  $GE(1)$  e  $GE(2)$ , e são determinados pelas seguintes expressões:

$$GE(0) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \log \left( \frac{\mu(y)}{y_i} \right)$$

$$GE(1) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{y_i}{\mu(y)} \log \left( \frac{y_i}{\mu(y)} \right)$$

$$GE(2) = \frac{1}{2n\mu(y)^2} \sum_{i=1}^n (y_i - \mu(y))^2$$

Segundo o indicador da entropia generalizada, a desigualdade entre os pobres em Cabo Verde é de 0,25. A desigualdade ao longo de toda a distribuição é de 0,32 e, a desigualdade entre os agregados com níveis maiores rendimentos é de 2,83.

**Indicadores de Entropia Generalizada Para Cabo Verde**

<b>GE(0)</b>	0,25
<b>GE(1)</b>	0,32
<b>G(2)</b>	2,83

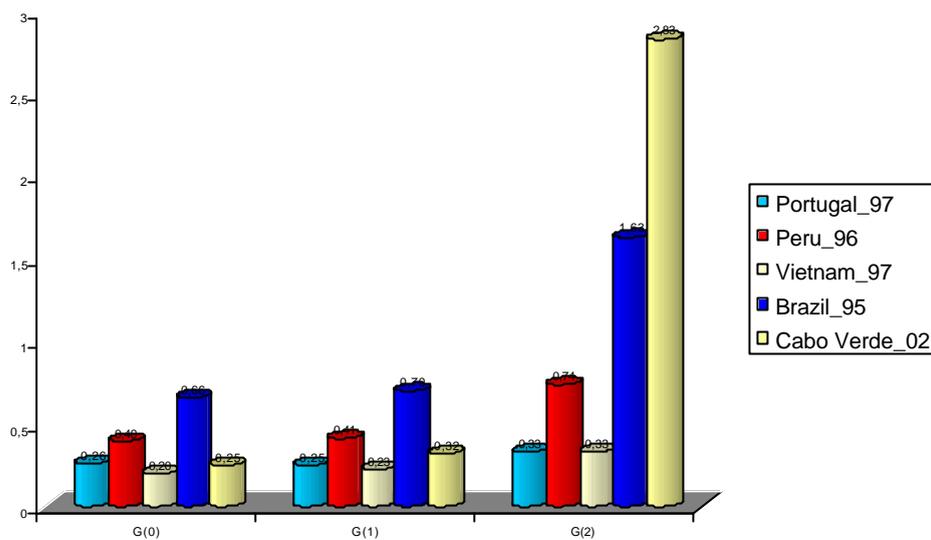
Pelas suas propriedades matemáticas, o indicador da Entropia Generalizada pode variar de zero ao infinito. Portanto, um resultado inferior a um pode parecer não muito significativo. Contudo, quando comparado com valores de outros países temos a exacta noção da desigualdade em Cabo Verde. Com recurso ao quadro seguinte, nota-se que a desigualdade entre os que possuem maiores rendimentos (G2) é superior ao que se verificava no Brasil em 1995 e ao que se verificava no Peru em 1996 (o Brasil é tido como um dos extremos da desigualdade no mundo). A desigualdade entre os de menor rendimento (G0) é inferior aos valores de Portugal e, a desigualdade de toda a distribuição é superior aos valores do Vietname e de Portugal. Salienta-se que a escolha destes países deveu-se simplesmente à disponibilidade de dados.

**Decomposição da desigualdade por subgrupos**

<b>Decomposição da desigualdade por sexo</b>		<b>GE(1)</b>	
Masculino		0,28	
Feminino		0,39	
	<b>Intra Grupo</b>	0,32	99%
	<b>Entre Grupo</b>	0,00	1%
<b>Decomposição da desigualdade por nível de instrução</b>		<b>GE(1)</b>	
Sem Instrução		0,17	
EBI		0,22	
Secundário		0,20	
Pós Secundário		0,28	
	<b>Intra Grupo</b>	0,22	69%
	<b>Entre Grupo</b>	0,10	31%
<b>Decomposição da desigualdade por meio de residência</b>		<b>GE(1)</b>	
Urbano		0,31	
Rural		0,19	
	<b>Intra Grupo</b>	0,29	88%
	<b>Entre Grupo</b>	0,04	12%
<b>Decomposição da desigualdade por ilhas</b>		<b>GE(1)</b>	
S. Antão		0,29	
S. Vicente		0,41	
S. Nicolau		0,18	
Sal		0,27	
B. Vista		0,13	
Maio		0,21	
Santiago		0,30	
Fogo		0,19	
Brava		0,19	
	<b>Intra Grupo</b>	0,31	95%
	<b>Entre Grupo</b>	0,02	5%
<b>Decomposição da desigualdade por ocupação principal</b>		<b>GE(1)</b>	
Executivos e Quadros Super , Especialistas e Técnicos Interm		0,30	
Forças Armadas, Pessoal Administ, Operário de Maq e Serviços		0,17	
Trabalhadores Não Qualif. de Agric e Pesca, Operários e Arti		0,26	
Trabalhadores não qualificados		0,21	
	<b>Intra Grupo</b>	0,20	61%
	<b>Entre Grupo</b>	0,12	39%
<b>Decomposição da desigualdade sector de actividade</b>			
Sector Primário		0,22	
Sector Secundário		0,33	
Sector Terciario sem Administração Pública		0,33	
Administração Pública		0,40	
	<b>Intra Grupo</b>	0,20	82%
	<b>Entre Grupo</b>	0,12	18%
<b>Decomposição da desigualdade por grupo etário</b>		<b>GE(1)</b>	
15 a 24 anos		0,20	
25 a 44 anos		0,28	
45 a 64 anos		0,47	
65 e mais		0,18	
	<b>Intra Grupo</b>	0,32	99%
	<b>Entre Grupo</b>	0,00	1%
<b>Decomposição da desigualdade pela dimensão do agregado</b>		<b>GE(1)</b>	
1 Indivíduo		0,34	
2 Indivíduos		0,20	
3 Indivíduos		0,18	
4 Indivíduos		0,18	
5 Indivíduos		0,16	
6 e mais Indivíduos		0,13	
	<b>Intra Grupo</b>	0,22	68%
	<b>Entre Grupo</b>	0,10	32%

*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde  
IDRF 2001/2002*

---



## **PARTE D – ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA POBREZA**

### **1. Modelos Utilizados na Identificação dos Determinantes da Pobreza**

Para fins de formulação de mecanismos institucionais de reajuste de rendimentos, importa não só conhecer a proporção de pobres e as desigualdades de distribuição dos rendimentos, é necessário saber o quão pobres são os pobres, onde se encontram, é necessário também conhecer as características sócio-económicas e demográficas que mais contribuem para a pobreza e para a desigualdade. O objectivo último é identificar e ajudar os grupos mais vulneráveis e sujeitos a maiores privações.

A metodologia relevante e recomendada na literatura para se identificar os atributos que mais contribuem para a desigualdade é a decomposição estatística do Indicador da Entropia Generalizada.

Para a estimação das contribuições relativas destes atributos na explicação da desigualdade, teve-se consideração as seguintes características que dividem a população em grupos diferentes e exclusivos: o sexo, o grau de urbanização do residência do agregado, a ilha de residência, a ocupação principal do chefe do agregado, o sector de actividade do chefe família, a idade do chefe família e a dimensão do agregado.

Utilizou-se também o modelo *Logit*, dado que tem a particularidade de possibilitar a identificação das variáveis que, depois de serem controlados os efeitos das restantes, mais se correlacionam com a pobreza.

### **2. Decomposição Estatística da Desigualdade das Despesas**

Os índices de Entropia generalizada podem ser decompostos por grupos da população, segundo a abordagem de Cowell e Jenkins (1995) de forma a facilitar a análise das causas da desigualdade. A decomposição permite identificar as componentes que mais contribuem para a desigualdade total, o que permite nortear as políticas públicas tendentes a mitigar as desigualdades existentes.

A ideia subjacente a decomposição estatística da desigualdade é que alguns atributos do agregado e dos seus membros são determinantes importantes do rendimento e das despesas do agregado. Portanto, uma parte da desigualdade existente, resulta da discrepância que se verifica entre as famílias com diferentes níveis ou dissimilaridades de tais atributos (componente entre-grupo da desigualdade), e uma outra parte resultante da desigualdade entre as famílias com mesmo nível de tais característica (componente intra grupo).

Determinadas características dos chefes de família antes referido como, sexo, níveis de educação, idade, ocupação, grau de urbanização do local onde reside, fontes de rendimento, dimensão da família,

determinam o nível de rendimento disponível e, conseqüentemente, das despesas. Com a decomposição da desigualdade pode-se identificar a contribuição desses factores para a desigualdade total. Esta contribuição é dada pela desigualdade entre grupos. A heterogeneidade existente dentro de cada grupo é dada pela componente da desigualdade intra grupo. Cita-se a título de exemplo, a desigualdade existente entre os homens, ou entre os chefes de famílias que residem nas zonas rurais.

Utilizou-se o G(1) na decomposição da desigualdade por ser a medida conveniente para se inferir sobre a desigualdade ao longo da distribuição.

A desigualdade entre grupos é calculada pela seguinte expressão:

$$I_B = \frac{1}{\alpha^2 - \alpha} \left[ \sum_{j=1}^K f_j \left( \frac{\mu(y)_j}{\mu(y)} \right)^\alpha - 1 \right]$$

em que:  $f_j$  é o número da população do subgrupo  $j$  sobre o número da população total

$$f_j = \frac{n_j}{n}$$

A desigualdade intra grupo “é dada por:

$$I_w = \sum_{j=1}^k w_j GE(\alpha)_j$$
$$w_j = v_j^\alpha f_j^{1-\alpha}$$

Em que  $V_j$  é o número da população do subgrupo  $j$  vezes a média do rendimento do subgrupo  $j$  sobre a média do rendimento de toda a população total vezes o número total da população.

$$v_j = \frac{n_j \mu(y)_j}{n \mu(y)}$$

A desigualdade total equivale a  $I = I_B + I_w$ , sendo<sup>8</sup> a contribuição para a desigualdade total entre grupos dada por  $I_B/I$  e, a contribuição para a desigualdade total intra grupo dado por  $I_w/I$ .

Quando se interpreta os resultados deve-se ter em consideração que cada decomposição não está relacionada com os outras, uma vez que, quando se divide os chefes de família por sexo (em grupos

---

<sup>8</sup> Designação  $I_B$  e  $I_w$ , advêm da terminologia inglesa *Between-Group* e *Within-group*, respectivamente.

cujo a chefe é homem e em grupos cujo o chefe é a mulher) engloba toda a população, assim como a partição da população por meio de residência (urbano-rural), engloba também toda a população. Sendo assim, a desigualdade entre grupos e intra grupos deve ser igual ao total da desigualdade do indicador utilizado, 0,32 no âmbito deste estudo dado que utilizou-se o GE(1) e, a soma das contribuições marginal das duas vertentes da desigualdade deve ser igual a 100%.

A análise do quadro subsequente permiti concluir que:

- A maior desigualdade verifica-se entre os agregados cujo chefe de família é do sexo feminino. Contudo o sexo, não tem significativa contribuição para a desigualdade total. Contribui apenas com 1%;
- Quanto a decomposição da desigualdade por níveis de instrução, verifica-se uma maior heterogeneidade entre os agregados com o nível secundário. O nível de instrução explica 31% da desigualdade total. É uma das mais importantes causas da desigualdade total;
- No sector urbano a desigualdade é mais acentuada. O grau de urbanização da residência do chefe de família explica 12% da desigualdade total;
- Na Ilha de São Vicente existe maior discrepância entre os ricos e os pobres, seguidamente vêm as ilhas de Santiago e Santo Antão. A ilha com menores desigualdades nas despesas per capita é a ilha da Boavista. A Ilha de residência explica 5% da desigualdade total.
- A ocupação principal do chefe é a principal causa da desigualdade entre os agregados. Explica 39% da desigualdade total. A maior desigualdade intra grupo verifica-se entre os de Executivos e Quadros Superiores, Especialistas e Técnicos Intermédios.
- Quando decomposta a população por sectores de actividade, pode-se inferir sobre a expressão da desigualdade que se verifica na administração pública. A desigualdade dentro deste grupo é de 40%. O sector de actividade do chefe de família explica 18% da desigualdade total;
- A idade do chefe de família não é significativa para explicar a desigualdade total. Contribui com 1%. Contudo, a desigualdade intra grupo aumenta com a idade e assume maior expressividade para os chefes de agregados com idades entre os 45 anos e 64 anos, tem um ligeiro decréscimo para os chefes com idades superiores a 65 anos;

- A dimensão do agregado assume particular relevância na explicação da desigualdade total. Explica 32% da desigualdade total. A maior variabilidade verifica-se no grupo de pessoas que vivem sozinhas.

Em conclusão, os atributos mais importantes para explicar a desigualdade em Cabo Verde, entre o conjunto dos atributos considerados, são a qualificação na actividade, a dimensão do agregado familiar, o nível de instrução do chefe do agregado, o sector de actividade e o grau de urbanização da de residência do agregado.

**Decomposição da desigualdade por subgrupos**

<b>Decomposição da desigualdade por sexo</b>		<b>GE(1)</b>	
Masculino		0,28	
Feminino		0,39	
	<b>Intra Grupo</b>	0,32	99%
	<b>Entre Grupo</b>	0,00	1%
<b>Decomposição da desigualdade por nível de instrução</b>		<b>GE(1)</b>	
Sem Instrução		0,17	
EBI		0,22	
Secundário		0,20	
Pós Secundário		0,28	
	<b>Intra Grupo</b>	0,22	69%
	<b>Entre Grupo</b>	0,10	31%
<b>Decomposição da desigualdade por meio de residência</b>		<b>GE(1)</b>	
Urbano		0,31	
Rural		0,19	
	<b>Intra Grupo</b>	0,29	88%
	<b>Entre Grupo</b>	0,04	12%
<b>Decomposição da desigualdade por ilhas</b>		<b>GE(1)</b>	
S. Antão		0,29	
S. Vicente		0,41	
S. Nicolau		0,18	
Sal		0,27	
B. Vista		0,13	
Maio		0,21	
Santiago		0,30	
Fogo		0,19	
Brava		0,19	
	<b>Intra Grupo</b>	0,31	95%
	<b>Entre Grupo</b>	0,02	5%
<b>Decomposição da desigualdade por ocupação principal</b>		<b>GE(1)</b>	
Executivos e Quadros Super , Especialistas e Técnicos Interm		0,30	
Forças Armadas, Pessoal Administ, Operário de Maq e Serviços		0,17	
Trabalhadores Não Qualif. de Agric e Pesca, Operários e Arti		0,26	
Trabalhadores não qualificados		0,21	
	<b>Intra Grupo</b>	0,20	61%
	<b>Entre Grupo</b>	0,12	39%
<b>Decomposição da desigualdade sector de actividade</b>			
Sector Primário		0,22	
Sector Secundário		0,33	
Sector Terciario sem Administração Pública		0,33	
Administração Pública		0,40	
	<b>Intra Grupo</b>	0,20	82%
	<b>Entre Grupo</b>	0,12	18%
<b>Decomposição da desigualdade por grupo etário</b>		<b>GE(1)</b>	
15 a 24 anos		0,20	
25 a 44 anos		0,28	
45 a 64 anos		0,47	
65 e mais		0,18	
	<b>Intra Grupo</b>	0,32	99%
	<b>Entre Grupo</b>	0,00	1%
<b>Decomposição da desigualdade pela dimensão do agregado</b>		<b>GE(1)</b>	
1 Indivíduo		0,34	
2 Indivíduos		0,20	
3 Indivíduos		0,18	
4 Indivíduos		0,18	
5 Indivíduos		0,16	
6 e mais Indivíduos		0,13	
	<b>Intra Grupo</b>	0,22	68%
	<b>Entre Grupo</b>	0,10	32%

### **3. Modelo Logit**

O modelo Logit assume particular relevância no estudo da pobreza visto que, permite analisar o efeito de uma variável na explicação da pobreza condicionado aos valores das restantes variáveis explicativas.

A variável dependente é binária, assume o valor 1 se a despesa per capita do agregado for inferior ao limiar da pobreza e, zero nos restantes casos, isto é, se a família não for pobre. Todas as variáveis explicativas consideradas aludem-se ao chefe da família.

Salienta-se que a interpretação dos coeficientes do modelo Logit não pode ser efectuada em termos marginais como acontece com os modelos lineares visto que, o efeito de um coeficiente está ponderado ao valor de todas as restantes variáveis explicativas. Se o coeficiente estimado for positivo, a implicação é que aumenta a propensão da família ser pobre se pertencer a esta característica. De forma contrária, se o coeficiente for negativo, decresce a probabilidade da família ser pobre se pertencer à modalidade corresponde ao parâmetro.

Importa também averiguar a contribuição e a robustez de cada variável na explicação do fenómeno em estudo. A análise do *p-value* associado a cada parâmetro permite infirmar ou confirmar a relevância da variável. Se o valor do *p-value* for inferior a 0.05, é uma evidência forte da importância da variável. Se for a 0.01, a variável é altamente significativa.

Na estruturação inicial do modelo, uma multiplicidade de variáveis que na análise univariada determinam a pobreza foram consideradas. A título de exemplo cita-se o sexo do chefe, o meio de residência, a ilha de residência, o nível de instrução do chefe e do conjuge, a idade do chefe, a tipologia da família, a dimensão da família, o tempo que o chefe migrou, a situação no emprego, sector de actividade, as actividades secundarias do chefe do agregado, se o agregado recebia ou remessas de emigrantes. Salienta-se que estas constituem apenas uma lista parcial.

Porém, após várias iterações, algumas não foram consideradas no modelo final, ou porque não afectavam a probabilidade da família ser pobre quando condicionadas aos efeitos das outras variáveis, ou porque os seus efeitos estavam repercutidos noutras variáveis, dada a correlação existente.

#### **4. O Modelo Estimado**

Incontestavelmente, segundo o modelo Logit, as famílias que residem nas zonas urbanas têm menor probabilidade de serem pobres. O facto de se residir nas zonas rurais acresce a possibilidade de se ser pobre, o que sugere que nas políticas de luta contra a pobreza devem ser privilegiadas as zonas rurais.

Para as famílias cuja dimensão é superior a 4 elementos, aumenta a probabilidade de serem pobres e isto, assume particular consistência nos meios rurais. As famílias até quatro indivíduos são menos plausíveis de serem pobres. A análise do grau de fiabilidade estatística dos parâmetros não deixa margens de dúvidas sobre a pertinência e o impacto da dimensão dos agregados na explicação da pobreza.

O *p-value* associado à variável sexo do chefe da família, condicionado aos valores das restantes variáveis, não permite conclusões robustas se é determinante para a explicação da probabilidade de ser pobre. A indicação é que a propensão de se ser pobre é maior para os chefes femininos, mas a significância estatística é muito fraca na análise condicionada.

O risco da pobreza reduz-se para os chefes de agregado que migraram há mais de 12 anos, relativamente aos que nunca migraram. A mesma conclusão não pode ser feita para os que migraram há menos de 12 anos.

O nível de instrução do chefe da família, em todos os modelos considerados, influi significativamente para explicar a pobreza. Pode-se dizer com elevada fiabilidade estatística que a pobreza é quase uma fatalidade para as famílias cujo chefe não tem instrução. Os riscos da pobreza monetária decrescem para os chefes de família com níveis de educação iguais superiores ao secundário.

O número de semanas em que o chefe da família está desempregado tem repercussões importantes na probabilidade da família ser pobre. Contudo, uma análise cuidada dos parâmetros da variável ocupação habitual do chefe permite concluir que ter emprego não é condição preponderante e suficiente para o agregado não ser pobre. O que determina pobreza é o grau de qualificação do chefe da família, independentemente de sector de actividade considerado.

Os *p-values* associados à Ilha de residência dos agregados não permite anuir sobre os impactos na pobreza. Porém, pode-se dizer com elevado grau de fiabilidade estatística que viver na Ilha do Sal ou na Ilha da Boavista reduz os riscos da pobreza monetária.

O valor do *p-value* associado ao teste de razão de verosimilhança permite concluir sobre adequação da especificação do modelo considerado.

*O Perfil da Pobreza em Cabo Verde  
IDRF 2001/2002*

<b>Modelo Estimado</b>	<b>Coefficiente</b>	<b>P- Value</b>
<b>Constante</b>	-1.40	0.0000
<b>Meio de residência</b>		
Urbano	-0.35	0.0000
Rural	0.41	0.0000
<b>Dimensão do agregado familiar</b>		
1	-2.00	0.0000
2	-1.14	0.0000
03-Abr	-0.33	0.0000
05-Jun	0.35	0.0000
07-Ago	0.90	0.0000
09-Out	1.37	0.0000
>10	1.68	0.0000
<b>Sexo do chefe da família</b>		
Masculino	-0.03	0.4223
Feminino	0.04	0.4223
<b>Anos que migrou</b>		
<12 anos	-0.17	0.1240
>12	-0.19	0.0044
Não migrou	0.13	0.0003
<b>Nível de instrução</b>		
Sem Instrução	0.57	0.0000
EBI	0.09	0.1577
Secundário	-0.65	0.0007
Pós Secundário	-2.91	0.0030
<b>Semanas desempregado</b>		
0-8	-0.09	0.0000
Set-24	0.42	0.0018
25-35	0.30	0.0606
36-52	0.48	0.0008
<b>Ilha</b>		
S. Antão	0.22	0.0509
S. Vicente	0.12	0.2307
S. Nicolau	0.02	0.9277
Sal	-0.65	0.0145
Boavista	-0.98	0.0042
Maio	-0.41	0.1260
Santiago	0.02	0.5806
Fogo	-0.04	0.7267
Brava	0.21	0.3916
<b>Ocupação habitual</b>		
Executivos, Quadros Superiores, Especialistas,	-0.66	0.0056
Forças Armadas, Pessoal Administrativo, Operad. de Maquinas, Téc Inter.	-0.65	0.0000
Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	-0.04	0.7041
Trabalhadores Não Qualificados do Sector Primário	0.33	0.0009
Trab. não Qualificados do Sector Secundário e Terciário	0.40	0.0000
Trabalhadores não Qualificados da Administração Pública	0.57	0.0001
Inactivos e os Activos que nunca Trabalharam	0.07	0.3544
Graus de Liberdade:	31	
Teste de Razão de Verosimilhança:	12.217.031	
P – Value	0.0000	

## **PARTE D – DINAMICA DA POBREZA**

Na terminologia de medição da pobreza, a abordagem adoptada pelo INE é uma abordagem relativa (porque o limiar da pobreza é definido de modo relativo, em comparação com o nível de vida no país). Uma definição absoluta do limiar da pobreza teria exigido procedimento diferenciado, através da estimativa de um limiar da pobreza correspondente ao custo das necessidades alimentares e não-alimentares básicas. Contudo, muito embora o limiar da pobreza tenha sido medido pelo INE em termos relativos em 2001-2002, podemos mesmo assim obter tendências absolutas da pobreza no tempo através do ajustamento dos limiares da pobreza estimados em 2001-2002 por exemplo para reflectir a inflação observada entre 1988-89 e 2001-02. Podemos igualmente obter tendências da pobreza relativa aplicando o mesmo método para estimar a pobreza os limiares de pobreza relativa utilizando os dados de 1988-89. Neste capítulo sobre a dinâmica da pobreza, apresentaremos as tendências tanto da pobreza absoluta como da pobreza relativa.

Aplicando a prática padrão, o indicador de bem-estar é o consumo médio do agregado familiar, obtido pela agregação de todas as fontes de consumo do inquérito e, quando necessário, fontes adicionais de consumos são consideradas como *insumos*. A estimativa do

consumo per capita do inquérito de 2001-02 foi feita pelo INE. Um problema chave foi obter valores similares do inquérito de 1988-89. Uma vez que não tivemos acesso à unidade de nível de dados desse inquérito, dados organizados por grupos (i.e., valores médios para diferentes grupos de agregados familiares classificados por níveis crescentes de consumo) tiveram de ser utilizados. Utilizamos tabulações inseridas num relatório produzido há aproximadamente 13 anos atrás sobre a medição da pobreza com o inquérito de 1988-89. Contudo, as tabulações não estavam disponíveis em formato apropriado. Em vez de fornecer dados na base do consumo per capita, as únicas estimativas disponíveis eram em termos do consumo total do agregado familiar, sem informação sobre o tamanho médio do agregado.

Especificamente, a informação que temos à nossa disposição é apresentada na primeira coluna do quadro 1. Conhecemos a contribuição da despesa total que acumula para cada um dos dez **decis** dos agregados familiares (cada decil compreende dez por cento dos agregados familiares). Dado que também temos o nível total de consumo do inquérito, tal facto nos permitiu calcular o nível total de consumo de cada decil de agregado familiar. O que precisamos fazer é estimar o número de indivíduos em cada decil a fim de podermos obter uma aproximação do nível de consumo per capita por decil (através de simples divisão do consumo do agregado familiar pela estimativa do tamanho do agregado familiar em cada decil). Uma vez que não temos acesso ao inquérito de 1988-89, precisamos trabalhar a partir do tamanho médio dos agregados familiares do inquérito de 2001-02, e avançar um número de hipóteses a fim de obter estimativas dos tamanhos médios correspondentes do agregado familiar por decil de agregado familiar do inquérito de 1988-89, tendo em consideração as tendências demográficas.

**Quadro 1: Distribuição do Consumo em 1988/99 com base em hipóteses sobre as taxas de fertilidade**

<i>Decil</i>	<i>Percentagem do Consumo Total por Decil de Agregado Familiar (1)</i>	<i>Consumo do agregado familiar por decil (2)</i>	<i>Estimativa do número de indivíduos por decil em 1988 (3)</i>	<i>Consumo Médio per capita por decil de agregado familiar (4)</i>
1	2.0	224,129,24	34,542	6,489
2	3.0	336,193,86	33,200	10,126
3	4.0	448,258,48	31,769	14,110
4	6.0	672,387,72	32,042	20,985
5	6.0	672,387,72	31,749	21,178
6	8.0	896,516,96	31,112	28,816
7	10.0	1,120,646,20	30,407	36,855
8	13.0	1,456,840,06	27,414	53,142
9	17.0	1,905,098,54	25,489	74,741
10	31.0	3,474,003,22	19,137	181,536
Total	100.0	11,206,462,00	296,860	37,750

**Fonte:** Autores com base no IDRF, 2001/02 e Inquérito às famílias, Cabo Verde 1988-99

Tal como ilustrado no quadro 2, dados recentes de inquéritos demográficos e de saúde são disponíveis na base de taxas de fertilidade nas áreas urbanas e rurais para dois períodos: 1985-88, que precede o primeiro inquérito, e 1995-98 que precede o segundo inquérito (INE, 1998). Mostram que a fertilidade diminuiu mais rapidamente nas áreas urbanas (de 5,24 para 3,14) do que nas áreas rurais (de 6,40 para 4,85). A questão é encontrar uma via realística para relacionar estas taxas de fertilidade com as mudanças aguardadas no tamanho dos agregados familiares por decil de consumo entre ambos os inquéritos.

**Quadro 2: Usando dados sobre a fertilidade estimar as populações estabilizadas por decil em 1988-89**

	<i>Taxas de Fertilidade</i>			
	1995-1998		1985-1988	
Total	4.030		5.950	
Urbana (U)	3.140		5.240	
Rural (R)	4.850		6.400	
U / (U + R)	0.393		0.450	
Decil	<i>Percentagem da população por decil de agregado familiar (dados de 2001)</i> (5)	<i>Factor de Ajustamento da Percentagem da População</i> (6)	<i>Percentagem da população por decil de agregado familiar (dados ajustados de 2001)</i> (7)	<i>Estimativa das Percentagens da População por decil de agregado familiar em 1988/89 *</i> (8)
1	14.26	1.00	14.26	11.64
2	12.93	1.06	13.71	11.18
3	11.71	1.12	13.12	10.70
4	11.21	1.18	13.23	10.79
5	10.57	1.24	13.11	10.69
6	9.88	1.30	12.84	10.48
7	9.23	1.36	12.55	10.24
8	7.97	1.42	11.32	9.23
9	7.11	1.48	10.52	8.59
10	5.13	1.54	7.90	6.45
Total	100.0	-	122.55	100.00

**Fonte:** Authors com base no IDRF, 2001/02 e Inquérito às famílias, Cabo Verde 1988-99

**Considere** primeiro o inquérito de 2001-02. A fertilidade urbana (U) como rácio da soma das taxas rurais e urbanas era de 39,3% em 1995-98. Sabemos também que os agregados familiares estão, grosso modo, divididos igualmente pelas áreas urbanas e rurais. Se assumirmos que a metade superior da distribuição dos agregados familiares (i.e. os 50% dos agregados mais ricos) é de algum modo representativo das áreas urbanas porque estas são mais abastadas que as zonas rurais, então podemos **conjecturar** na base de informação independente sobre as taxas de fertilidade que a partilha da população na metade superior da distribuição consoante os decis dos agregados familiares, será igual a 39.3 por cento. Muito afortunadamente, é o que observamos nos dados, uma vez que o tamanho actual da população nestes cinco decis é de 39.3 por cento.

$$\frac{F_U^{1995-98}}{F_U^{1995-98} + F_R^{1995-98}} = 0.393 = \sum_{i=6}^{10} Pop_i^{2001-02} \quad (2)$$

Nesse caso, a nossa hipótese será essa para o inquérito precedente, a proporção de população nos cinco decis superiores deverá ser grosso modo igual a 45,0 por cento, que é o rácio da taxa de fertilidade nas áreas urbanas dividido pelo soma das taxas de fertilidade nas áreas urbanas e rurais observadas no período 1985-88. A fim de obter esta proporção populacional acumulada de 45,0 por cento, precisamos estimar “proporções estabilizadas da população” por decis, simbolizadas por  $NPop_i^{1988-89}$ , para cada decil de modo a que a soma respeitante aos cinco decis superiores seja 45,0 por cento do total da população, i.e. a fim de que:

$$\frac{F_U^{1985-88}}{F_U^{1985-88} + F_R^{1985-88}} = 0.450 = \sum_{i=6}^{10} NPop_i^{1988-89} \quad (3)$$

À medida que as taxas de fertilidade diminuem no tempo, o tamanho dos agregados familiares também diminui, de tal modo que para qualquer determinado decil de agregado familiar, o tamanho médio do agregado familiar deve ser menor com o tempo, mas a rapidez de redução da fertilidade muito provavelmente será mais forte nos decis mais ricos (ou para os agregados familiares urbanos, tal como referido acima). Poderemos assumir por exemplo que:

$$Pop_i^{1988-89} = a_i \times Pop_i^{2001-02}, \text{ com } a_i = 1 + r(i-1). \quad (4)$$

O problema com (4) é que se simplesmente multiplicarmos as taxas das populações em 2001-02 em cada decil pelos parâmetros, nós teremos uma soma das percentagens da população acima de 100 por cento no inquérito como um todo. **Para ajustar para 100 %** a soma das percentagens da população nos vários decis dos agregados familiares, precisamos normalizar as percentagens da população como segue:

$$NPop_i^{1988-89} = \frac{1 + r(i-1)}{N} \times Pop_i^{2001-02}, \text{ com } N = \frac{\sum_{j=1}^{10} (1 + r(j-1)) Pop_j^{2001-02}}{100} \quad (5)$$

Tal como ilustrado na parte inferior do Quadro 1, o valor do parâmetro  $r$  que satisfaça as equações (3) e (5) acaba por ser 0,06. Utilizando este parâmetro, podemos calcular a população ou alternativamente, os tamanhos dos agregados familiares em cada decil em 1988-89. Os resultados são apresentados na terceira coluna do Quadro 1, o qual ilustra o número estimado de indivíduos em cada decil de tal modo que o consumo per capita possa ser calculado na coluna 4. Estes são os valores que utilizaremos para estimar as medidas da pobreza e da desigualdade. **De notar que pela reconstituição do tamanho dos agregados familiares e da população com os dados do inquérito de 1988-89, constatamos (Ver Quadro 3) que a percentagem do consumo total nos inquéritos de 1988-89 e 2001-02 em proporção com o consumo total privado tal como registado nas contas nacionais é muito similar, à volta de 60%, o que nos dá alguma confiança ao comparar as estimativas da pobreza e das desigualdades obtidas a partir dos dois inquéritos.**

### Quadro 3: Consumo nas Contas Nacionais vs. Consumo nos Inquéritos

<b>Consumo Total No Inquérito</b>				
	<i>Consumo Total Nas Contas Nacionais</i>	<i>População Total</i>	<i>Tamanho Alargado da Amostra</i>	<i>Rácio de consumo per capita no inquérito versus Contas Nacionais</i>
	(1)	(2)	(3)	(5)
1988	19366000.0	328000.0	11206462.0	0.6
2001	69934000.0	446000.0	46463000.0	0.6

Fonte: Authors com base no IDRF, 2001/02. Dados das Contas Nacionais fornecidas pelo INE.

### 3. Resultados Empíricos

Tendo estimado os limiares de pobreza e os níveis de consumo per capita, utilizamos a família de instrumentos de simulação SimSIP, módulo Pobreza (disponível no endereço [www.worldbank.org/simsip](http://www.worldbank.org/simsip)) para calcular as medidas de pobreza e da desigualdade. Os dados utilizados no simulador são apresentados no Quadro 4. Para integrar a inflação (e utilizar os limiares de pobreza de 2001-02 em ambos os anos), multiplicamos a distribuição de 1988-89 pelo deflator nacional do Índice de Preços no Consumidor (a inflação acumulada entre 1989 e 2002 foi de 86,3 por cento). A distribuição de 1988-89 corrigida pela inflação (i.e., a preços constantes de 2002) é apresentada no Quadro 4, coluna 3. A distribuição do consumo per capita por decil de população para o ano 2001-02 é obtido directamente de dados de nível unitário e é apresentada na Coluna 4 do Quadro 4. Estes são também os dados entrados no módulo Pobreza do SimSIP, tal como ilustrados na Figura 1 para 1988-89 (as percentagens de população por decil de agregado familiar são do Quadro 2).

**Quadro 4: Distribuições do consumo per capita em 2001-02 em moeda constante**

Decil	<i>Consumo Médio por Decil em 1989 Preços correntes</i>	<i>Deflator</i>	<i>1988/89 Consumo Médio per capita por decil de agregado a preços de 2001</i>	<i>2001/02 Consumo Médio per capita por decil de população</i>
	(1)	(2)	(3)	(4)
1	6,489	1.8630	12,088	15,668
2	10,126	1.8630	18,866	25,316
3	14,110	1.8630	26,287	33,046
4	20,985	1.8630	39,095	41,775
5	21,178	1.8630	39,455	51,498
6	28,816	1.8630	53,684	64,035
7	36,855	1.8630	68,661	79,956
8	53,142	1.8630	99,003	103,241
9	74,741	1.8630	139,242	151,767
10	181,536	1.8630	338,202	421,257

Fonte: Authors com base no IDRF, 2001/02. Deflator fornecido pelo INE.

Uma vez que para o período 1 (1988-89), dados disponíveis sobre a distribuição do consumo só dizem respeito ao nível nacional e não há desagregação alguma (tal como urbana / rural ou por sector) disponível, pelo que as estimativas são feitas ao nível nacional. O simulador fornece medidas de pobreza e extrema pobreza (incidência, profundidade e gravidade) e bem assim outras estatísticas tais como a média do indicador de bem-estar e o coeficiente de Gini. O simulador também apresenta uma decomposição do impacto do crescimento em redução da pobreza e aumento das desigualdades.

O Quadro 5 fornece os resultados chave de modo mais ilustrativo. A proporção da população na pobreza (índice de contagem) em 2001-02 era de 36,69% da população. Este facto implica que, grosso modo, 173.000 pessoas eram pobres. Destes, cerca de 93.000 ou seja 20,50% da população vivia na pobreza extrema (i.e., o seu consumo per capita era inferior a 28.833 escudos por ano).

Se adoptarmos para 1988-89 o limiar de pobreza de 2001-02 em termos reais, ou seja a preços de 1988-89 (a fim de permitir calcular uma tendência em termos de pobreza absoluta), constatamos que a percentagem da população a viver na pobreza reduziu-se de 48,97% em 1988/89 para 36,69% em 2001/02 (uma redução de 12,28 pontos percentuais, um quarto do nível inicial). A parte da população a viver na pobreza extrema reduziu-se de 32,34% para 20,50%. Outras medidas da pobreza tal como a profundidade da pobreza (que toma em consideração a distância que separa o pobre do limiar da pobreza) e a gravidade da pobreza (que mede as desigualdades entre os pobres) também diminuíram grandemente. A título de informação, os dados do inquérito também sugerem que a parte do consumo total consignada à alimentação (que pode ser considerado em grande parte como necessidades básicas) reduziu-se de 50 por cento para 35 por cento, o que dá outra indicação de melhoria notória nos padrões de vida observados entre os dois inquéritos.

Se adoptarmos como alternativa uma abordagem de medição de pobreza relativa para o inquérito de 1988-89, que utiliza uma estimativa da média do consumo per capita do agregado familiar de 46.570 escudos, descobrimos que os limiares correspondentes de pobreza são respectivamente 27.941\$77 Escudos para a pobreza, e 18.627\$84 para a pobreza extrema. Como ilustrado no Quadro 5, resulta que a pobreza relativa aumentou de 31,15% em 1988-89 para 36,69% em 2001-02, e a pobreza extrema relativa aumentou igualmente. Este incremento da pobreza relativa é devido a um aumento da desigualdade, como aliás dá conta o Índice de Gini que passou 50,17 em 1988/89 para 52,83 em 2001/02.

Apesar do aumento da desigualdade, o bem-estar social, - medido pela média do consumo per capita multiplicado por um menos o Índice de Gini, aumentou substancialmente, em cerca de um terço o nível de 1988-89.

**Quadro 5: Tendência das medidas de pobreza e iniquidade. Cabo Verde 1998-99 a 2001-02.**

	<b>1998-99</b>	<b>1988-89</b>	<b>2001-02</b>
	<b>Absoluta (correspondente ao limiar de pobreza de 2001-02)</b>	<b>Relativa</b>	<b>Relativa</b>
<b>Pobreza Moderada</b>			
Incidência	48.97%	31.15%	36.69%
Profundidade	21.48%	11.06%	13.59%
Gravidade	11.86%	5.02%	6.61%
<b>Pobreza Extrema</b>			
Incidência	32.34%	17.32%	20.50%
Profundidade	11.70%	4.36%	5.96%
Gravidade	5.41%	1.40%	2.36%
<b>Bem-estar social</b>			
Consumo Médio	70328	70328	98790
Índice de Gini	50.17%	50.17%	52.83%
Média*(1-Gini)	35044	35044	46600

Fonte: Autores com base no SimSIP e no IDRF, 2001/02.

O simulador também fornece informação sobre as mudanças na pobreza (absoluta) que são devidas ao crescimento e aquelas que são produzidas pelo aumento da desigualdade (Datt and Ravallion, 1992). Representando por  $P(\mu_t, L_t)$  a medida de pobreza correspondente ao rendimento médio no período  $t$  de  $\mu_t$  e uma curva de Lorenz  $L_t$ , a decomposição é:

$$\Delta P = [P(\mathbf{m}_2, L_r) - P(\mathbf{m}_1, L_r)] + [P(\mathbf{m}_r, L_2) - P(\mathbf{m}_r, L_1)] + R_r \quad (6)$$

A primeira componente é a mudança na pobreza que teria sido observada se a curva de Lorenz tivesse ficado imutável, enquanto que a segunda componente é a mudança que ocorreria se o rendimento médio não tivesse mudado. A última componente é residual. Como reproduzido no Quadro 6, sem o aumento da desigualdade, a redução da proporção da população vivendo na pobreza absoluta teria sido mais pronunciada (14,09 pontos em vez dos 12,28 pontos).

**Quadro 6: Decomposição das mudanças na pobreza  
– Crescimento/Desigualdade, 1998-99 a 2001-02**

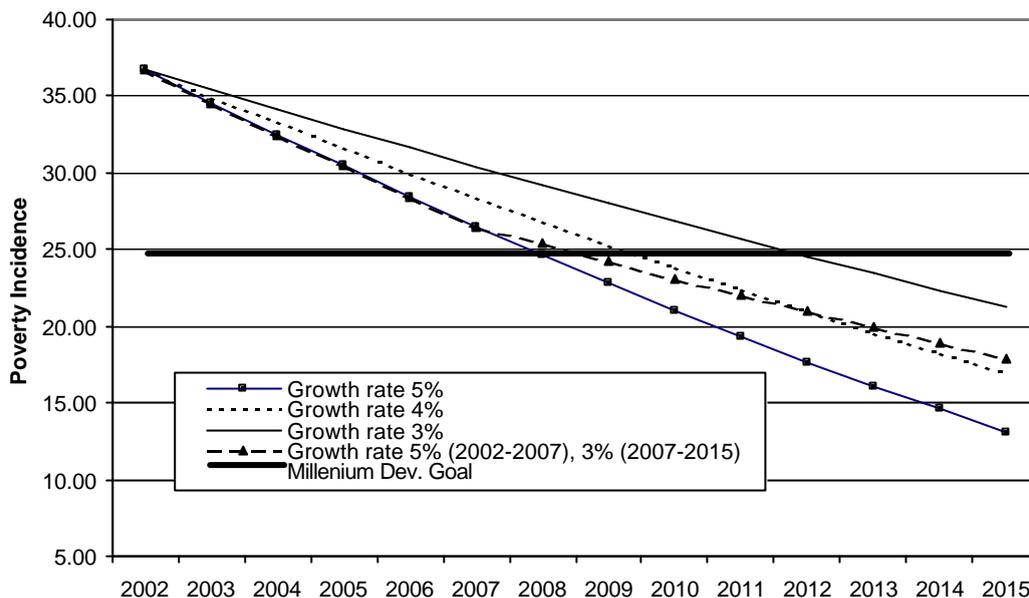
	Pobreza Moderada	Pobreza Extrema
<b>Impacto do Crescimento</b>		
Incidência	-14.09%	-11.98%
Profundidade	-8.39%	-6.00%
Gravidade	-5.59%	-3.36%
<b>Impacto da desigualdade</b>		
Incidência	3.15%	1.51%
Profundidade	1.10%	0.43%
Gravidade	0.57%	0.32%
<b>Residual</b>		
Incidência	1.34%	1.37%
Profundidade	0.59%	0.16%
Gravidade	0.24%	0.00%

Fonte: Autores com base no SimSIP e no IDRF, 2001/02

O simulador também permite ao utilizador fazer prognóstico futuro sobre a pobreza com base nas hipóteses de crescimento. Aqui apenas incluímos simulações baseadas numa taxa de crescimento nacional (simulações com outras taxas de crescimento para sectores diferentes poderão também ser fornecidas). Por exemplo, se optarmos por ser optimistas, poderíamos em primeiro lugar assumir 15 anos de crescimento sustentado do PIB/Capita a uma taxa de 5% ano. Se não houver mudanças na desigualdade, o impacto seria o equivalente à multiplicação dos níveis de consumo per capita para todos os decis por 1,89 [porque  $(1.05)^{15} = 1.885649$ ]. A percentagem da população a viver na pobreza (absoluta) nesse caso decresceria de 36,69 por cento para 13,11 por cento, como ilustrado na Figura 5.

Uma questão que se coloca é se o país está apto a realizar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio ou seja a redução da pobreza para metade em relação ao seu nível de 1990 (para o qual as medidas de pobreza obtidas em 1988-89 podem ser utilizadas). Considerando o progresso alcançado até à data, os resultados apresentados na Figura 4 sugerem que se o PIB continuar a crescer rapidamente tal como nos anos precedentes, a pobreza poderia ser facilmente reduzida para metade em 2015 comparado com o nível de 1990. Assumindo que o crescimento é distribuído uniformemente entre todos os indivíduos – i.e., na hipótese de nenhuma mudança da desigualdade no futuro, um cenário optimista é possível dado o aumento moderado da desigualdade em Cabo Verde entre 1988/89 and 2001/02 – e sob uma taxa constante de crescimento do PIB per capita de 3, 4 e 5 por cento ao ano, Cabo Verde estaria em posição de realizar o objectivo de redução da pobreza para metade, estabelecido nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para os anos 2011, 2009, e 2008 respectivamente. Mesmo que a desigualdade continuasse a crescer um pouco, a meta de redução da pobreza para metade em 2015 seria, não obstante, alcançada sob as hipóteses de crescimento avançadas.

Figura 4: Simulações da Redução futuras da pobreza sob vários cenários de crescimento



Fonte: Autores com base no SimSIP e no IDRF, 2001/02

#### 4. Conclusão

Como resultado da implementação de reformas orientadas para o mercado e estabilidade política, Cabo Verde experimentou crescimento económico sustentado nos anos 1990. A performance económica positiva contribuiu para reduzir a proporção a percentagem da população a viver na pobreza de 49 por cento em 1988-89 para 37 por cento em 2001-02. Na hipótese de continuação de crescimento rápido do PIB, o país estaria em posição facilitada de realizar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir a pobreza para metade em 2015 em comparação com o seu nível de 1990. Contudo, a desigualdade/iniquidade, já de si elevada, tal como medida por padrões internacionais em 1988-89, aumentou ao longo da última década, o que requer a necessidade de se considerar atentamente as políticas de redução das desigualdades na Estratégia de Redução da Pobreza, recentemente concluída.

## **ANEXOS**

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

## **CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO INQUÉRITO**

---

### **1. Objectivos**

#### **Principais Objectivos:**

- ☞ Actualizar a estrutura de despesas de consumo dos agregados para o cálculo dos ponderadores do Índice de Preço no consumidor;
- ☞ Melhorar a representatividade do Índice de Preço ao consumidor;
- ☞ Fornecer dados para a definição do novo ano base das Contas Nacionais;
- ☞ Fornecer informações necessárias para a elaboração do primeiro “Livro Branco” sobre a pobreza;

### **2. Âmbito do Inquérito**

#### 2.2.1. Âmbito Geográfico

Todo o território Cabo-verdiano e foi por amostra.

#### 2.2.2. Âmbito Populacional

Conjunto de todos os indivíduos que vivem em alojamentos não colectivos.

#### 2.2.3. Âmbito Temporal

A tarefa de recolha de informação decorreu no período compreendido entre 23 de Outubro de 2001 a 20 de Outubro de 2002.

### **3. Unidades Estatísticas de Observação**

#### Unidade de Amostra

A unidade estatística de amostra observada foi o alojamento.

#### Unidade de Análise – Agregado Familiar

### **4. Períodos de Estudo, de Observação e Referência**

Cada agregado foi objecto de **observação directa durante uma quinzena** .

- Cada Inquiridor teve a tarefa de inquirir dois Agregados por dia.
  
- A recolha foi dividida em 16 ciclos de 21 dias cada.

Cada ciclo foi constituído por:

- 15 dias de presença nos agregados familiares com cinco dias de visita por cada agregado.
- Três dias de repouso:
- Três dias de controlo e preparação do ciclo seguinte

### **5. Organização dos Trabalhos de Campo**

- 112 Inquiridores,
- 16 Controladores
- 12 Inquiridores de reserva.

### **6. Tipos de Questionários**

- Questionário das Características de Alojamento, do Agregado e dos Indivíduos
- Questionário Despesas Diárias dos Agregados
- Questionário de Alimentação
- Questionário Despesas Diárias dos Indivíduos

### **7. AMOSTRA**

A amostra foi por etapas:

- Distritos de Recenseamento
  - Alojamentos a inquirir.

<b>Ilha</b>	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
São Antão	144	384	528
São Vicente	768	96	864
São Nicolau	48	96	144
Sal	144	48	192
Boavista	48	48	96
Maio	48	48	96
Santiago	1.344	1.152	2.496
Fogo	96	288	384
Brava	48	48	96
<b>Cabo - Verde</b>	<b>2.688</b>	<b>2.208</b>	<b>4.896</b>

## AMOSTRAGEM E COEFICIENTE DE EXTRAPOLAÇÃO

---

### 1. Dimensionamento da Amostra

A amostra foi dimensionada por estratos e de forma independente para cada uma das nove ilhas e cada uma dividida em dois estratos independente Urbano e Rural com um total de 18 estratos.

As Dimensões inicialmente obtidas em número de DR (Distrito de Recenseamento)- Unidades Primárias (UA) e Agregados familiares – Unidades Secundárias (US) foram as seguintes:

Plano de amostragem						
Ilha	Quantidade de distritos (UPA)			Quant. de famílias (US)		
	UP Urbano	UP Rural	UP Total	US Urbano	US Rural	US Total
São Antão	8	21	29	144	378	522
São Vicente	42	5	47	756	90	846
São Nicolau	2	5	7	36	90	126
Sal	8	2	10	144	36	180
Boavista*	2	2	4	48	48	96
Maio*	2	2	4	48	48	96
Santiago	74	64	138	1.332	1.152	2.484
Fogo	5	16	21	90	288	378
Brava*	2	2	4	48	48	96
<b>Cabo-Verde</b>	<b>145</b>	<b>119</b>	<b>264</b>	<b>2.610</b>	<b>2.142</b>	<b>4.824</b>

A fim de fazer face à possível desactualização de moradas, foi seleccionada uma amostra de suplentes de modo a que o número de respostas efectivas se aproximasse o mais possível do previsto inicialmente.

### 2. Desenho e selecção da amostra

A amostra para o inquérito foi seleccionada a partir da base de dados do Censo 2000.

### 3. Estratificação

O tipo de amostra utilizado foi amostra probabilística aleatória areolar multietápica e estratificada, com as seguintes Variáveis de estratificação:

**Ilhas**

1. S. Antão
2. S. Vicente
3. S. Nicolau
4. Sal
5. Boa Vista
6. Maio
7. Santiago
8. Fogo
9. Brava
- 10.

**Meio de Residência**

1. Urbano
2. Rural

Tiragem da Amostra: A tiragem multietapica foi feita em duas etapas.

**I. Primeira etapa:** Selecção das U.P.A. Proporcional ao Tamanho

- Ilha
- Estrato (Urbano/Rural)
- U.P.A – Distrito do recenseamento

**II. Segunda Etapa:** Selecção das unidades secundarias que são os Agregados Familiares, tiradas com a mesma probabilidade .

**Notações**

	<b>População</b>	<b>Amostra</b>
Numero dos DR (UP)	M	m
Número de agregados familiares (US) nos DR numero i	$N_i$	$n_i$
Tamanho de DR numero i	$P^*$	$P_i$

- Tamanho total de todos os DR nos Estrato:  $P = \sum P_i$

#### **4. Tiragem das unidades primarias**

Foi seleccionada a amostra em cada estrato com uma probabilidade proporcional ao tamanho de cada estrato, segundo o seguinte procedimento:

- ❖ Partimos da lista completa de todos os DR de um estrato (com o código do DR e seu tamanho  $P_i$ ).
- ❖ Calculamos o total acumulado do tamanho de todos os DR. O total corresponde à  $P$ , tamanho total de DR.
- ❖ Calculamos "passo de sondagem"  $L = P/m$ , onde  $m$  corresponde ao número de DR-amostra desejado.
- ❖ Escolhemos aleatoriamente um número  $x$  entre 1 e  $L$  ( $1 \leq x \leq L$ ).
- ❖ Escolhemos todos os DR onde o tamanho acumulativo corresponde ao número da seguinte série:  
 $x, x + L, x + 2L, \dots, x + (m - 1)L$ .

Note: A selecção foi feita com o programa "amostdr.bas"

A probabilidade de um DR com o tamanho  $P_i$  fazer parte da amostra é::

Probabilidade de tiragem de DR número  $i$  com uma tiragem =  $P_i/P$

Probabilidade de tiragem de DR número  $i$  com  $m$  tiragem =  $m P_i/P$

#### **5. Tiragem das unidades secundarias - US**

Em cada DR da Amostra fizemos a tiragem de  $n_i$  agregados familiares:  $n_i$  igual para todos os DR. No Inquérito escolhemos  $n_i = 18$  (excepto para Brava, Maio e Boavista).

Aplicamos o método de amostra sistemática e rotativa, que se baseou na lista dos agregados familiares do censo 2000. O procedimento de selecção de  $n_i$  agregados familiares em cada DR-amostra foi o seguinte:

1. Constituição de uma matriz com 2 colunas:

1ª coluna : número de DR

2ª coluna: número sequencial ordenado

2. Cálculo do "passo de sondagem"

$$L = N_i/n_i \text{ où } N_i \text{ é o número total dos agregados no DR número } i.$$

3. Tiragem aleatória do número  $y$  entre 1 e  $N_i$  ( $1 \leq y \leq N_i$ ),

4. Os números dos agregados da amostra são correspondentes ao número de ordem:

$$y, y + L, y + 2L, y + 3L, y + 4L$$

Note: A seleção foi feita com o programa "amostfam.bas"

## 6. Estimativas e a sua precisão

Estimação do valor total para a variável  $z$  ao nível do DR número  $i$  é:

$$z_i = \frac{N_i}{n_i} \sum_{j=1}^{n_i} z_{ij}$$

Podemos notar que se a variável  $z$  é o número de agregados então:

$$z_{ij} = 1.$$

Estimação do valor total para a variável  $z$ , ao nível do estrato, com base nos dados do DR número  $i$  é:

$$z_i = \frac{P}{P_i} x \quad z_i = \frac{P}{P_i} x \frac{N_i}{n_i} x \sum_{j=1}^{n_i} z_{ij}$$

A estimação sem enviesamento dos valores totais para a variável  $z$  ao nível dos estratos, com base em todos os DR-amostra é a média simples das estimações dos DR individuais:

$$z' = \frac{1}{m} \times \sum_{i=1}^m z_i = \sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^{n_i} \frac{1}{m} \times \frac{P}{P_i} \times \frac{N_i}{n_i} \times z_{ij}$$

Isso quer dizer que a estimação total para um estrato é a soma simples de todos os dados na amostra ponderada com o coeficiente de extrapolação:

$$\text{Coeficiente de extrapolação} = \frac{1}{m} \times \frac{P}{P_i} \times \frac{N_i}{n_i}$$

Esse valor é diferente para cada DR da amostra, com uma média de 19,8 por Estrato

### 7. Calculo do erro de amostra

Como cada  $z_i'$  representa uma estimação do total para cada estrato, baseado no DR numero i, a variância desta estimação é:

$$s^2 = \frac{1}{m-1} \times \sum_{i=1}^m (z_i' - z')^2$$

A estimação da variância de amostra de  $z'$  é:

$$\text{Est. V } (z') = s^2/m.$$

Erro de amostra da variável  $z$  é exprimido em percentagem e é:

$$E = 100 s/(z'\sqrt{m}).$$

## CONCEITOS

---

### **AGREGADO FAMILIAR:**

Entende-se por agregado familiar, um grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente **sob o mesmo teto e autoridade de um chefe**, mantendo **em comum um mesmo orçamento** para a satisfação das necessidades essenciais do agregado, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário.

### **Membro do agregado**

Será considerado membro do agregado todo o indivíduo que no momento do inquérito satisfaz as seguintes condições:

- ☞ a sua residência principal é a do agregado inquirido;
- ☞ depende economicamente do agregado inquirido, ou seja, as despesas para as suas necessidades essenciais são comuns as do agregado;

### **Chefe do Agregado Familiar**

Trata-se da pessoa responsável pelo agregado familiar, considerado como tal pelos restantes membros. Habitualmente é a pessoa que sustenta o orçamento da família.

Cada agregado familiar possui um chefe, e é sempre uma pessoa ali residente, podendo estar presente ou não no momento do inquérito, desde que a ausência seja inferior a dois meses.

## ACTIVIDADE ECONOMICA

### **Condição na Actividade Actual**

**Com Trabalho** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que trabalharam pelo menos 1 hora nos últimos sete dias mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

**Desempregado** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que **não tinham emprego E estavam disponíveis para trabalhar**.

***Novo Emprego*** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que, já tendo trabalhado e se encontram desempregados no período de referência, efectuaram, nesse período, diligências para procurar um emprego.

***Primeiro Emprego*** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que nunca trabalharam e que, no período de referência, efectuaram diligências para procurar um emprego.

***Trabalhador por Conta de Outrem*** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que trabalhavam: na **Administração Pública** (Central ou Local), tais como Câmaras Municipais, FAIMO, Institutos Públicos, Direcções Gerais, no Governo, entre outros; no **Sector Empresarial do Estado**, ou seja, nas empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos, tais como, a EMPA, ASA, Enapor, TACV, etc.; **no Sector Empresarial Privado**, designadamente, nas empresas, nacionais ou estrangeiras, ou nas cooperativas ou entidades equiparadas a empresas.

***Trabalhador por Conta Própria*** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que exercem uma profissão por conta própria ou em associação, ocupando um tipo de emprego independente, e não têm **habitualmente** trabalhadores remunerados, mas podendo receber a ajuda de trabalhadores familiares não remunerados.

***Empregador*** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que exercem uma profissão por conta própria ou em associação, ocupando um tipo de emprego independente, e que **habitualmente** empregam um ou mais trabalhadores remunerados.

***Trabalhador Familiar Sem Remuneração*** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que trabalharam por conta de um familiar, não sendo seu associado nem estando vinculado por qualquer contrato de trabalho e sem receberem uma remuneração.

***Outra Situação*** – Estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos empregados ou desempregados à procura de novo emprego que não se enquadram em nenhuma das posições anteriores.

### **Condição na Actividade Habitual**

Os conceitos utilizados são os mesmos que na actividade actual (corrente) mas o período de referência são 12 meses. Assim:

- 1.º - O indivíduo é Habitualmente Activo (porque o numero de semanas em que esteve Empregado e Desempregado é superior ao numero de semanas como Inactivo)
- 2.º - O Indivíduo é Activo Empregado (porque o numero de semanas em que esteve na condição de Empregado é superior ao numero de semanas em que esteve como Desempregado)
- 3.º - O indivíduo é Habitualmente Inactivo (porque o numero de semanas em que esteve Inactivo é superior ao somatório do numero de semanas como Empregado e Desempregado)

### **RECEITAS**

**Receitas do trabalho por conta de outrem** - compreende a totalidade das receitas monetárias líquidas recebidas pelo indivíduo provenientes do trabalho por conta de outrem, nos **últimos 12 meses anteriores ao primeiro dia da quinzena de observação**.

#### **Inclui:**

- ordenados e salários dos trabalhadores por conta de outrem, remunerados ao tempo, à peça ou à tarefa; diurnidades e prémios de antiguidade; prémios por assiduidade, produtividade, estímulo, etc.; abonos por falhas; subsídios de refeição, alojamento ou transporte, desde que seja em dinheiro; acréscimo por trabalho nocturno; honorários dos membros dos conselhos de direcção e de comissões administrativas; 13.º mês; subsídio de férias; gratificações e quaisquer outros pagamentos ordinários decorrentes da condição de trabalhador.

#### **Não inclui:**

- indemnizações por despedimento;
- reembolsos de viagens de representação e de despesas feitas pelo trabalhador a título profissional, bem como as ajudas de custo.

**Receitas do trabalho por conta própria** - compreende a totalidade das receitas monetárias líquidas provenientes do exercício de uma actividade desempenhada pelo indivíduo como trabalhador por conta própria, nos **últimos 12 meses anteriores ao primeiro dia da quinzena de observação**.

### **Rendimento de propriedade**

São os ganhos provenientes de rendas de casas, de terras, etc.

### **Rendimentos de capital (juros, lucros e dividendos)**

São ganhos obtidos com os juros de depósitos bancários, lucros das empresas em que o visado é sócio e as quantias anualmente arrecadadas como accionista de uma sociedade.

### **Pensões de reforma**

São prestações pagas pelo estado ou pelos fundos de segurança social (exemplo INPS...) em dinheiro a ex-empregados ou seus descendentes.

### **Abonos e subsídios diversos**

Fazem parte os abonos de infância ou de família, abonos por outros dependentes, subsídios de nascimento recebidos de segurança social.

### **Bolsas de Estudo**

Montante regularmente recebido para suportar as despesas relacionados com o estudo.

### **Remessas de familiares residente no país**

As remessas de familiares são os montantes recebidos regularmente dos familiares residentes em Cabo Verde.

### **Prestações de Assistência Social pelas Administrações públicas em espécie**

São receitas que o agregado recebe, destinadas a cobrir as necessidades que surgem devido a certos acontecimentos ou circunstâncias, como doença, desemprego, habitação, educação ou circunstâncias familiares. Podem ser alimentos, roupas ou materiais escolares oferecidos pela Promoção Social ou pelas Câmaras.

### **Pensão Social mínima em dinheiro**

Prestações mensais em dinheiro destinado aos mais carenciados. Actualmente esse montante é de 1300\$00.

### **Outras**

Todas as outras receitas recebidas dos residentes que não se enquadram em nenhuma das receitas anteriormente mencionadas e que tenham um carácter periódico.

### **Pensões provenientes do estrangeiro**

Pensões recebidas pelas pessoas que tiveram ou tem algum familiar a trabalhar no estrangeiro ou alguém aposentado por alguma entidade ou empresa estrangeira. Deve-se também incluir as prestações enviadas pelas seguradoras que não estão relacionados com o trabalho.

### **Remessas de emigrantes**

São remessas recebidas de pessoas, familiares ou não, residentes no estrangeiro.

### **Outras receitas do estrangeiro**

Todas as outras receitas de carácter periódico provenientes do estrangeiro que não se enquadram nas outras rubricas. A remuneração dos trabalhadores que prestam serviço junto das embaixadas enquadram nesta rubrica.

São todas as receitas recebidas pelo agregado que não tiveram uma periodicidade fixa.

### **Remessas de familiares ou outras pessoas residentes no país**

As remessas de familiares são os montantes recebidos dos familiares que podem ser residentes em Cabo Verde mas que não tiveram uma certa regularidade.

### **Reembolso das despesas de saúde**

Quantia recebida da segurança social por despesas efectuadas com a saúde.

### **Reembolso de Impostos**

Montante proveniente das finanças depois de efectuados os cálculos entre o montante que devia pagar e o total dos descontos transferidos para esta instituição.

### **Prestações de Benefícios em espécie pelas Administrações públicas**

São receitas que o agregado recebe, destinadas a cobrir as necessidades que surgem devido a certos acontecimentos ou circunstâncias, como doença, desemprego, habitação, educação ou circunstâncias familiares. Podem ser alimentos, roupas ou materiais escolares oferecidos pela Promoção Social ou pelas Câmaras, mas que não tiveram um carácter de continuidade.

### **Prestações de Assistência pelas ONG's**

Fornecimentos das instituições não estatais como Cruz Vermelha, Caritas, Associações Comunitárias e outras ONG'S.

### **Benefícios relacionados com a família: subsídio de casamento, funeral, aleitamento**

Quantias recebidas da Entidade Patronal, do Ministério das Finanças ou do INPS relacionadas com casamento, morte ou nascimento.

### **Benefícios relacionados com trabalho (indenizações por despedimento, compensação salarial...)**

Indeminizações do trabalhador por despedimento, retroactivos e outros.

### **Subsídios relacionados com a educação (subsídio de educação, formação profissional)**

Ajudas da ICASE no início do ano lectivo ou quantias postas à disposição do elemento do agregado pela entidade patronal para suportar as despesas com a educação ou formação profissional.

### **Prestação de seguros de vida**

Quantia recebida das seguradoras motivadas por doenças ou mortes.

**Prestações de outros seguros**

Indemnização por acidente de viação ou incêndio.

**Remessas em numerário de emigrantes**

Dinheiro enviado por emigrantes cabo-verdianos.

**Remessa em produtos alimentares de emigrantes**

Alimentos enviados por emigrantes.

**Remessa em vestuário e calçado de emigrantes**

Roupas e calçados enviados por emigrantes.

**Outras receitas provenientes do estrangeiro**

Deve-se incluir nessa categoria todas as outras receitas provenientes do estrangeiro que não se enquadram nas acima mencionadas. São aqui incluídas as receitas de propriedade ou de capital provenientes do estrangeiro.

**Outras receitas (Prémios de jogos, totoloto, lotaria, heranças etc)**

Inclui todas as receitas provenientes de jogos, totoloto, lotaria, heranças etc

**FONTES DE RECEITAS**

**Receitas do Trabalho** Inclui :

- Receitas do trabalho por conta de outrem
- Receitas do trabalho por conta própria
- Outras receitas do estrangeiro

**Receitas de Propriedade ou Capital** Inclui :

- Rendimento de propriedade
- Rendimentos de capital (juros, lucros e dividendos)

- Outras receitas provenientes do estrangeiro

**Pensões Nacionais Inclui :**

- Pensões de reforma
- Pensão Social mínima em dinheiro

**Pensões de Estrangeiro Inclui:**

- Pensões provenientes do estrangeiro

**Remessas de Emigrantes Inclui:**

- Remessas em numerário de emigrantes
- Remessa em produtos alimentares de emigrantes
- Remessa em vestuário e calçado de emigrantes

**Outras Prestações Sociais Inclui:**

- Abonos e subsídios diversos
- Bolsas de Estudo
- Prestações de Assistência Social pelas Administrações públicas em espécie
- Prestações de Benefícios em espécie pelas Administrações públicas
- Benefícios relacionados com a família: subsídio de casamento, funeral, aleitamento
- Benefícios relacionados com trabalho (indenizações por despedimento, compensação salarial...)
- Subsídios relacionados com a educação (subsídio de educação, formação profissional)

**Outras Receitas Nacionais de Famílias e Entidades Privadas Inclui:**

- Remessas de familiares residente no país
- Outras Receitas

- Remessas de familiares ou outras pessoas residentes no país
- Reembolso das despesas de saúde
- Reembolso de Impostos
- Prestações de Assistência pelas ONG's
- Prestação de seguros de vida
- Prestações de outros seguros
- Outras receitas (Prémios de jogos, totoloto, lotaria, heranças etc)

**Aluguer Imputado** – Rendas imputadas a alojamentos ocupados pelo Proprietário e alojamentos cedidos gratuitamente .

#### **Quintil das Despesas Percapita Individuais**

1º Quintil – Despesas Anuais Percapita menor igual a 34.656\$00

2.º Quintil - Despesas Anuais Percapita maior que 34.656\$00 e menor igual a 57.026\$00

3.º Quintil - Despesas Anuais Percapita maior que 57.026\$00 e menor igual a 90.995\$00.

4.º Quintil - Despesas Anuais Percapita maior que 90.995\$00 e menor igual a 170.394\$00

5.º Quintil - Despesas Anuais Percapita maior que 170.394\$00.

#### **LIMIAR DA POBREZA**

Foi fixado para o cálculo da pobreza relativa para os dados do IDRF o limiar da pobreza como 60% da médiana da despesa médias dos indivíduos dentro das famílias e o limiar para os muito pobres 40% da médiana das despesas médias dos indivíduos.

Para as despesas imputamos as rendas a todas as famílias que vivem em casas próprias ou cedidas, isto é, as famílias que não pagam efectivamente aluguer de casa. Foi excluída, ainda as despesas de investimento, ou seja as despesas das famílias na construção nova e ampliação de imóveis.

O Limiar da pobreza foi fixado em **43.250\$00** percapita anual e o limiar para os muito pobres foi fixado em 28.833\$00 percapita anual.

Para o estudo da pobreza foi criada uma variável designada Estatuto na Pobreza com as seguintes modalidades:

- ✓ **Muito Pobres** – Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita anual igual ou inferior ao limiar para os muito pobres (28.833\$00).
- ✓ **Pobres** - Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita entre o limiar dos muito pobres e o limiar dos Pobres, ou seja, maior que 28.833\$00 e menor igual a 43.250\$.
- ✓ **Não Pobre – Baixo** - Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita maior que 43.250\$00 e menor igual a 144.167\$00.
- ✓ **Não Pobre – Médio** - Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita maior que 144.167\$00 e menor igual a 288.333\$00.
- ✓ **Não Pobre – Alto** - Indivíduos ou Agregados Familiares que tenham uma despesa percapita maior que 288.333\$00 .

## **INDICE DE MASSA CORPORAL, ATRASO NO CRESCIMENTO E INSUFICIENCIA CRONICA DE ENERGIA**

### **MEDIDAS ANTROPOMETRICAS - Adultos de 18 anos e mais**

Para a avaliação dos adultos de 18 anos e mais, o indicador antropométrico utilizado é o Índice de Massa Corporal - IMC (Body Mass Index - BMI), cuja expressão é:

$$\text{IMC} = \frac{\text{peso (kg)}}{\text{altura}^2 \text{ (m)}}$$

Os pontos de corte tem sido determinados empiricamente pelos organismos internacionais mencionados e as recomendações são as seguintes:

IMC  $\leq$  16,0 : 3º grau de deficiência crónica de energia; risco alto de desnutrição.

16,0 < IMC  $\leq$  17,0 : 2º grau de deficiência crónica de energia; risco médio de desnutrição.

17,0 < IMC  $\leq$  18,5 : 1º grau de deficiência crónica de energia; risco leve de desnutrição.

18,5 < IMC  $\leq$  20,0 : normal com peso baixo;

20,0 < IMC  $\leq$  25,0 : normal;

25,0 < IMC  $\leq$  30,0 : 1º grau de obesidade; normal com sobrepeso.

30,0 < IMC  $\leq$  40,0 : 2º grau de obesidade;

IMC > 40,0 : 3º grau de obesidade.

### **MEDIDAS ANTROPOMETRICAS - Crianças de 0 a 5 anos**

Para as crianças de 0 a 5 anos, as medidas antropométricas utilizadas foram peso e altura, em relação ao sexo e idade da criança. Esses valores são comparados com os valores de referência recomendados pela Organização Mundial da Saúde (WHO), e que constam nas tabelas de crescimento elaboradas pelo United States National Center for Health Statistics (NCHS).

Os pontos de corte são calculados em função do desvio padrão e da mediana das distribuições dos indicadores no padrão de referência. Os valores dos indicadores para a população objecto de estudo, são expressados como o índice Zscore.

O Zscore é um número padronizado (sem dimensão) que estabelece um rácio de comparação entre as medidas antropométricas da criança e os dados da referência com média 0 e desvio padrão igual a 1.

$$\text{Zscore} = \frac{(\text{Xi} - \text{Xr})}{\text{DPr}}$$

Em que:

Xi: é o valor antropométrico medido na criança (peso, ou altura)

Xr: é o valor da mediana proporcionado pela referência.

DPr: é o desvio padrão proporcionado pela referência.

**Nota:** As referencias proporcionam dois valores de desvio padrão, conforme o peso da crianças estiver acima ou abaixo da média da referencia

Note-se que:

- Quando a criança tem um peso igual ao peso da média da referencia: Zscore = 0.
- Quando a criança tem um peso igual a média menos 1 desvio padrão : Zscore = -1.
- Quando a criança tem um peso igual a média menos 2 desvio padrão : Zscore = -2.
- Quando a criança tem um peso igual a média mais 1 desvio padrão : Zscore = +1.

Para as crianças de 0 a 5 anos foram utilizados os indicadores antropométricos seguintes:

- peso em relação à idade (P/I); e

- altura em relação à idade (A/I).

Em geral, considera-se a altura em relação a idade como o indicador da desnutrição crónica, pois reflecte o atraso no crescimento decorrente de carência nutricional no passado. O indicador peso em relação idade não é conclusivo pois o baixo peso pode ser consequência de deficit alimentares actuais (se a altura para a idade for adequada) ou do passado (se a altura for baixa para a idade)

Os pontos de corte utilizados foram os seguintes:

### **1 - Peso em relação à idade (P/I);**

Zscore > +3.0.            Obesidade

Zscore > +2.0, <= +3.0 Risco moderado de obesidade, ou sobrepeso.

Zscore > +1.0, <= +2.0 Normal com peso alto

Zscore >= -1.0, <= +1.0; Normal

Zscore >= -2.0, < -1.0; Normal com baixo peso

Zscore >= -3.0, < -2.0; Probabilidade moderada de desnutrição

Zscore < -3.0;        Probabilidade severa de desnutrição

**2. Altura em relação à idade (A/I).**

Zescore  $> +3.0$ . Muito alto

Zescore  $> +2.0$ ,  $\leq +3.0$  Alto.

Zescore  $> +1.0$ ,  $\leq +2.0$  Normal com altura superior a médiana.

Zescore  $\geq -1.0$ ,  $\leq +1.0$ ; Normal

Zescore  $\geq -2.0$ ,  $< -1.0$ ; Normal de baixa altura.

Zescore  $\geq -3.0$ ,  $< -2.0$ ; Risco moderado de desnutrição. Retardo de crescimento.

Zescore  $< -3.0$ ; Risco severo de desnutrição. Retardo agudo do crescimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Bibliografia**

- Silverman, B.W. (1986), 'Density estimation for statistics and data analysis', Chapman and Hall (eds.).
- Cowell, F. A. and S. P. Jenkins (1995), 'How Much Inequality Can We Explain? A Methodology and an Application to the USA', *Economic Journal*, 105, pp421-430.
- Bourdet, Y.(1998). *Cabo Verde. A Economia da Mudança*. Mimeo, Asdi: Swiz Agency for Internacional Cooperation and Development.
- INE (1998). *Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva*. Cape Verde. Praia.
- INE (2002). *Características Económicas de la População – Censo 2000*. Praia.
- World Bank (1994). *Poverty in Cape Verde: A summary assesment and a strategy for Its alleviation*. Report No. 13126-CV. Washington D.C.
- Cape Verde Ministry of Finance and Planning (2002). *Interim Poverty Reduction Strategic Paper*. Praia, 2002.
- IMF(2003). *Cape Verde: Statistical Apendix*. IMF-Country Report # 03/153. Washington, D.C., 2003.
- United Nations (2002). *Cape Verde: Local Governance in the Perspective of Poverty Reduction*. National Report for the Fifth American Governance Forum. Praia.
- Mayer, J. (1990). Development Problems and Prospects in Portuguese Speaking Africa. *International Labour Review*. Vol. 129 (4).
- Republic Of Cape Verde (1997). *National Poverty Alleviation Program*. Sal, November 1997.
- Ferreira, O. (2003). *Extending Social Security: Challenges for Cape Verde*. ESS-Paper No. 15. International Labour Organization. Geneva, 2003.

